

RAE – CEA – 08P14
RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA SOBRE O
PROJETO “INFLUÊNCIA REGIONAL NA ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA NO
CONGRESSO BRASILEIRO PÓS-1988”

Leonardo Silva Kurbhi

Lucas Petri Damiani

Chang Chiann

Marcos Nascimento Magalhães

- São Paulo, junho de 2008 -

CENTRO DE ESTATÍSTICA APLICADA – CEA – USP

RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA – 08P14

TÍTULO: Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Influência regional na estruturação partidária no congresso brasileiro pós-1988”.

PESQUISADOR: André Ricardo Nogueira

ORIENTADORA: Marta Arretche

INSTITUIÇÃO: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade São Paulo

FINALIDADE: Doutorado

RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE: Chang Chiann

Leonardo Silva Kurbhi

Lucas Petri Damiani

Marcos Nascimento Magalhães

REFERÊNCIA DESTE TRABALHO

CHIANN, C.; KURBHI L. S.; DAMIANI, L. P.; MAGALHÃES, M. N. **Relatório de análise estatística sobre o projeto “Influência regional na estruturação partidária no congresso brasileiro pós-1988.”** São Paulo: IME-USP, 2008. (RAE-CEA-08P14).

FICHA TÉCNICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. (2005). **Estatística Básica**. 5ª ed. Brasil: Editora Saraiva.
JOHNSON, R.A.; WICHERN, D.W. (2001) . **Applied Multivariate Statistical Analysis**. 5th ed. EUA. Prentice Hall

PROGRAMAS COMPUTACIONAIS UTILIZADOS

Microsoft Word for Windows, versão 2003

Microsoft Excel for Windows, versão 2003

R, versão 2.6

TÉCNICAS ESTATÍSTICAS UTILIZADAS

Análise Descritiva Multidimensional (03:020).

Análise de Conglomerados (06:120)

ÁREAS DE APLICAÇÃO

Sociometria (14:100)

ÍNDICE

Resumo.....	5
1. Introdução.....	6
2. Objetivos.....	7
3. Banco de dados.....	7
4. Análise descritiva.....	10
4.1. Definição de fidelidade partidária 1.....	10
4.2. Definição de fidelidade partidária 2.....	11
5. Análise de agrupamentos.....	21
5.1. Medida de distância.....	21
5.2. Método de agrupamento.....	22
5.3. Resultados.....	24
6. Conclusões.....	34
Apêndice A.....	36
Apêndice B.....	46
Apêndice C.....	53
Apêndice D.....	69

Este trabalho tem como objetivo analisar a existência de facções regionais dentro dos partidos políticos do Congresso Nacional. Para isso, partimos de um banco de dados contendo todas as votações nominais dos deputados federais de 1991 até 2006.

Numa análise inicial percebemos que a fidelidade partidária é alta e que a diferença dessa fidelidade dentro dos estados é pequena. Portanto fez-se uma análise de agrupamento para tentar comprovar a existência das facções.

A análise de agrupamento foi realizada entre deputados de um mesmo partido e legislatura, para com isso formarmos três grupos e analisarmos sua distribuição nos estados do Brasil. Dessa forma percebemos que as facções existem, de fato, mas nem sempre conseguimos caracterizá-la regionalmente.

1. Introdução

Desde a redemocratização do país, muitos estudos foram feitos sobre as características e o funcionamento do nosso sistema político, inclusive para subsidiar mudanças para uma eventual reforma política. O aspecto central neste debate é o funcionamento dos partidos no Congresso Brasileiro.

Os estudos sobre a dinâmica dos partidos políticos e a sua atuação no Congresso são divididos em dois momentos: o primeiro momento, que vai da redemocratização do Brasil até a metade dos anos 90, que afirma os partidos políticos como entes fracos dentro do Congresso, e um segundo momento, na segunda metade dos anos 90, em que os partidos são vistos como atores fortes e disciplinados.

No primeiro cenário (elaborado com métodos qualitativos e forte teor dedutivo) os deputados, eleitos com base em votos pessoais (o eleitor vota em uma "lista aberta") e não partidários, por não estarem regimentalmente constrangidos por mecanismos punitivos que assegurem a fidelidade partidária e por terem mandatos independentes do executivo, não têm incentivos para cooperar com o Presidente da República. Assim, toda vez que o executivo quiser ter um projeto aprovado, ele precisará negociar votos "no varejo" com um conjunto de congressistas atomizados (não alinhados com seus partidos), o que promove uma baixa governabilidade (baixa capacidade do Executivo de implementar sua agenda). Uma suposição desse modelo é a de que a forte conexão entre representantes e interesses geograficamente concentrados resultante de alguns arranjos institucionais, como o sistema eleitoral baseado no voto distrital, criaria incentivos para que os representantes atuassem primordialmente no sentido da promoção dos interesses de seu reduto eleitoral, guiando-se pelo paroquialismo, como forma de assegurar sua reeleição. Esse argumento é chamado *distributivo* e teria como exemplo o governo Collor.

No segundo cenário (elaborado com métodos quantitativos, mais acentuadamente indutivos), é estabelecido o contrário. Os partidos são fortes, porque conhecendo as posições dos líderes partidários na Câmara dos Deputados, consegue-se antever o resultado das votações em 90% dos casos. A agenda do Congresso está concentrada nas mãos do presidente da mesa e dos líderes partidários. Dessa maneira, ainda que um deputado queira conseguir benefícios individuais ele teria que cooperar com o líder de seu partido, que negociaria "no atacado" seus votos com o Executivo. Aqui a governabilidade é garantida pelo Executivo, pois este conta com uma série de poderes legislativos (pedidos de urgência, medida

provisória, iniciativa legislativa exclusiva) capazes de induzir as preferências dos deputados, além de contar com um número restrito de "negociadores" para formar e garantir sua base de sustentação. As lideranças partidárias seriam os atores centrais nesse processo, responsáveis pela elaboração da agenda do partido e pela busca de coesão no interior da agremiação. Esse argumento é chamado *partidário* e teria como exemplo os governos Cardoso e Lula.

2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é, partindo do argumento *partidário*, segundo cenário, verificar se dentro da unidade de análise “partido político” existem grupos organizados, conhecidos como facções partidárias. Por razões teóricas que necessitariam de uma digressão à parte e estão relacionadas à tese *distributivista*, a existência dessas facções será investigada com base em aglomerações regionais. A questão a ser respondida: teriam os partidos políticos brasileiros sua ação parlamentar explicada pela ação de facções regionais? Dito de outra forma, as facções regionais são capazes de influenciar e, no limite, hegemonizar as preferências de um partido nacional?

Caso confirmada a hipótese das facções, cada partido poderá ser dividido nessas regionais e se poderão concluir quais facções são mais influentes em cada partido e se há divergências fortes entre facções de um mesmo partido.

3. Banco de dados

Composto por 5 planilhas de grande porte, o banco de dados fornecido pelo pesquisador é público. Ele contém as votações nominais dos deputados federais, que ocorrem na Câmara dos Deputados de 1991 a 2006.

A planilha principal chamada de “Votação”, que será utilizada como base no restante do trabalho, possui 4 colunas:

- *identificação do voto*
- *identificação do deputado*
- *voto*
- *partido.*

Cada uma das votações nominais é devidamente identificada com ANO+ID (exemplo: 10ª votação de 1994 – ‘1994010’). De 1991 a 1994 esperava-se que para cada uma das

votações estivesse identificado o voto de cada deputado que ocupava uma das 503 cadeiras da Câmara e, para os anos seguintes, 1995 a 2006, o voto dos 513 deputados. Como na maioria dos grandes bancos de dados, existem dados faltantes. Das 1.703 votações que ocorreram no período, 1.345 estavam completas. Nas restantes, estavam faltando deputados, em sua grande maioria 1 ou 2. Apenas em um caso, na votação de ID '2002043' constavam os votos de apenas 391 deputados. Então, utilizou-se todas as votações neste estudo supondo que os deputados faltantes não façam grande diferença no resultado de nossa análise. Essa planilha contém 858.701 linhas.

Para levar em conta a influência regional, foi necessário identificar a unidade federativa (UF) pela qual o deputado foi eleito. Para tanto cruzamos com nossa planilha base, uma segunda planilha chamada “Migração”. Ela apresenta 9 colunas:

- *identificação do deputado*
- *UF*
- *nome do parlamentar*
- *legislatura*
- *partido 1*
- *partido 2*
- *partido 3*
- *partido 4*
- *reeleito.*

As colunas *partidos* indicam o partido ao qual deputado passou maior parte do seu tempo vinculado no 1º, 2º, 3º e 4º ano de mandato, respectivamente. E a coluna *reeleito* é uma variável binária que indica se o candidato vem ou não de uma reeleição. A variável *legislatura* indica o ano de início do mandato dos deputados, que coincide com o do começo do mandato presidencial (1991, 1995, 1999 e 2003). Ao comparar as tabelas “Votação” e “Migração”, utilizando a identificação do deputado como variável de cruzamento, percebeu-se uma divergência nas variáveis “partido”, já que a planilha “Migração” representa o partido em que o candidato passou maior parte de suas votações no ano em questão, ignorando a data exata em que ocorreu a migração. Portanto, para análises futuras levaremos em consideração a variável *partido* oriunda da planilha “Votação”.

A planilha 3 chamada “Votação dos líderes”, como o nome já diz, apresenta o que cada um dos líderes dos partidos ou coligações indicam que seus colegas votem. Essa planilha possui 3 colunas:

- *identificação da votação*
- *partido*
- *voto.*

O *partido* indica apenas o vínculo partidário do líder. Esse líder pode representar o voto de partidos menores, porém não temos acesso a esse tipo de informação. A planilha possui 23.660 linhas para as mesmas 1703 votações ocorridas entre 1991 e 2006.

A 4ª planilha chamada “Líder”, que possui 4 colunas, contém:

- *nome do parlamentar*
- *UF*
- *partido*
- *ano de liderança.*

Ela indica quem foi escolhido como líder para cada ano de interesse dentre os partidos com maior número de deputados. Para cruzar a tabela “Líder” com “Votação” havia a necessidade de encontrarmos a identificação numérica do deputado através da variável *nome do parlamentar*. Para isso utiliza-se a 5ª planilha, “Nome dos deputados”, que apresentava o nome do deputado e sua identificação, apenas.

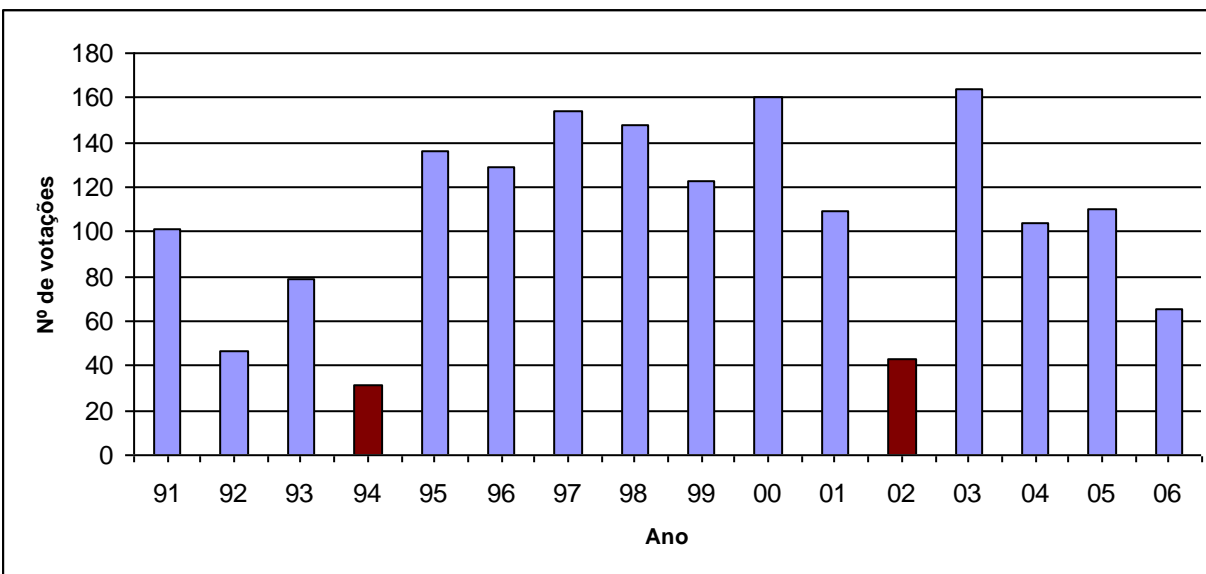
Partindo do princípio que a presença do líder influenciava a fidelidade partidária tentou-se identificar o líder dos partidos em cada uma das votações. Para tanto compara-se “Líder”, “Votação” e “Votação dos líderes” e percebe-se que os líderes nem sempre estão presentes e que outros deputados representam o líder do partido, pois o voto do líder em “Votação dos líderes” não é compatível com votos dos deputados que eram líderes segundo a planilha “Líder”. O que ocorre em aproximadamente 30% dos casos.

Ainda nos foram fornecidas outras duas planilhas que não foram utilizadas na análise que segue. Uma especificando a ementa e o assunto de cada uma das votações em questão e a outra com o número de cadeiras por partido em cada uma das legislaturas.

4. Análise descritiva

As 1.703 votações nominais são consideradas e o número de votações por ano é apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Votações nominais por ano



Destaca-se o fato de que 1994 e 2002 são anos com um número reduzido de votações, coincidentemente ou não, são os últimos anos de mandato dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Com o intuito de mostrar que os partidos possuem influência nas votações, calculou-se a fidelidade partidária anualmente, com duas definições a pedido do pesquisador.

4.1 Definição de fidelidade partidária 1: Para cada votação comparamos o voto do deputado com a indicação de seu líder (note que apenas para partidos que possuem líderes em cada uma das votações especificamente foi possível realizar o cálculo). O líder apresenta seu voto de 5 formas: 'S', 'N', 'A', 'O' e 'L' (Sim, Não, Abstenção, Obstrução e Livre, respectivamente). Caso o líder indique 'L', ou seja, libera seus deputados para votarem da forma que desejarem, então descartamos esse voto. Caso o líder indique 'O', então consideramos como fidelidade a falta do deputado, já que ao faltar o mesmo estará obstruindo a votação. A votação requer um quorum mínimo para ser efetuada. Caso o voto do líder seja 'S', 'N' ou 'A', é considerado fidelidade se os deputados votarem exatamente como indica o líder. Caso o deputado falte (apareça 'F' naquela votação) consideramos seu voto como infidelidade.

4.2 Definição de fidelidade partidária 2: Segue de forma similar à primeira definição exceto que a falta do deputado no caso em que o líder indica 'S', 'N' ou 'A', não será considerada infidelidade partidária. Em outros termos, obtém-se a proporção dos deputados que votam como seu líder dentre os presentes.

Os resultados para os 8 partidos maiores, que ocupam mais de 70% das cadeiras da câmara em cada legislatura, podem ser analisados nos Gráfico 2 e 3 apresentados a seguir.

Gráfico 2: Fidelidade Partidária - Definição 1

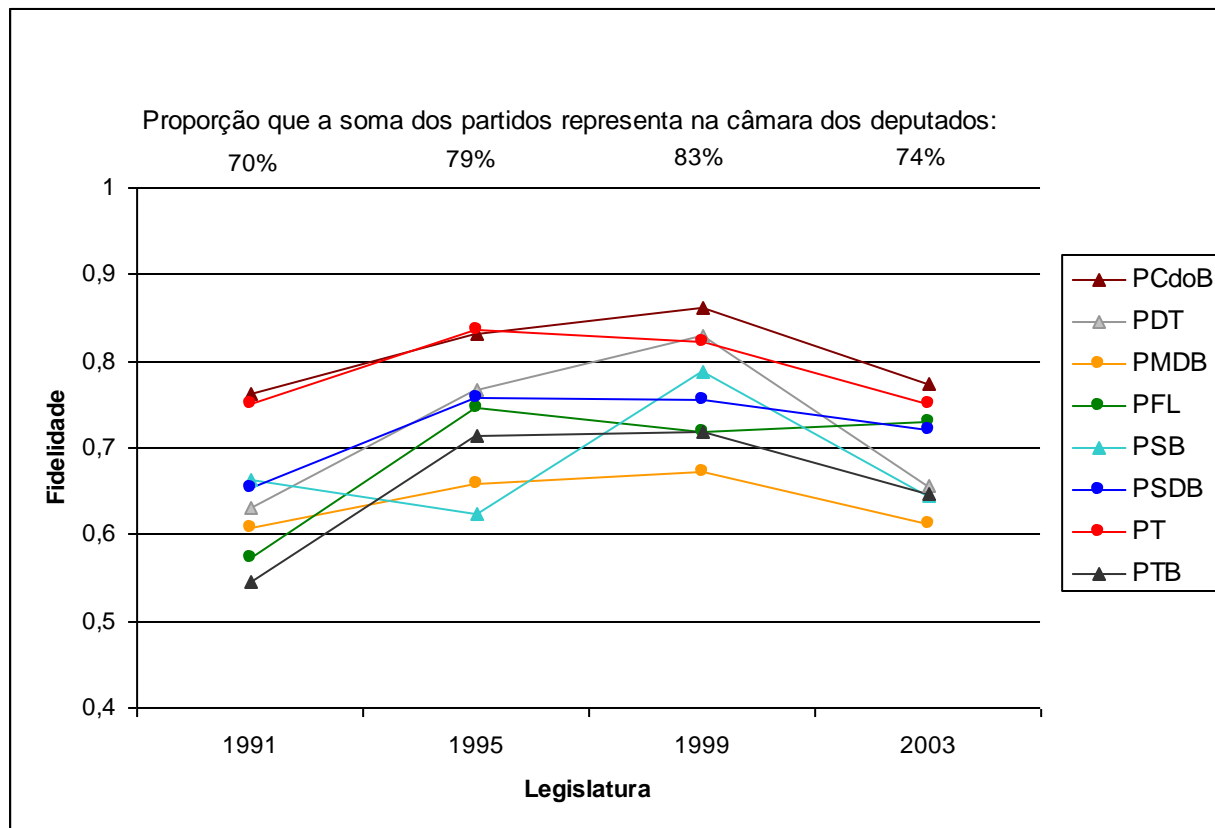
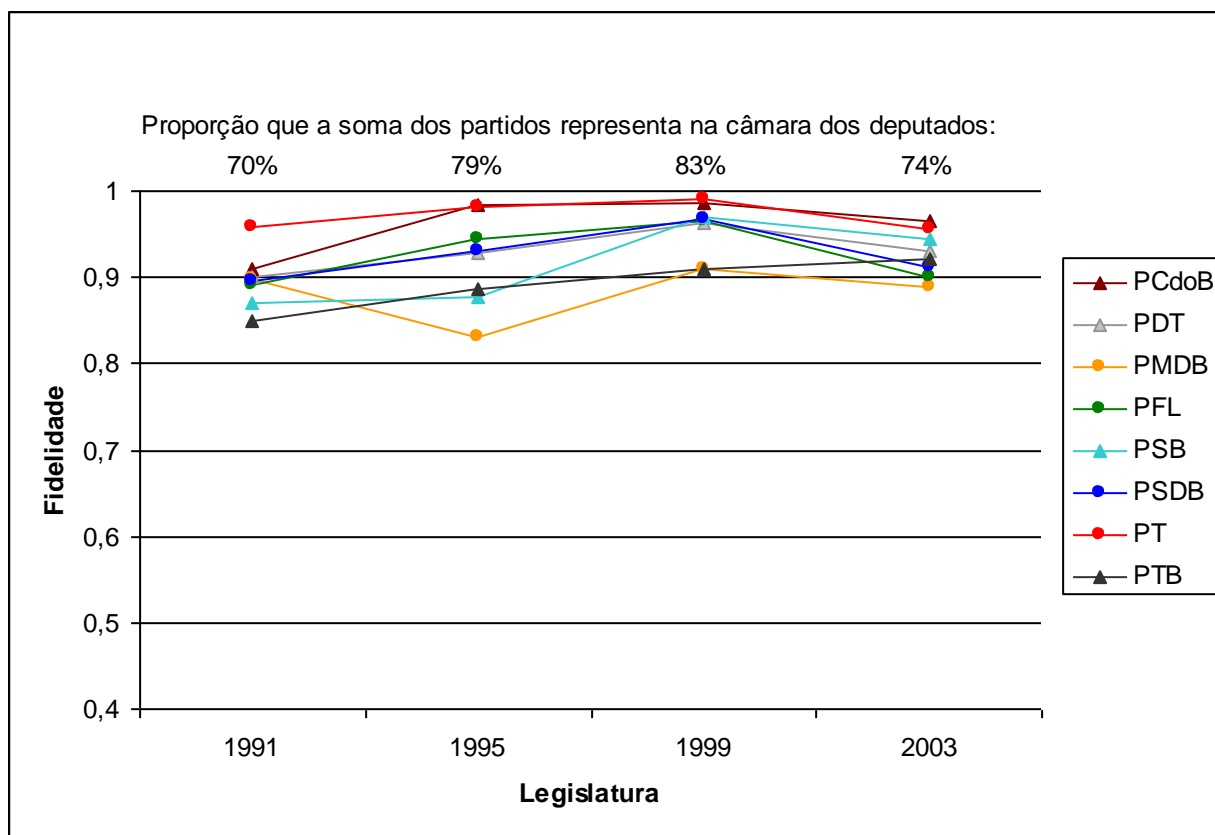


Gráfico 3: Fidelidade Partidária - Definição 2

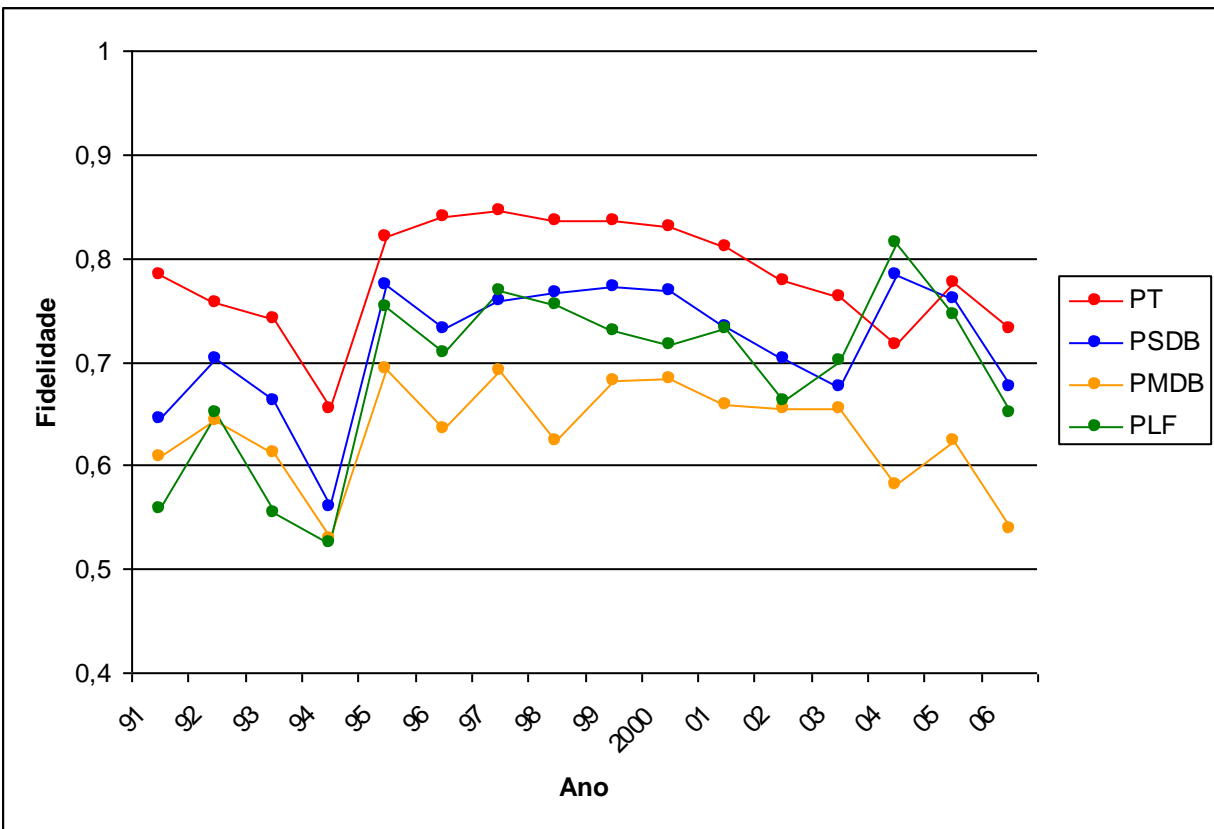


Destaca-se o fato de que a escolha das definições de fidelidade partidária é importante quanto aos índices calculados, embora a fidelidade partidária em ambas as definições seja conclusiva para dizer que os partidos exercem influência no resultado das votações. Pela 1ª definição a média de fidelidade partidária é de 69,6%, já pela segunda definição essa média é aproximadamente 91,6%.

Numa análise rápida sobre o gráfico parece que o PT é um partido mais fiel do que o PMDB.

Segue o Gráfico 4, similar ao Gráfico 2, dividido por ano, apenas para a Definição 1 de fidelidade e para os quatro partidos maiores.

Gráfico 4: Fidelidade Partidária - Definição 1



O Gráfico 4 é apresentado para ressaltar o fato de que em 1994 houve uma queda considerável na fidelidade dos partidos maiores, explicado pela turbulência política vivida no período e unido ao fato de que é um dos anos com menor movimento em votações, como mostrou o Gráfico 1.

Os Gráficos 5 e 6 indicam as proporções que os partidos em questão (PMDB, PFL, PT e PSDB) ocupam das cadeiras destinadas ao estado de São Paulo e da Bahia nos 16 anos analisados. Estes estados merecem destaque, porque São Paulo possui a maior bancada nacional e a Bahia tem uma peculiar distribuição quando comparada com os demais estados do Nordeste.

Gráfico 5: Proporção de cadeiras ocupados pelas maiores partidos em São Paulo

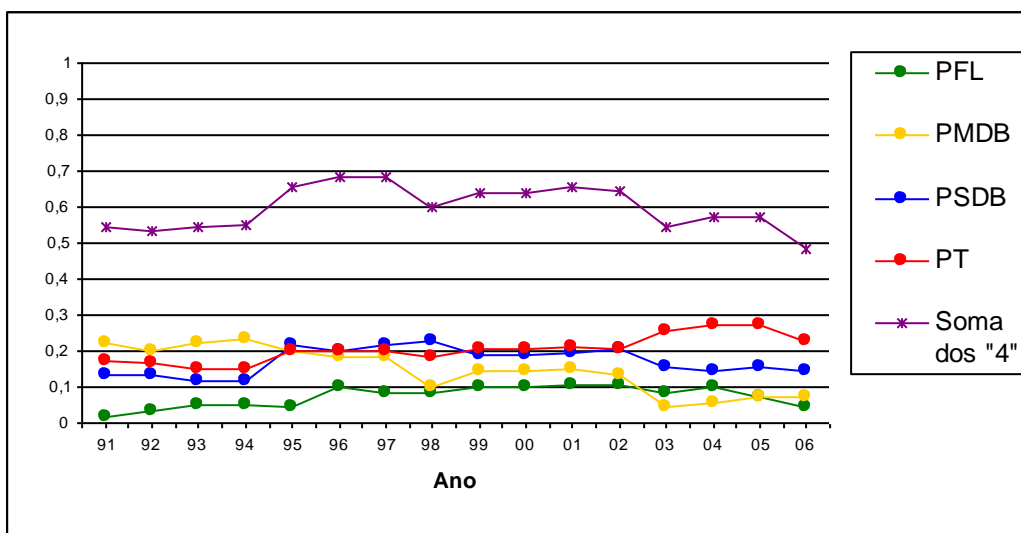
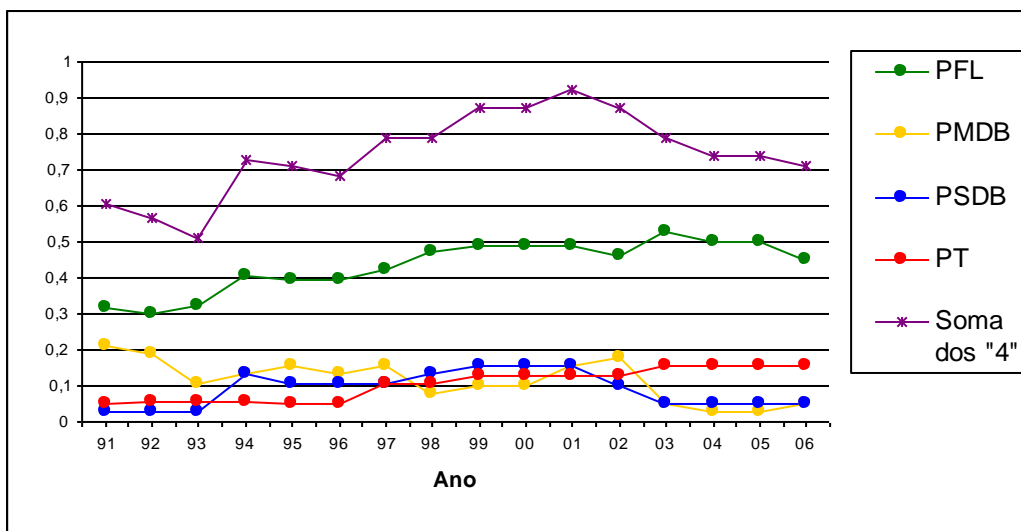


Gráfico 6: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos na Bahia



Se partidos são mais presentes em alguns estados (como o PFL na Bahia) e não em outros estados é lógico se imaginar que deputados desse estado tenham maior poder entre os deputados do partido e que é possível que facções se formem em outros estados que discordem desses deputados.

As proporções de cadeiras ocupadas por esses partidos em outros estados e no Distrito Federal se encontram nos gráficos do Apêndice A.

Visto que a fidelidade partidária é alta, independentemente da definição utilizada, e que as distribuições dos deputados diferem entre as UFs, procuram-se as fidelidades para cada UF fixando o partido. Se essas fidelidades partidárias apresentarem diferenças significativas,

encontram-se bons indícios de que as facções regionais existem. Tomando o PMDB e o PFL, que são partidos de alta presença na câmara, como exemplo, apresentamos nos Gráficos 7 a 10 a fidelidade desses partidos em todos os estados e na Tabelas 1 e 2 a quantidade de deputados do partido presentes na 1ª votação nominal de cada legislatura.

Tabela 1: Número de deputados do PMDB presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	5	1	2	0	8	4	0	6	10	1	15	1	0	6	4	4	2	7	2	3	0	1	9	5	0	13	2
1995	5	2	3	0	6	4	0	3	7	5	11	3	1	7	7	0	2	5	4	2	1	0	7	5	2	14	2
1999	0	1	0	1	4	3	4	1	8	3	12	2	2	3	5	4	3	6	4	4	1	1	8	4	1	10	3
2003	1	1	0	0	2	3	2	1	4	2	5	1	0	5	2	4	2	8	6	3	2	1	6	4	1	3	1

Gráfico 7: Fidelidade PMDB - Definição 1 - por UF e Legislatura

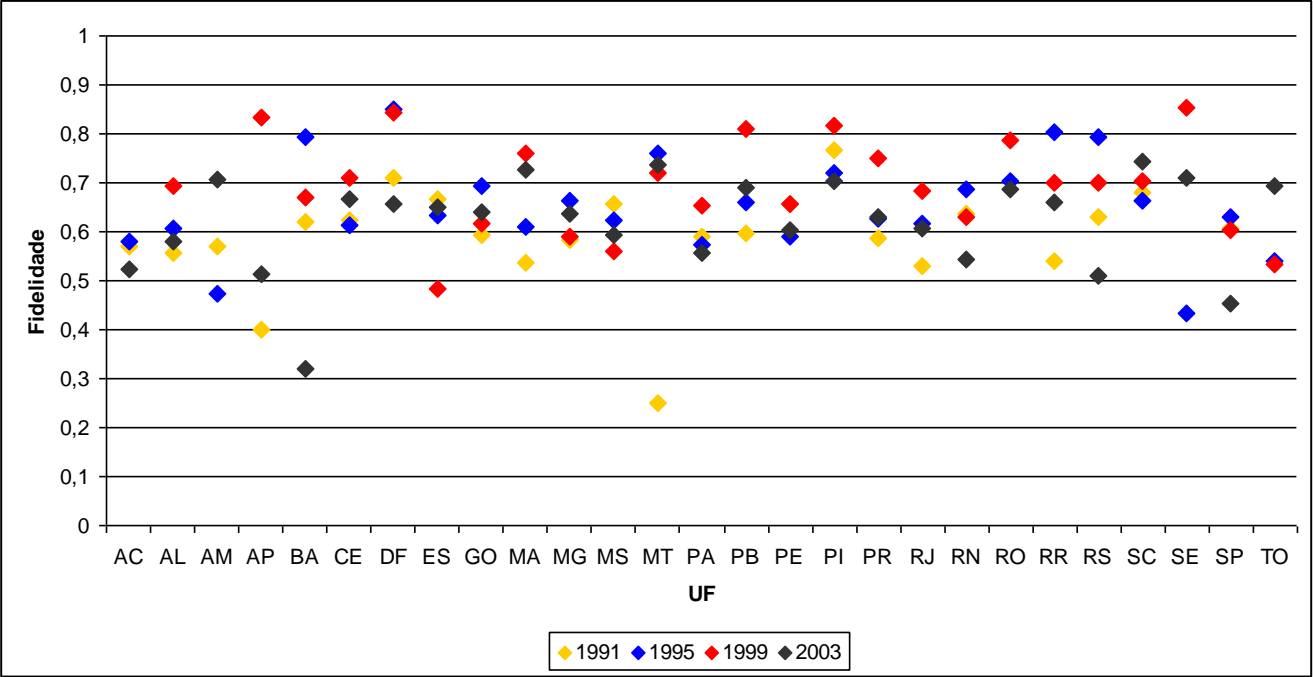


Gráfico 8: Fidelidade PMDB - Definição 2 - por UF e Legislatura

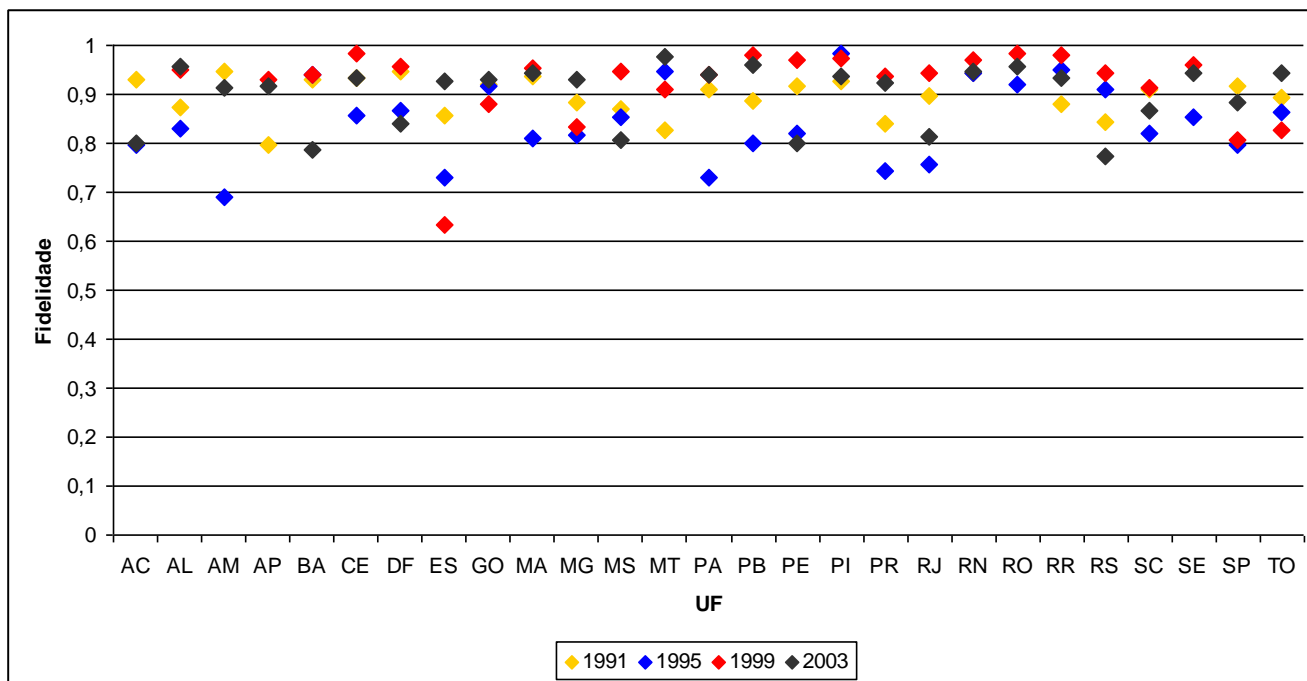


Tabela 2: Número de deputados do PFL presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	0	0	2	4	12	4	1	0	0	7	6	1	3	1	3	11	5	4	5	3	0	1	1	3	3	1	0
1995	0	1	2	3	15	2	1	0	1	7	10	1	0	1	3	11	4	6	4	5	0	1	1	3	1	3	0
1999	2	1	4	1	19	2	1	0	2	7	9	1	1	3	3	8	3	8	6	3	2	4	0	5	0	7	2
2003	0	2	1	0	20	2	1	0	2	5	5	1	1	1	1	5	3	2	4	2	0	3	1	2	2	6	2

Gráfico 9: Fidelidade PFL - Definição 1 - por UF e Legislatura

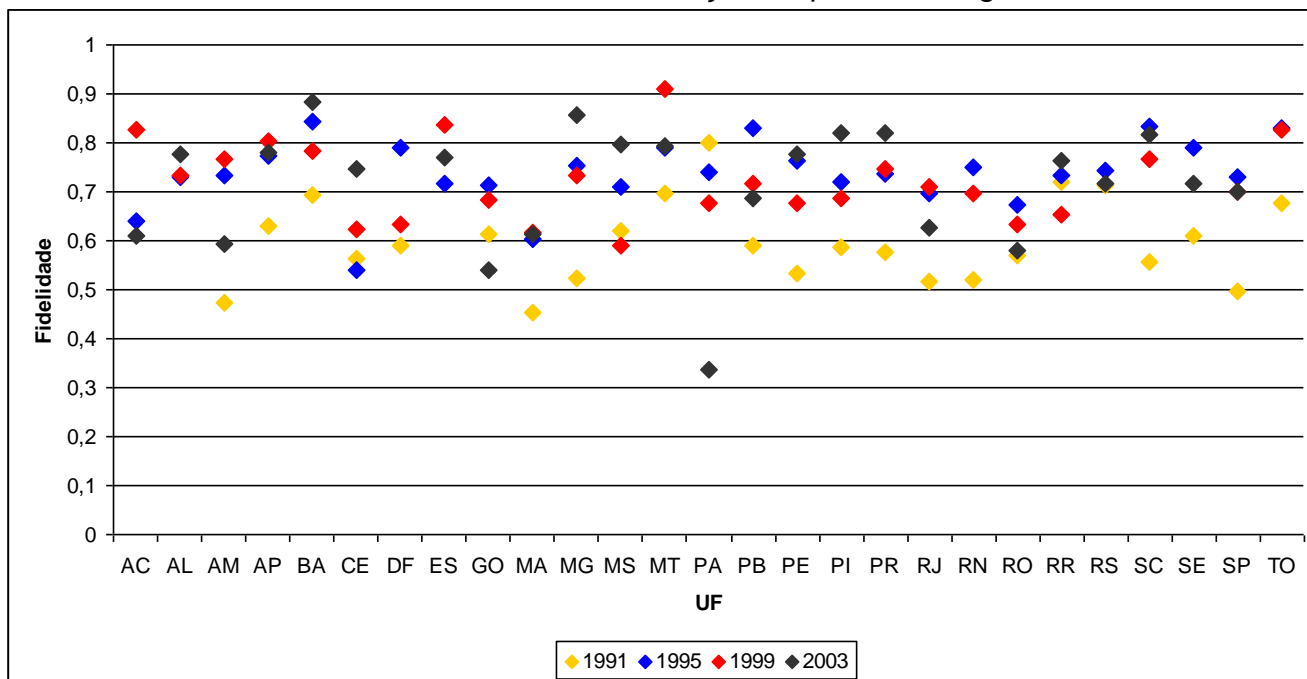
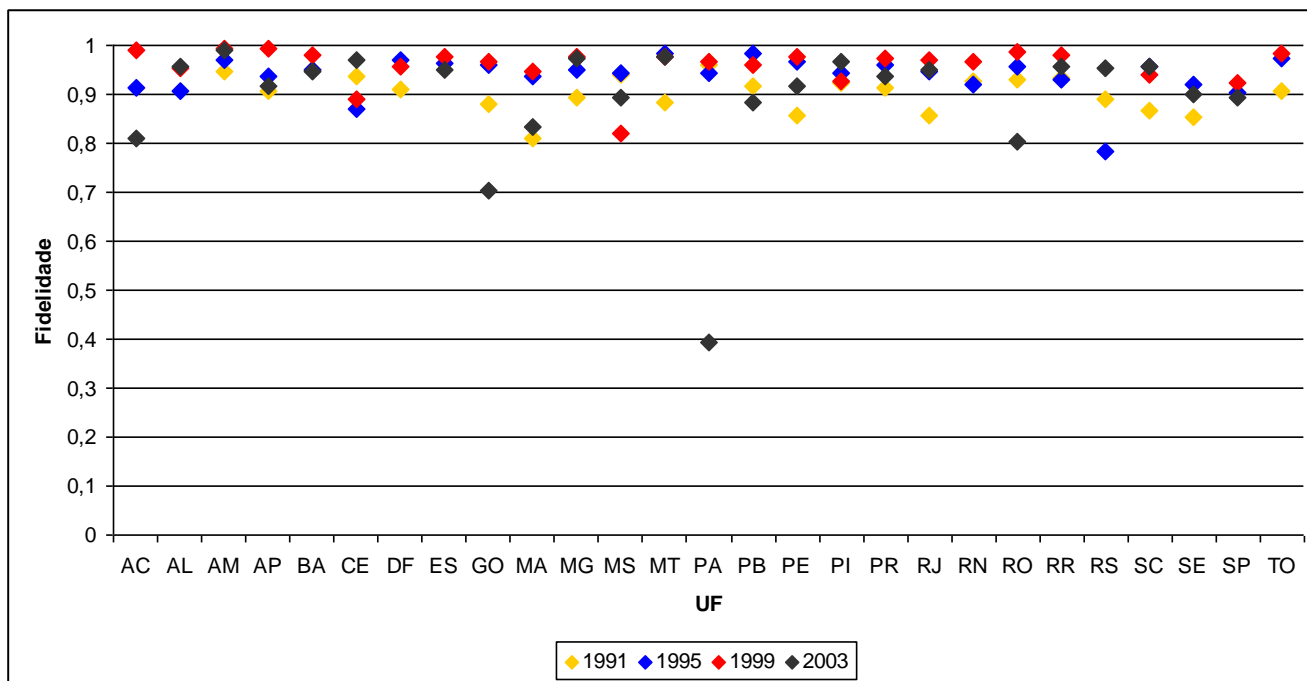


Gráfico 10: Fidelidade PFL - Definição 2 - por UF e Legislatura



Os Gráficos 7 a 10 nos mostram que existe baixa variabilidade entre os estados e que dentro das UFs existe uma variabilidade entre as legislaturas que não segue nenhum padrão definido, a mesma conclusão se apresenta nos outros seis grandes partidos (Apêndice B).

Os casos em que a fidelidade é baixa (legislatura de 2003 no PA para o PFL – Gráficos 9 e 10), geralmente são de estados com apenas um deputado (Tabela 2) e este não concorda com o líder.

Percebe-se que ao se escolher a Definição 2 de fidelidade temos as proporções mais elevadas, com diferenças mais leves. Mas no caso em que se usa a Definição 1 as diferenças são mais acentuadas. E para as duas definições fica claro, assim como nos Gráficos 2 e 3, que o PFL é um partido com deputados mais fiéis do que o PMDB.

Para melhor visualização, destacamos dos Gráficos 7 e 8 e apresentamos nos Gráficos 11 e 12, na forma de gráfico de barras, os estados com alto número de deputados do PMDB (Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo).

Gráfico 11: Fidelidade PMDB - Definição 1 - por UF e Legislatura

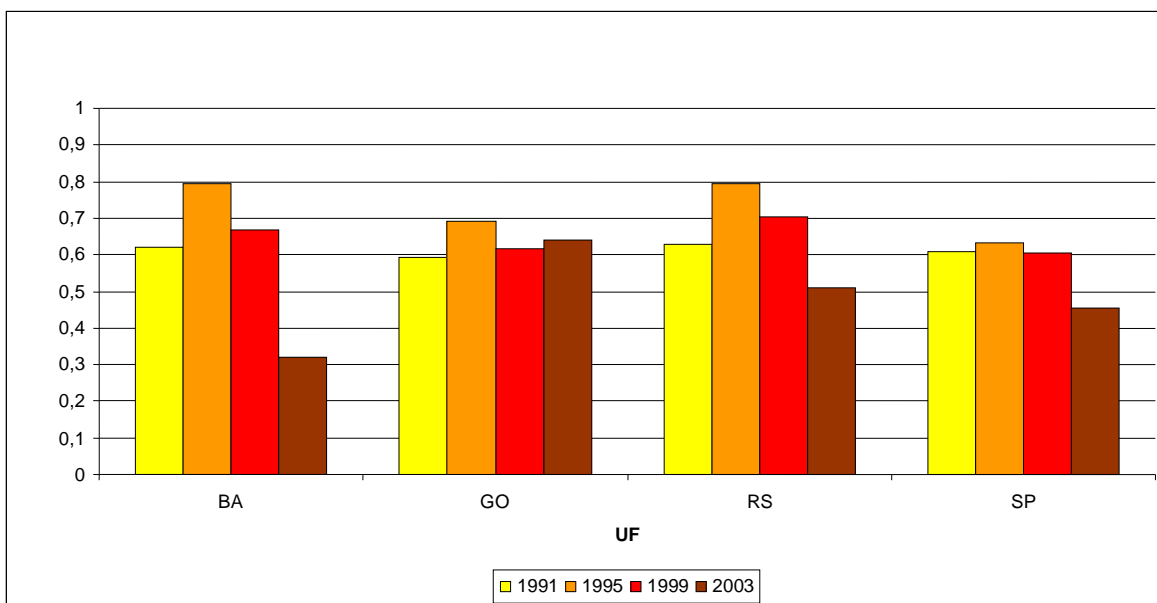


Gráfico 12: Fidelidade PMDB - Definição 2 - por UF e Legislatura

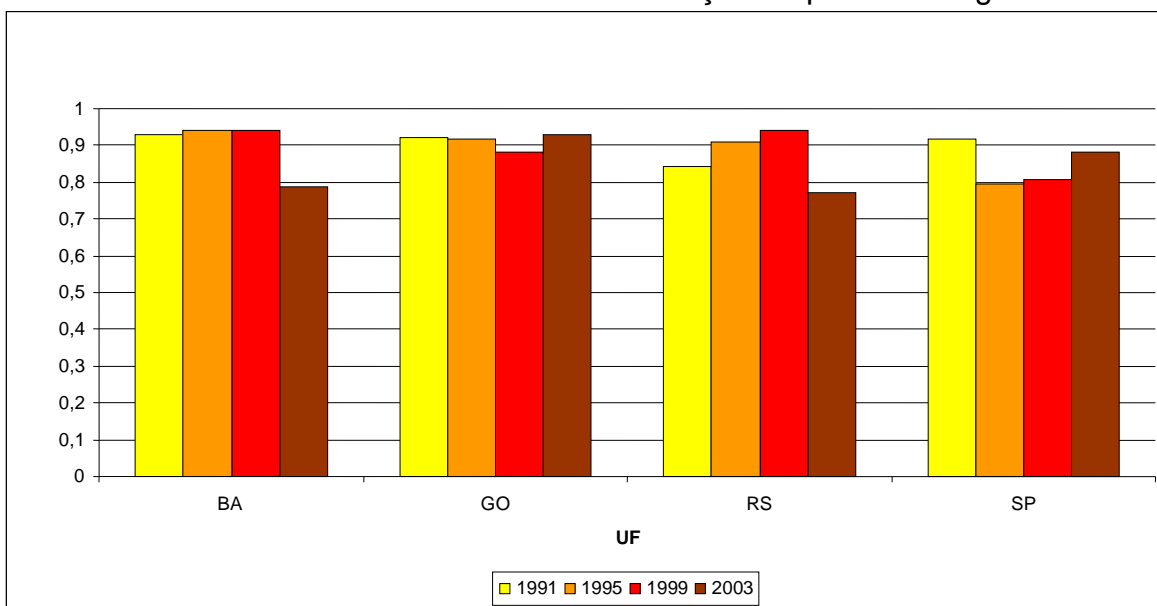


Tabela 3: Número de deputados do PMDB presentes na 1ª votação nominal da legislatura¹

Legislatura	UF			
	BA	GO	RS	SP
1991	8	10	9	13
1995	6	7	7	14
1999	4	8	8	10
2003	2	4	6	3

Os deputados do PMDB-RS no mandato de Fernando Henrique Cardoso (legislaturas de 1995 e 1999) tinham fidelidade maior do que dos deputados do PMDB-SP. Já na legislatura

¹ O número de deputados presentes na 1ª votação nominal não é o mesmo para todas as votações que se seguem no mandato, apesar da variação ser pequena.

de 2003, no mandato de Lula, os deputados do PMDB-SP apresentam maior fidelidade e o PMDB-GO não apresentam diferenças significativas entre as legislaturas, como mostram os Gráficos 11 e 12. Isto indica que a legislatura é um fator que influencia a fidelidade do partido.

As diferenças entre as fidelidades nas UFs no PMDB não apresentam grandes mudanças para os estados, como se pode avaliar dos Gráficos 7 e 8. Os Gráficos 13 e 14 apresentam os resultados de fidelidade do PFL nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Novamente escolhemos destacar estados com forte presença do partido.

Gráfico 13: Fidelidade PFL - Definição 1 - por UF e Legislatura

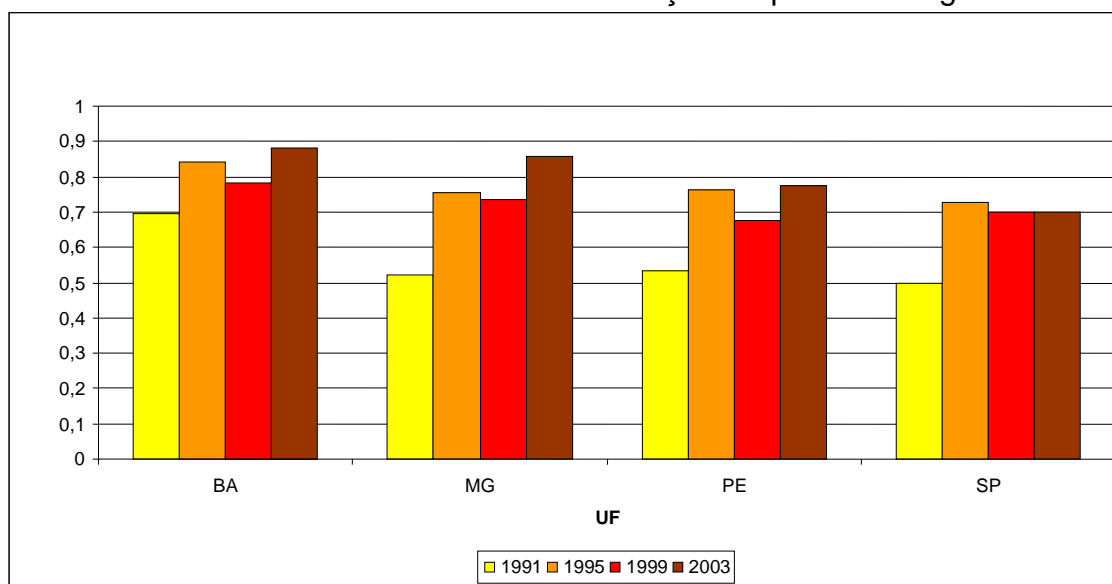


Gráfico 14: Fidelidade PFL - Definição 2 - por UF e Legislatura

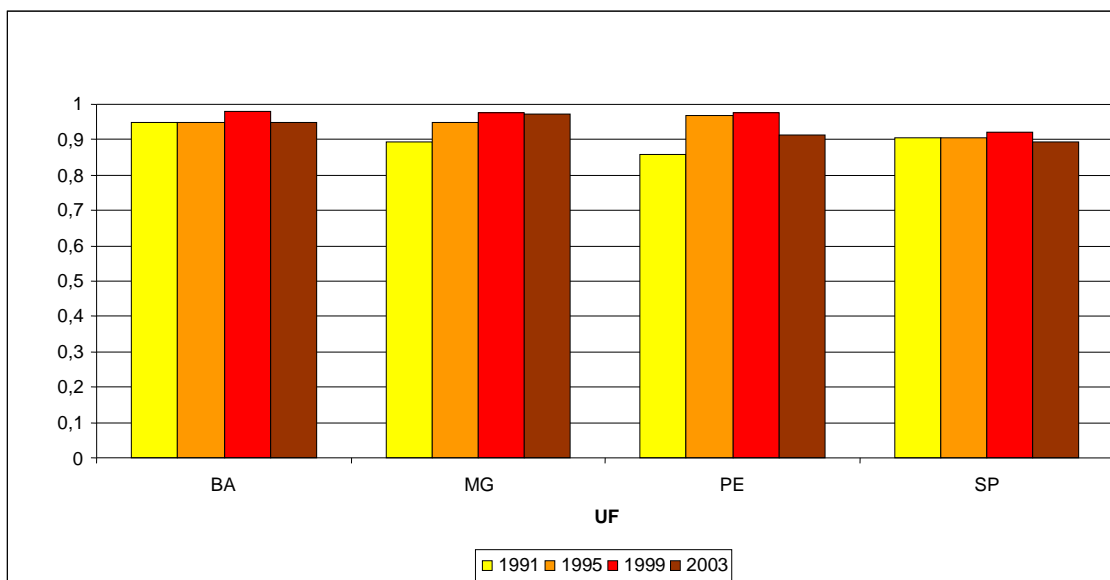


Tabela 4: Número de deputados do PFL presentes na 1ª votação nominal da legislatura²

Legislatura	UF			
	BA	MG	PE	SP
1991	12	6	11	1
1995	15	10	11	3
1999	19	9	8	7
2003	20	5	5	6

O PFL é um partido de altíssima presença no estado da Bahia. Nesse estado se levarmos em conta a Definição 1 de fidelidade percebemos que em todas as legislaturas os deputados são ligeiramente mais fiéis, não o bastante para afirmarmos que existe, de fato, facções que competem com os deputados da Bahia. Com a Definição 2 essa diferença é ainda menor, quando ela existe.

A presença dos partidos muda de estado para estado, mas as fidelidades partidárias, com pouquíssimas exceções, mantêm-se muito próximas entre os estados, o que parece enfraquecer a conjectura do pesquisador. Portanto tentaremos uma nova abordagem.

5. Análise de agrupamentos

² O número de deputados presentes na 1ª votação nominal não é o mesmo para todas as votações que se seguem no mandato, apesar da variação ser pequena.

Com a análise descritiva da situação observa-se que os partidos não se distribuem uniformemente pelo Brasil, porém dentro dos partidos a fidelidade partidária se mantém muito parecida entre os estados indicando que se as facções realmente existirem elas não têm força política dentro do partido.

Outra forma de comprovar a existência de facções é através de uma análise de agrupamentos. Cria-se uma medida de distância entre os deputados de mesmo partido numa mesma votação, num total de 1.703 votações. Com os deputados agrupados observamos suas unidades federativas e tentamos avaliar a conjectura do pesquisador.

Para tentar encontrar as facções dentro dos partidos e como elas se propagam, pôs-se em prática uma análise de agrupamentos. Para tanto vamos definir uma medida de distância.

5.1. Medida de distância

Na análise descritiva utilizaram-se medidas de fidelidade. Pensando no mesmo conceito definiu-se a medida de distância entre os deputados. Um deputado está mais “próximo” do outro quanto à proporção de votos iguais dentre todas as votações que ambos estiveram presentes.

Para cada partido (os 4 maiores) e legislatura, criou-se uma matriz $N \times N$, onde N é o número de deputados que votaram alguma vez pelo partido na legislatura em questão. Então calculou-se a distância comparando diretamente os votos dos deputados dois a dois. Assim como na definição de fidelidade partidária 1, da Seção 4.1, as faltas (“F”) são levadas em conta e os deputados são parecidos se ambos faltarem na mesma votação. Em outras palavras, a distância ‘d’ é definida como:

$$d_{ij} = \frac{\sum_{l=1}^{V_{ij}} k_{ijl}}{V_{ij}}, \text{ onde}$$

$i = j = 1, \dots, N$

d_{ij} : distância entre o deputado i e j .

V_{ij} : total de votações consideradas para comparar os deputados i com j .

k_{ijl} : assume 0 se a l -ésima votação entre os deputados i e j forem iguais e 1 caso contrário; levando em conta que ‘O’ (obstrução) é igual a ‘F’ (falta).

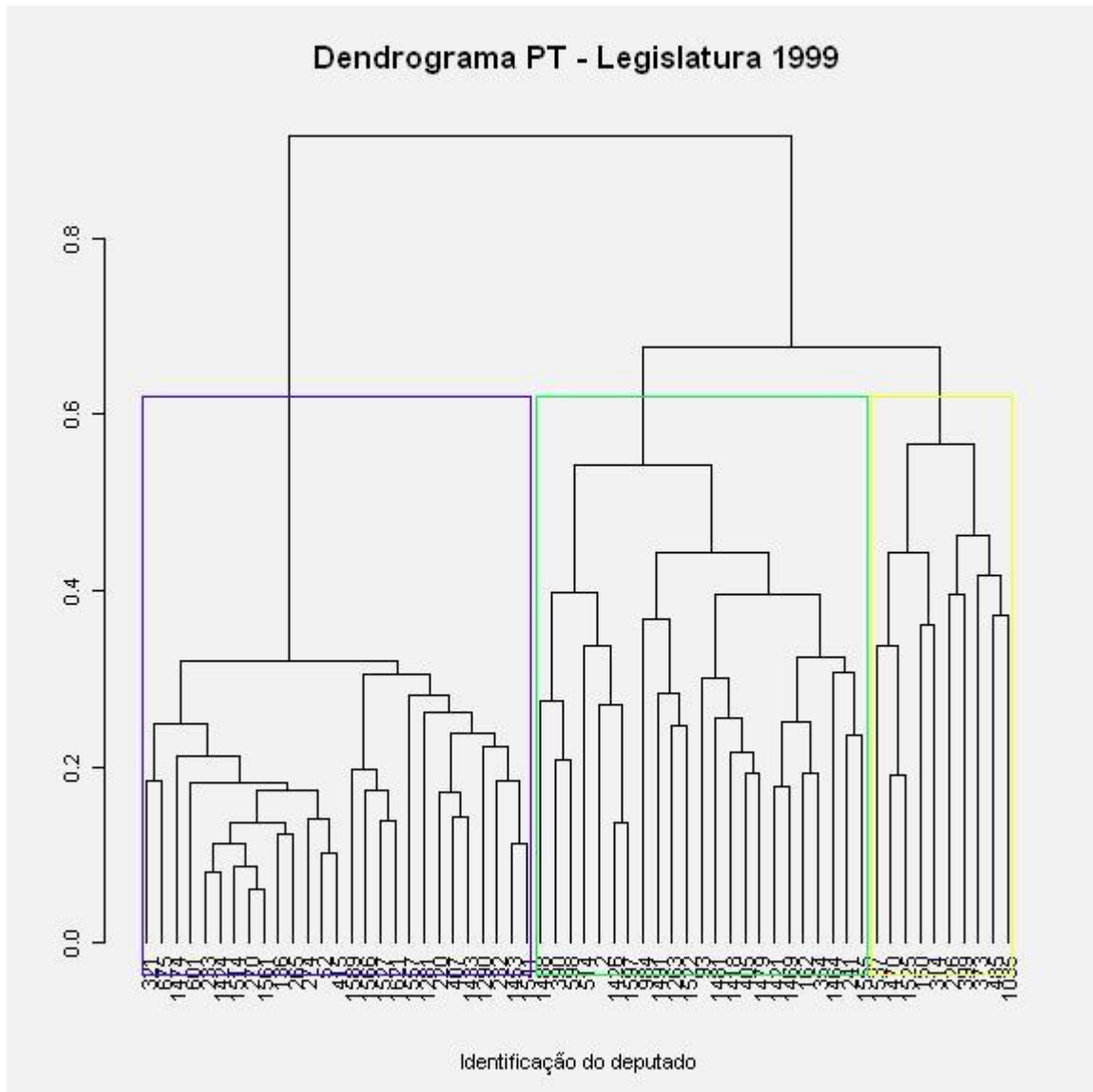
Dessa forma definimos uma distância d_{ij} no intervalo $[0, 1]$ onde 0 significa igualdade dos deputados e 1 é diferença total entre os votos.

A matriz foi reduzida retirando-se os deputados que não participaram de pelo menos 50% das votações. Isso foi feito para retirar os deputados que teriam poucas comparações com os outros do mesmo partido, pois foram indivíduos que permaneceram por pouco tempo, naquele mandato, no partido em questão. Dessa forma, podemos aplicar o método de agrupamento.

5.2. Método de agrupamento

Quando pronta a matriz de distâncias, aplica-se o método de agrupamento. Dentre os métodos de agrupamento aplicados, o método de Ward (Johnson e Wichern, 2001) nos forneceu grupos mais homogêneos. Um exemplo do método de Ward segue com o dendrograma abaixo para o PT na legislatura de 1999.

Gráfico 15: Método de Ward



Percebe-se no Gráfico 15 três grupos definidos. De forma geral, na maioria dos casos, o método de Ward evita a formação de grupos pequenos (com poucos deputados) e por esse fato o escolhemos para fazer a análise. Quanto ao número de grupos definimos que dividiríamos os deputados sempre em três grupos para facilitar o entendimento, embora seja melhor que se escolham analisando o dendrograma.

Três grupos pareciam ideal na maioria dos casos analisados. O restante dos dendrogramas para o método de Ward encontra-se no Apêndice C.

5.3. Resultados

Com os grupos de deputados definidos aplicaram-se medidas resumo em cada um dos grupos para caracterizá-los. Se conseguirmos defini-los como dependentes regionais teríamos fortes evidências de que a conjectura do pesquisador é válida.

As medidas resumo dos grupos basicamente é a contagem do número de deputados de cada unidade federativa dentro do grupo e a fidelidade desses deputados em relação ao líder, levando em conta a definição de fidelidade 1. Os grupos são numerados de 1 a 3, sendo o 1 de maior e o 3 de menor fidelidade.

Para explicarmos a distribuição desses grupos no Brasil criamos dois gráficos. O primeiro é o mapa, a unidade federativa é colorida correspondentemente ao grupo de maior presença dentro dela. Caso haja empate na maior presença, colore-se de cinza. Usamos branco para as unidades sem deputado nenhum. O gráfico é interessante para termos uma idéia de como os grupos se distribuem, mas não nos dá o número de deputados em cada uma das unidades federativas. São Paulo, por exemplo, é um estado com muitos deputados e é evidente que terá um número maior de deputados nos grupos. Para visualizarmos quantitativamente essa diferença, temos o segundo gráfico de barras que indica o número total de deputados nas unidades e o total por grupo.

O exemplo que segue é para as duas últimas legislaturas dentro do PT.

Gráfico 16: Distribuição dos grupos do PT no Brasil

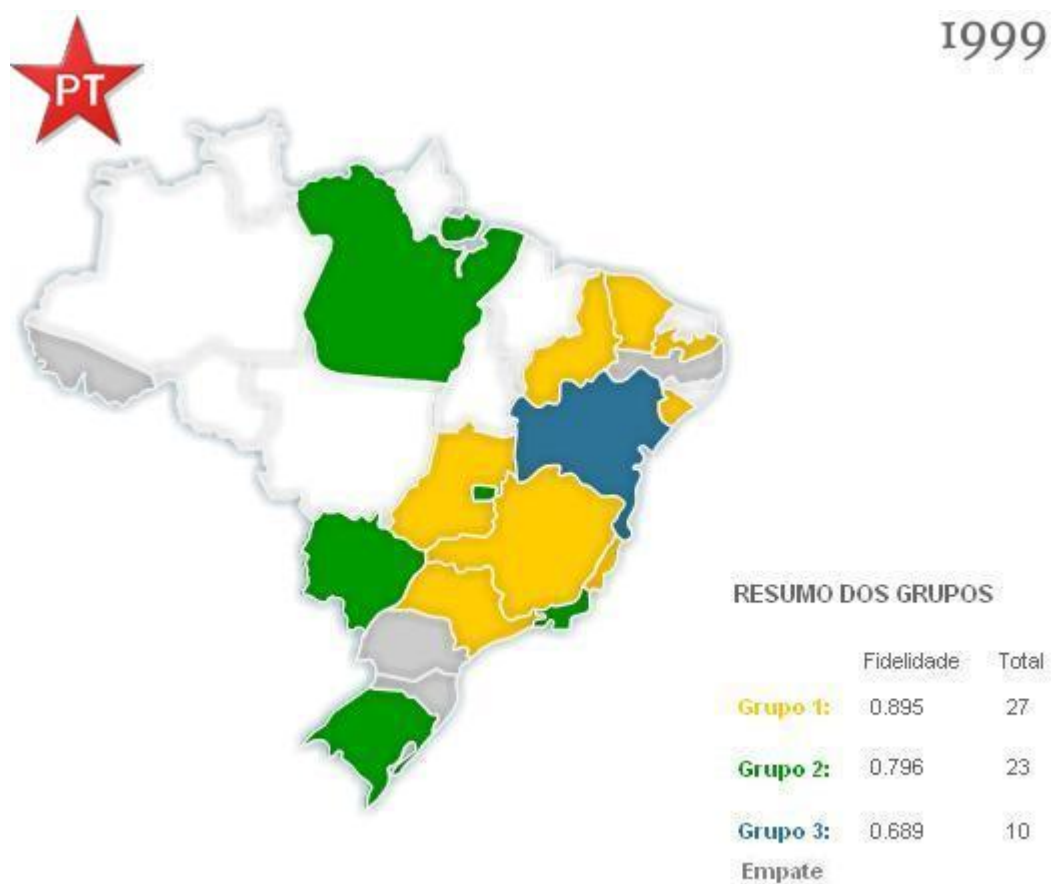


Gráfico 17: Número de deputados por grupo e UF - Legislatura de 1999 - PT

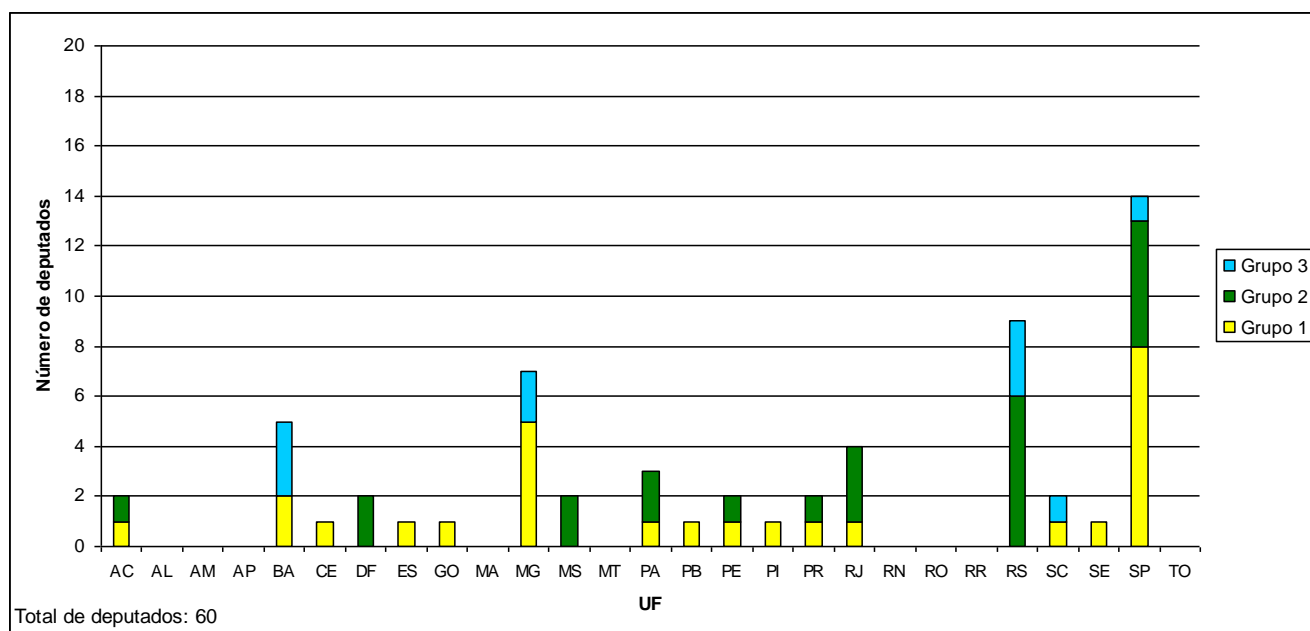


Gráfico 18: Distribuição dos grupos do PT no Brasil

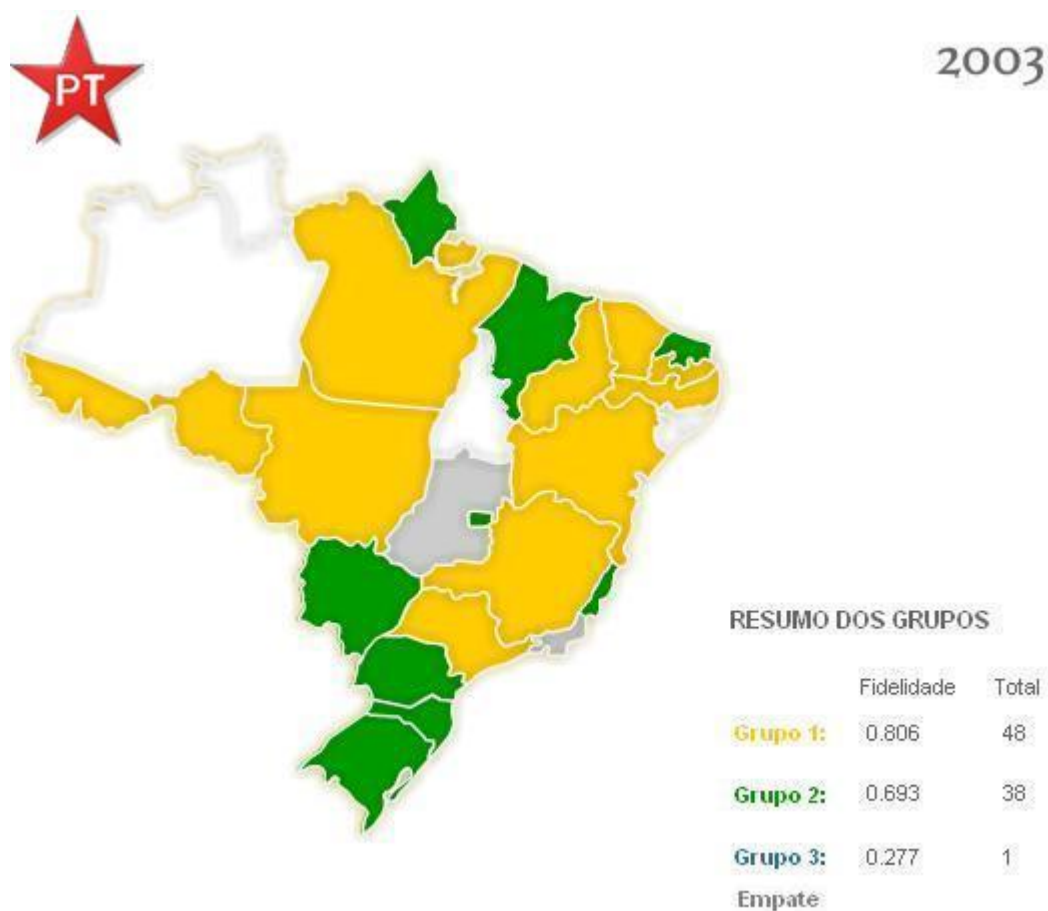
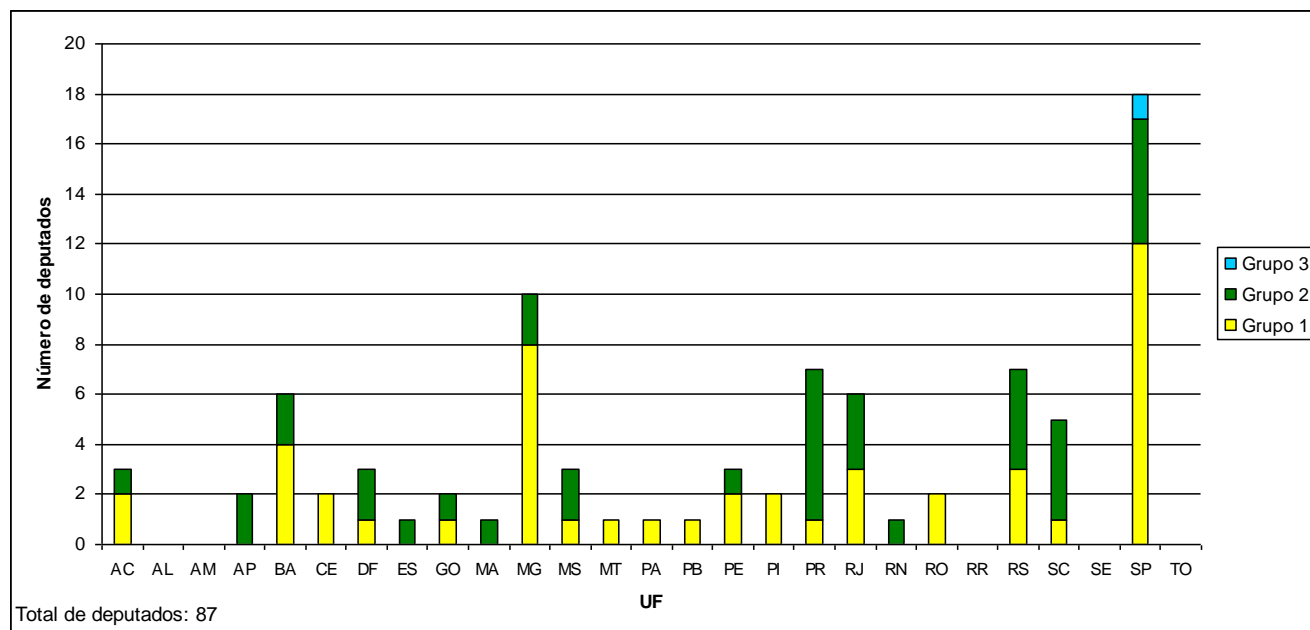


Gráfico 19: Número de deputados por grupo e UF - Legislatura de 2003 - PT



O PT, como vimos na Seção 4, tem poucos deputados na região Norte. Sua alta concentração de deputados se encontra em MG e SP. O Grupo 1, que podemos chamar de grupo mais fiel, possui sua maioria nesses estados e em boa parte dos estados do Nordeste na legislatura de 1999 (Gráficos 16 e 17). O grupo 2, um pouco menos fiel, aparece basicamente no RJ e nos estados da região Sul. Essa divisão se acentua na última legislatura (Gráficos 18 e 19), quando o terceiro grupo é diluído e se transforma em um único deputado de SP que vai contra os interesses do líder, sendo fiel a ele em apenas 27,7% dos casos. Lembrando sempre que, embora os dois maiores grupos estejam espalhados pelo Brasil a maioria dos deputados do Grupo 1 estão nos estados de SP, MG e do Nordeste e a maioria do Grupo 2 nos estados do RJ e na região Sul.

Na Seção 4 demos ênfase ao fato de que o PMDB era um partido de alta concentração em quase todos os estados e que sua fidelidade partidária era relativamente baixa se comparada com a dos outros partidos. O agrupamento dos deputados do PMDB segue abaixo.

Gráfico 20: Distribuição dos grupos do PMDB no Brasil

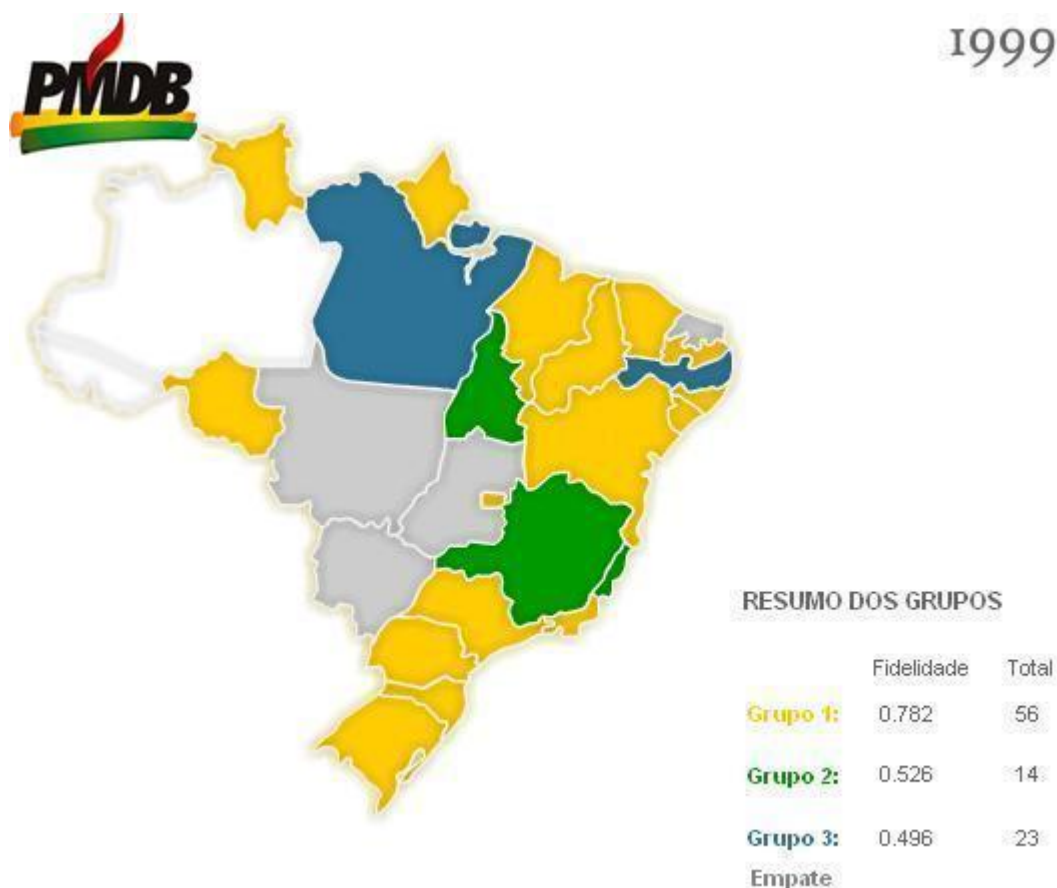


Gráfico 21: Número de deputados por grupo e UF - Legislatura de 1999 - PMDB

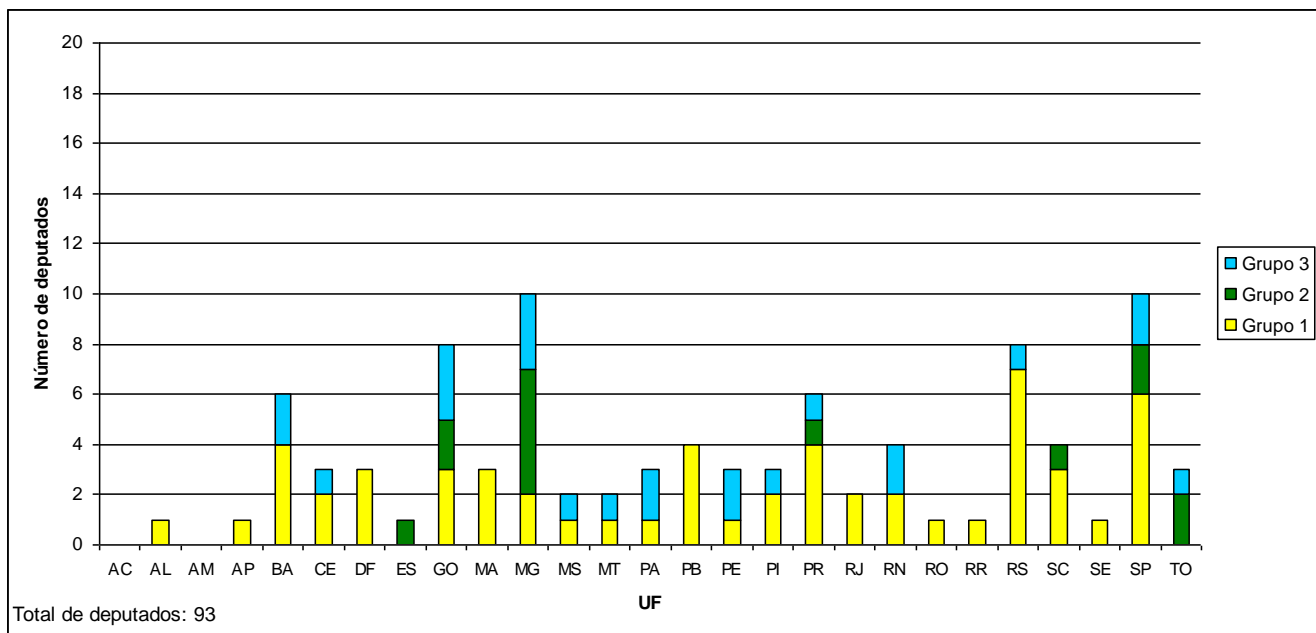


Gráfico 22: Distribuição dos grupos do PMDB no Brasil

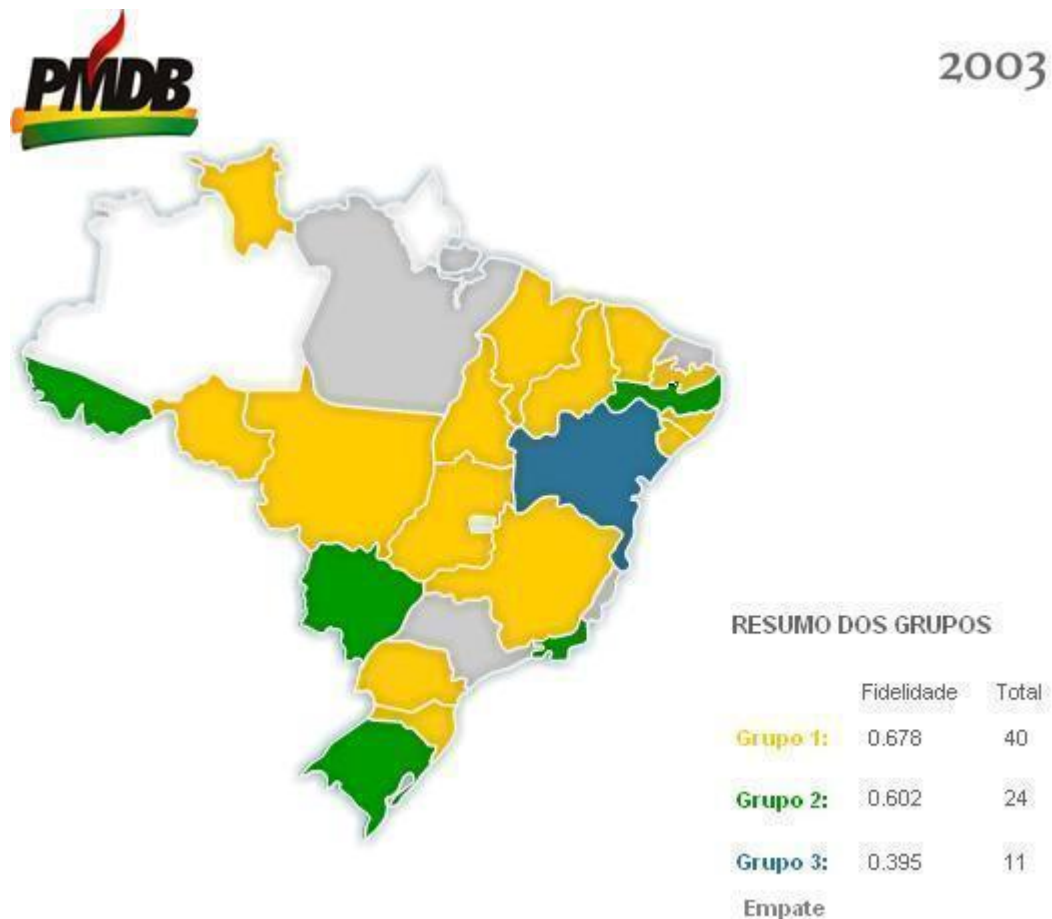
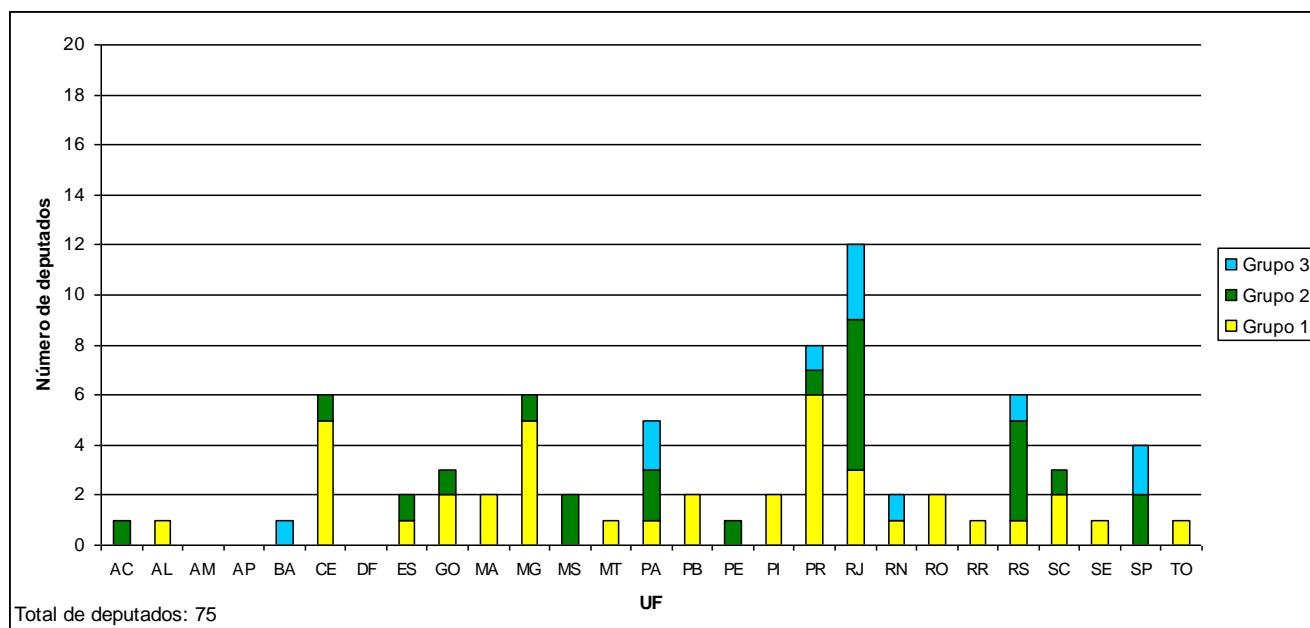


Gráfico 23: Número de deputados por grupo e UF - Legislatura de 2003 - PMDB



O PMDB na legislatura de 1999 (Gráfico 20) tem um Grupo 1 com muitos deputados espalhados pelo Brasil todo com fidelidade consideravelmente maior do que os outros dois grupos (78% contra 52% e 49%). O Grupo 2 de menor fidelidade tem concentração basicamente em MG, com 5 deputados dos 14 desse grupo 2 (Gráfico 21). Pode-se imaginar que eles formavam uma facção com alguns outros deputados vizinhos, GO, TO e SP. Mas o mesmo formato não se apresenta na legislatura seguinte. Nesta legislatura (Gráficos 22 e 23), a diferença de fidelidade quanto aos líderes entre os Grupos 1 e 2 é de 7% apenas e o Grupo 2 tem mais deputados no RJ e RS, embora o restante esteja espalhado pelo Brasil.

Para fazermos a análise do PSDB usaremos 3 legislaturas, por causa da alta quantidade de deputados no Grupo 1 na legislatura de 1995 e início do período de governo do partido. Os gráficos estão abaixo.

Gráfico 24: Distribuição dos grupos do PSDB no Brasil



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.801	69
Grupo 2:	0.619	3
Grupo 3:	0.55	12
Empate		

Gráfico 25: Número de deputados por grupo e UF - Legislatura de 1995 - PSDB

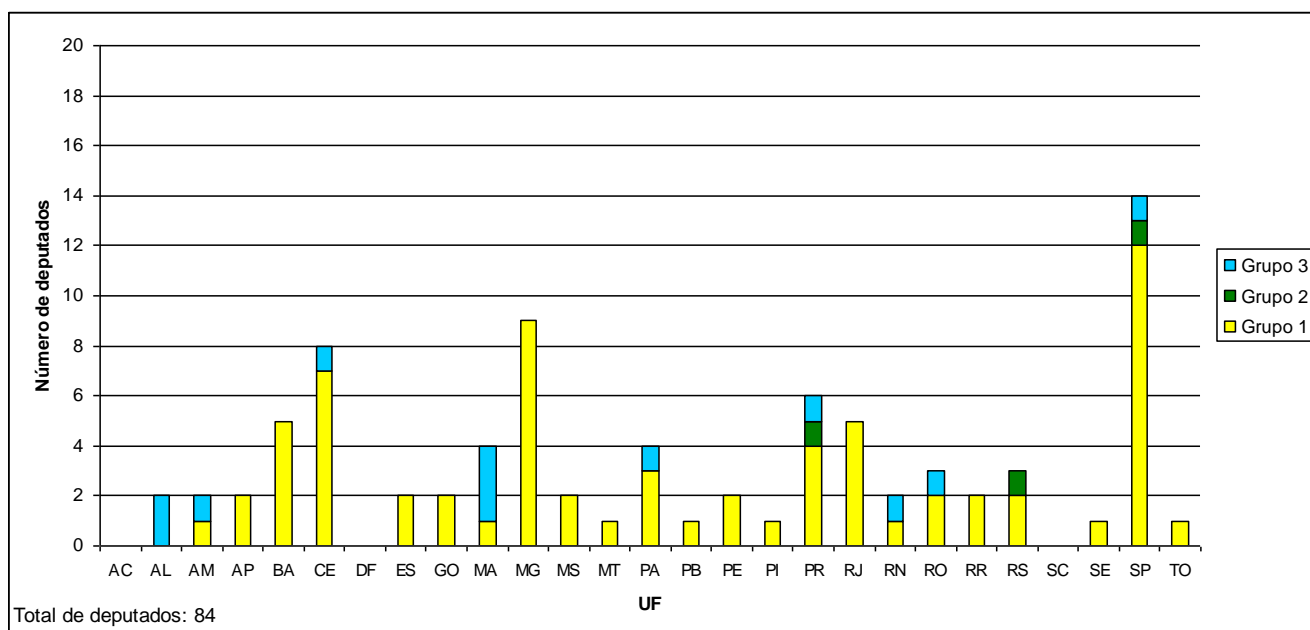


Gráfico 26: Distribuição dos grupos do PSDB no Brasil



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.857	46
Grupo 2:	0.72	25
Grupo 3:	0.615	23
Empate	—	—

Gráfico 27: Número de deputados por grupo e UF - Legislatura de 1999 - PSDB

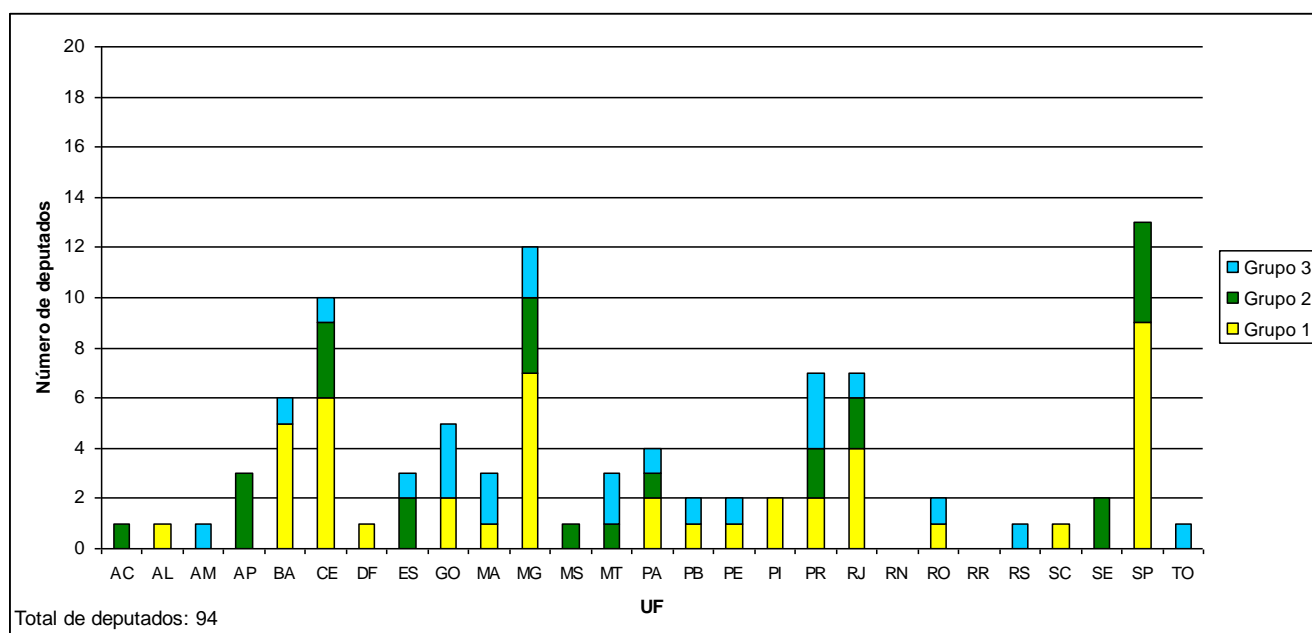
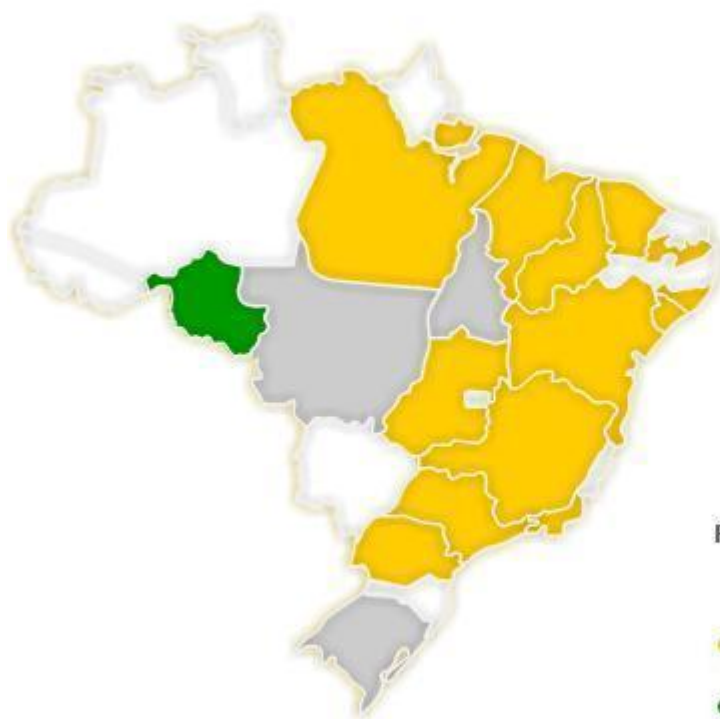


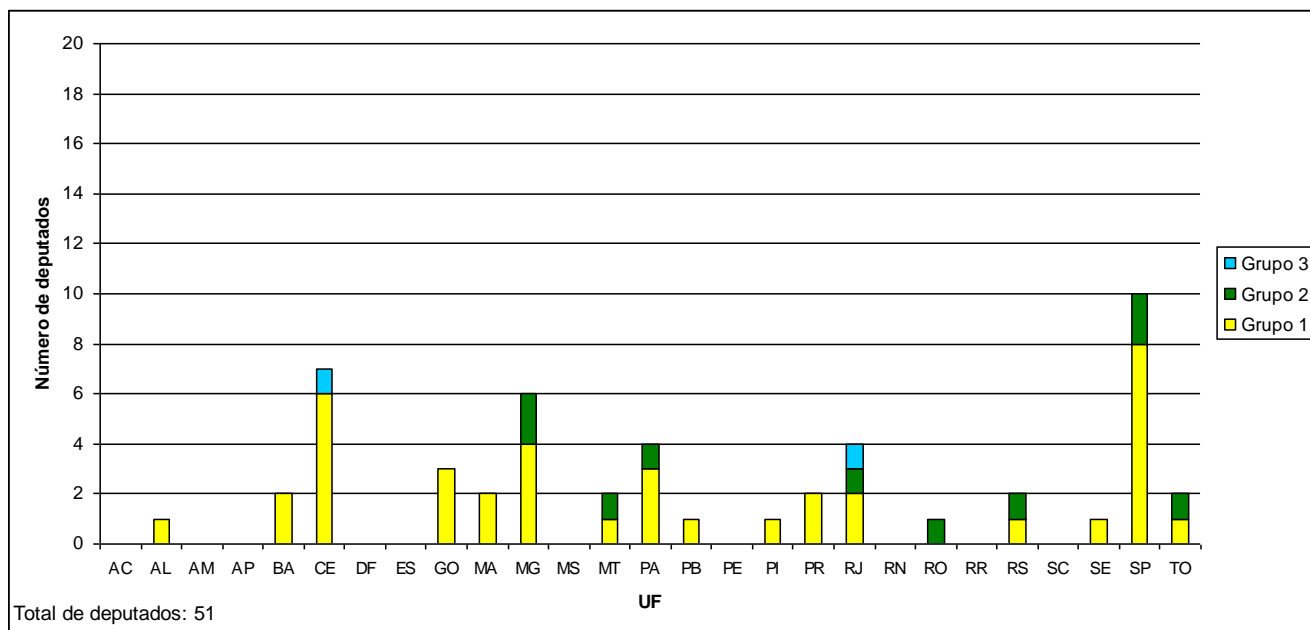
Gráfico 28: Distribuição dos grupos do PSDB no Brasil



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.768	39
Grupo 2:	0.596	10
Grupo 3:	0.404	2
Empate		

Gráfico 29: Número de deputados por grupo e UF - Legislatura de 2003 - PSDB



O PSDB teve um crescimento no número de deputados da legislatura de 1995 para a de 1999 (mandatos presidenciais do PSDB com o presidente Fernando Henrique Cardoso) e uma queda no número de deputados para a legislatura seguinte.

Vemos que na legislatura de 1995 o PSDB tinha um número alto de deputados no Grupo 1, com alta fidelidade (80%). Os outros dois grupos eram pequenos e bem distribuídos entre os estados. Já na legislatura de 1999 ocorre um aumento dos Grupos 2 e 3, indicando um aumento na variabilidade da fidelidade partidária, embora não enxerguemos divisões regionais dentro dos grupos. Na legislatura de 2003, o PSDB volta a ser um partido com predominância do Grupo 1, embora não tão acentuada quanto na legislatura de 1995.

Os mapas e gráficos de barra para as legislaturas restantes dos partidos apresentados e para o PFL encontram-se no Apêndice D.

Uma análise que reforça a idéia das facções é que os ‘Grupos 1’ de todos os partidos têm presença forte nos estados correspondentes ao dos líderes. As Tabelas 5, 6 e 7 mostram a quais unidades federativas pertencem os líderes dos três partidos analisados anteriormente (PT, PMDB e PSDB).

Tabela 5: Distribuição das uf dos líderes do PT

Legislatura	AP	BA	CE	MG	PA	PB	PE	PR	RJ	RS	SE	SP
1991	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
1995	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1
1999	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
2003	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1

Tabela 6: Distribuição das uf dos líderes do PMDB

Legislatura	AP	BA	CE	MG	PA	PB	PE	PR	RJ	RS	SE	SP
1991	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
1995	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
1999	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	0	0	1	0	0	2	0	2	0	0	0	0

Tabela 7: Distribuição das uf dos líderes do PSDB

Legislatura	AP	BA	CE	MG	PA	PB	PE	PR	RJ	RS	SE	SP
1991	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
1995	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
1999	1	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

O PT na legislatura de 1999 (Tabela 5) possui a maioria dos seus líderes situados em SP, que lidera o Grupo 1 em número de deputados. Assim como o PSDB na mesma legislatura (Tabela 7) possui dois líderes de MG e BA, estados de alta concentração de deputados e maioria no grupo de maior fidelidade. Já o PMDB (Tabela 6) possui líderes na última legislatura analisada nos estados da PB e do PR, que também pertencem ao Grupo 1. É intuitivo que deputados fiéis ao líder pertençam ao Grupo 1 e, portanto, se o líder é do estado em questão, os estados dos líderes tendem a serem mais fiéis se a conjectura do pesquisador estiver correta.

6. Conclusões

As análises realizadas são baseadas em análises descritivas da população correspondente aos votos nominais dos deputados federais na Câmara. Nossa análise se concentrou nos quatro maiores partidos em termos de números de deputados eleitos (PT, PSDB, PMDB e PFL). Por serem partidos maiores teríamos um número maior de deputados para sustentar as conjecturas do pesquisador, além do que seria difícil a ocorrência de facções de grande expressão em partidos com menos do que 15 deputados.

A análise (inicial) da fidelidade partidária permitia dizer que os partidos são altamente fiéis e que essa fidelidade independe da unidade federativa dos deputados. Entretanto, com a análise de agrupamentos, percebe-se a existência de grupos de deputados que divergem ligeiramente da estrutura de votos dos líderes, que poderia indicar a ocorrência de facções regionais.

Os partidos com maior número de deputados no Grupo 1 (grupo de maior fidelidade) são partidos mais coesos, ou seja, se as facções opostas à liderança existem, elas são formadas por poucos deputados. Assim, como analisamos no PSDB, na legislatura de 1995, o Grupo 1 possuía 82% de deputados; em 1999, 48%, aparentemente aumentando o tamanho das facções divergentes; já em 2003, com um número reduzido de deputados, volta a ser mais coeso, com 76% dos 51 deputados analisados no grupo de maior fidelidade.

No caso específico do PT nas duas últimas legislaturas (1999 e 2003) observamos possíveis influências regionais quanto aos votos dos deputados. Em ambas, apresentam-se dois grupos com cerca da metade dos deputados, sendo que um inclui Sul mais MT, RJ e DF e o outro inclui SP, MG e a maioria do Nordeste.

O PMDB é um exemplo onde as facções não estão claramente definidas por regiões. O partido tem muitos deputados espalhados por todo o Brasil possibilitando uma razoável influência nacional. Entretanto, a presença de deputados nos estados varia muito de legislatura para legislatura, comparada com outros partidos, e nos estados com maior número de deputados a presença dos grupos 1 a 3 é, quase sempre, equilibrada.

De modo geral, temos que partidos se distribuem no Brasil de modo não uniforme e os deputados de um mesmo partido nem sempre têm o mesmo voto. Essa diferença de voto não é explicada em todos os casos pelas unidades federativas, porém não podemos descartar sua influência em casos pontuais.

Tendo em vista, a grande extensão do banco de dados e as complexidades envolvidas, outras análises poderão ser convenientes para auxiliar o pesquisador nas respostas à sua questão inicial sobre a influência regional nos partidos.

Apêndice A

Gráfico A.1: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Acre

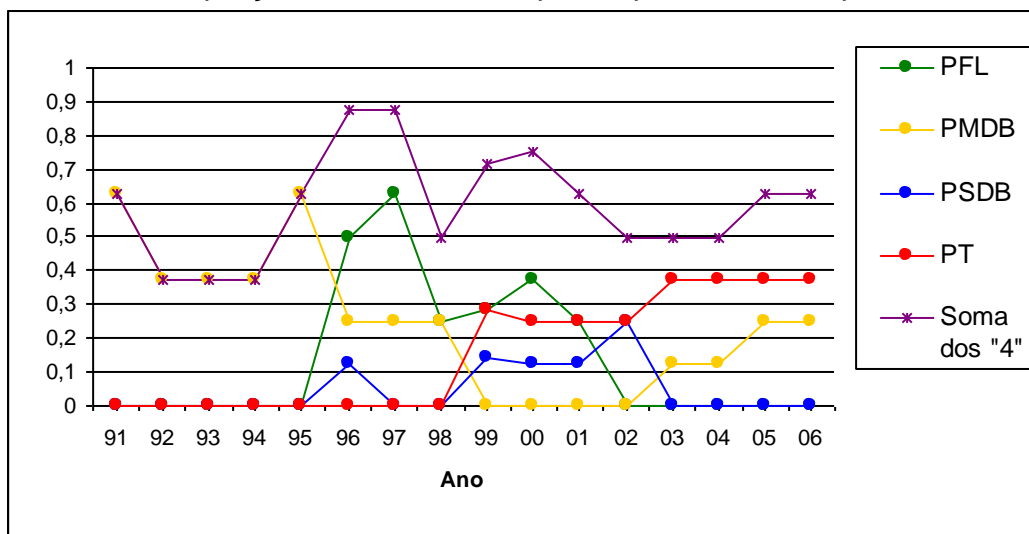


Gráfico A.2: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Alagoas

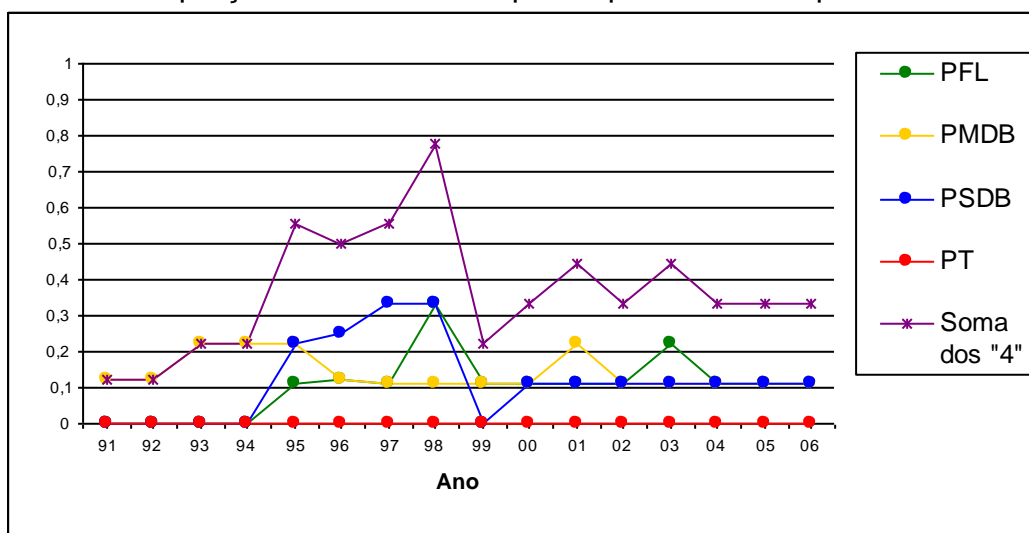


Gráfico A.3: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Amazonas

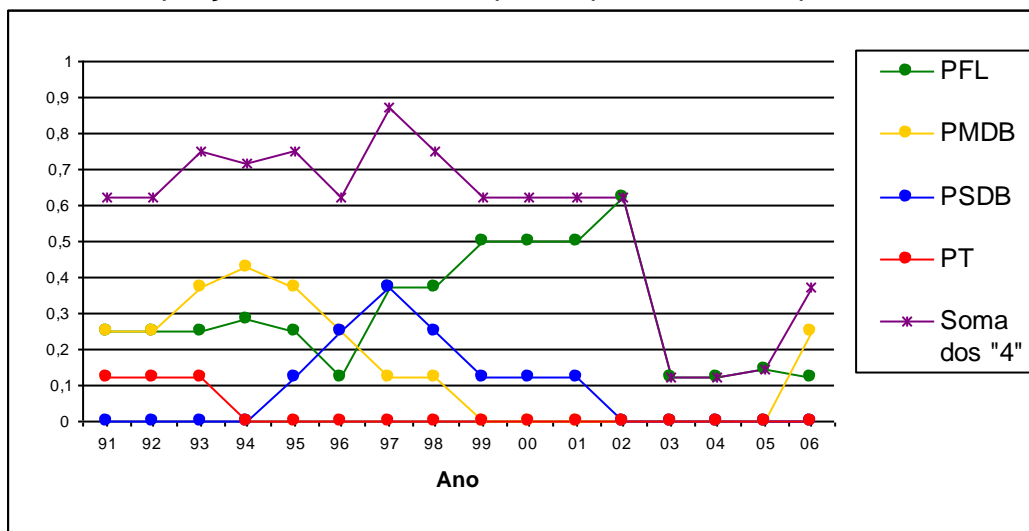


Gráfico A.4: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Amapá

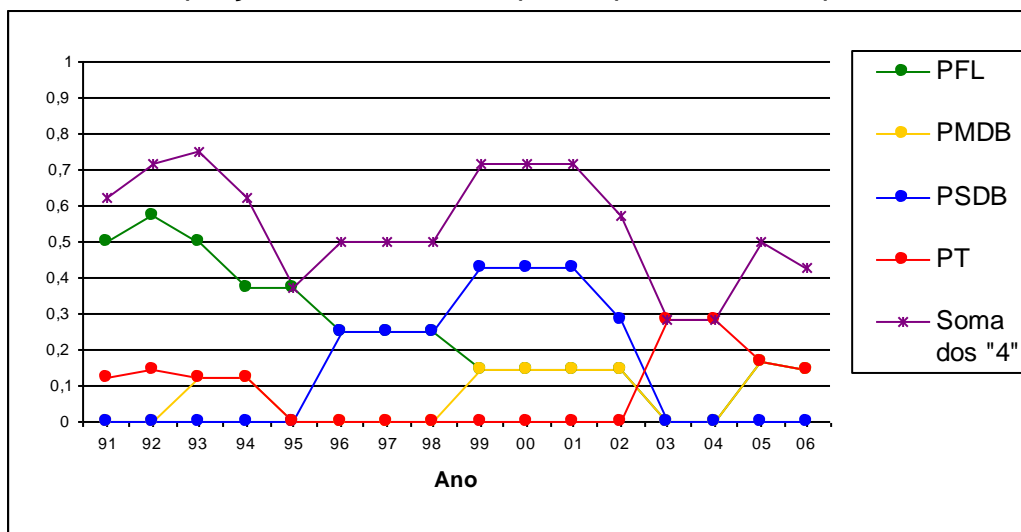


Gráfico A.5: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Ceará

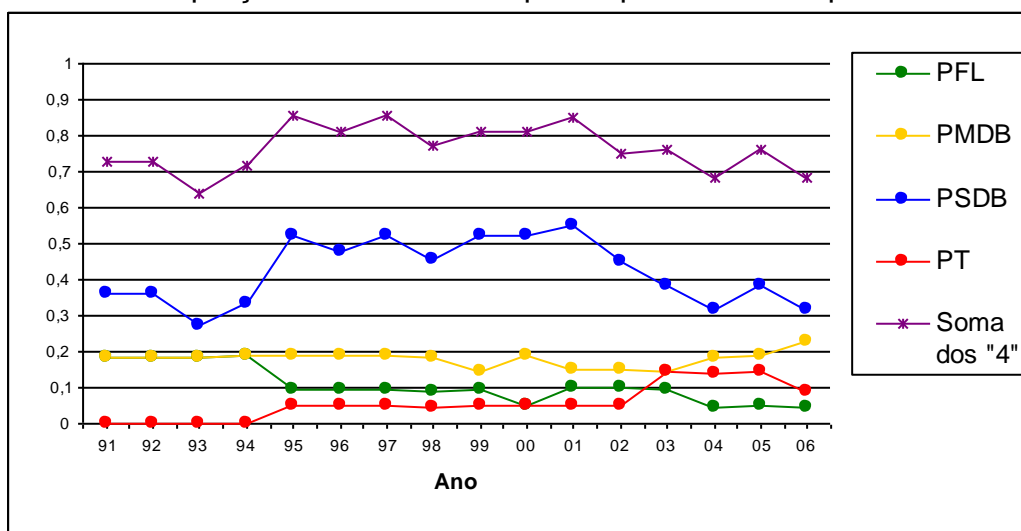


Gráfico A.6: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Distrito Federal

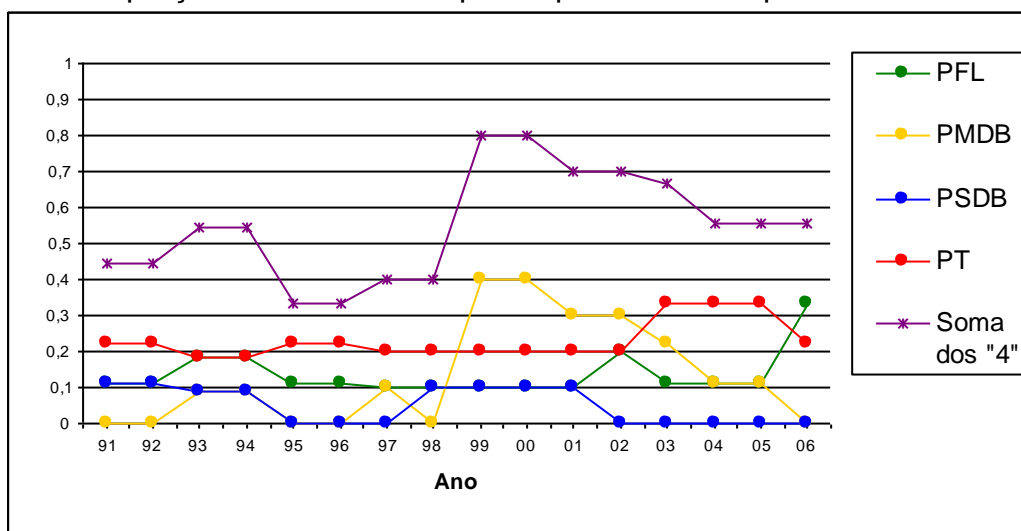


Gráfico A.7: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Espírito Santo

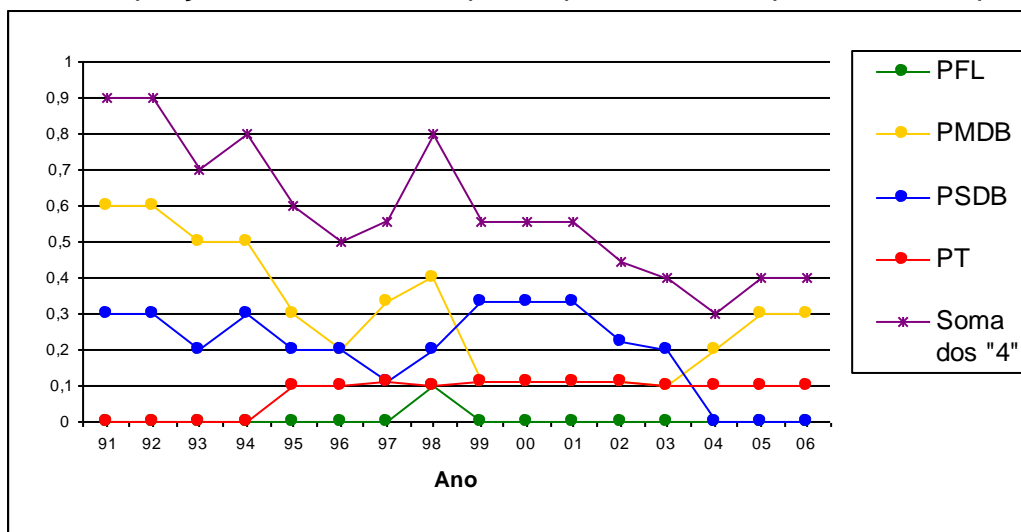


Gráfico A.8: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos em Goiás

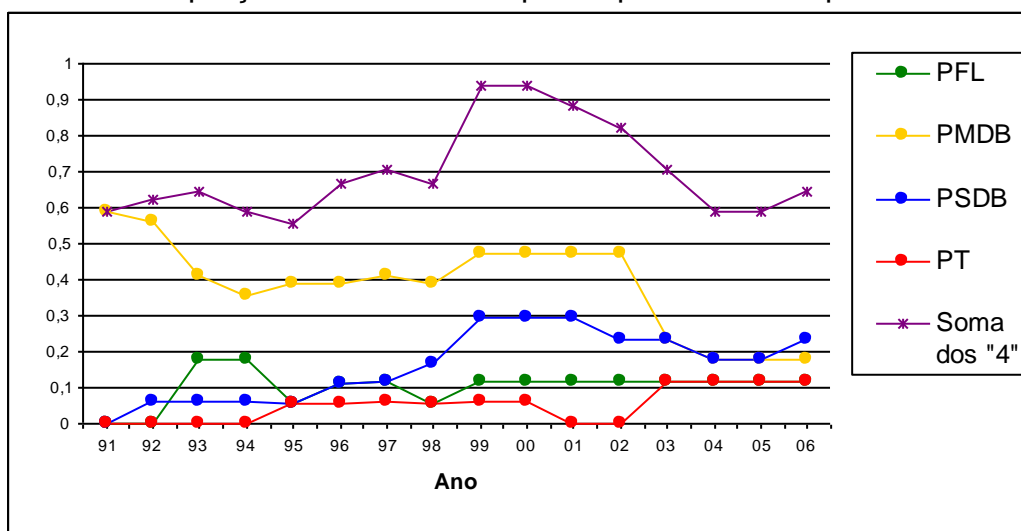


Gráfico A.9: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Maranhão

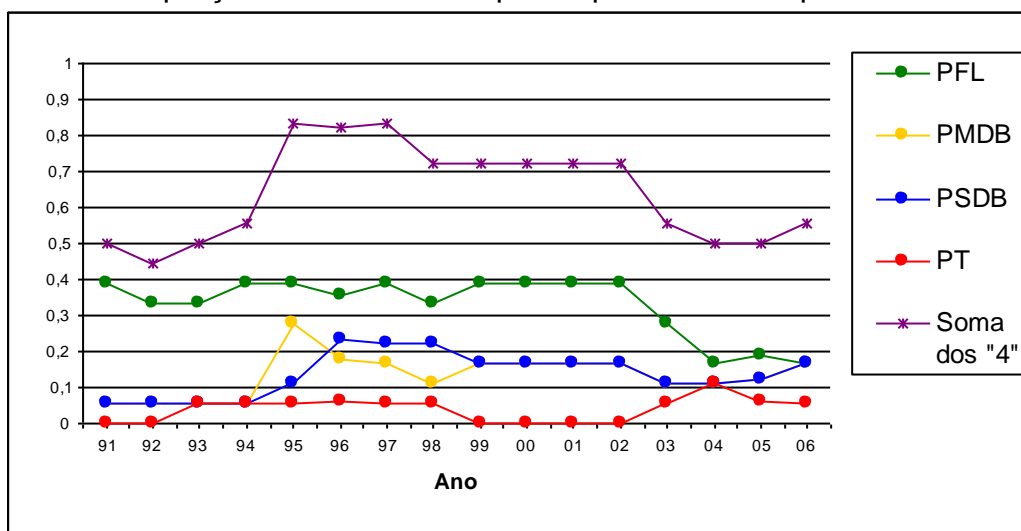


Gráfico A.10: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos em Minas Gerais

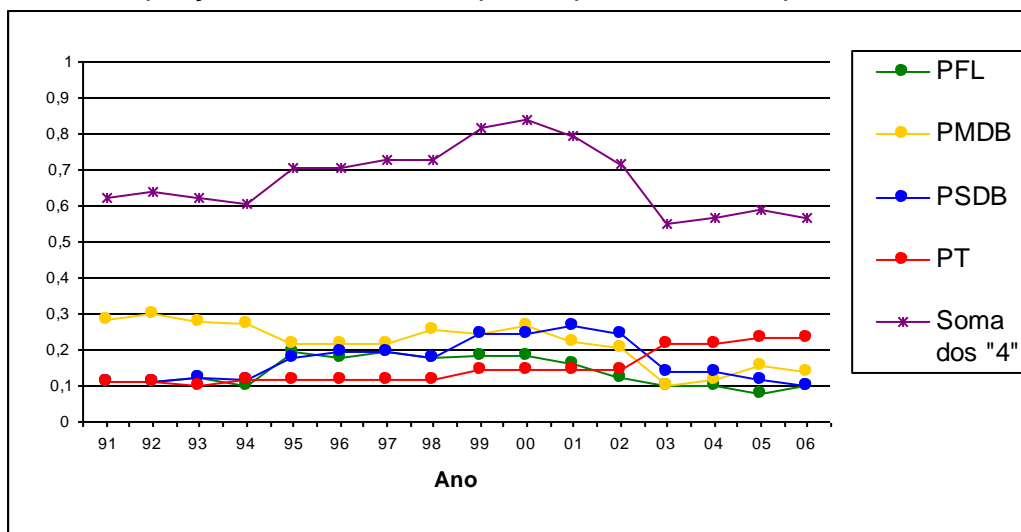


Gráfico A.11: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no MS

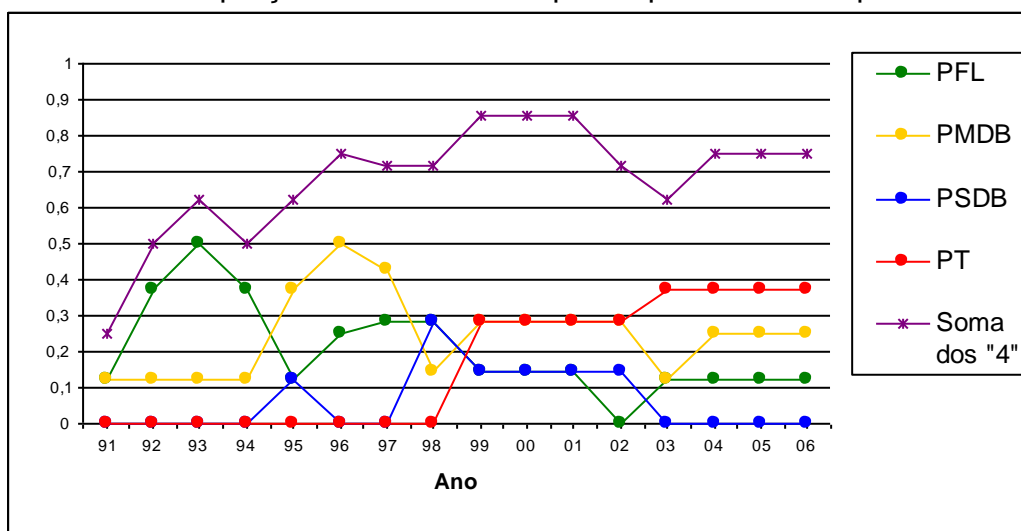


Gráfico A.12: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Mato Grosso

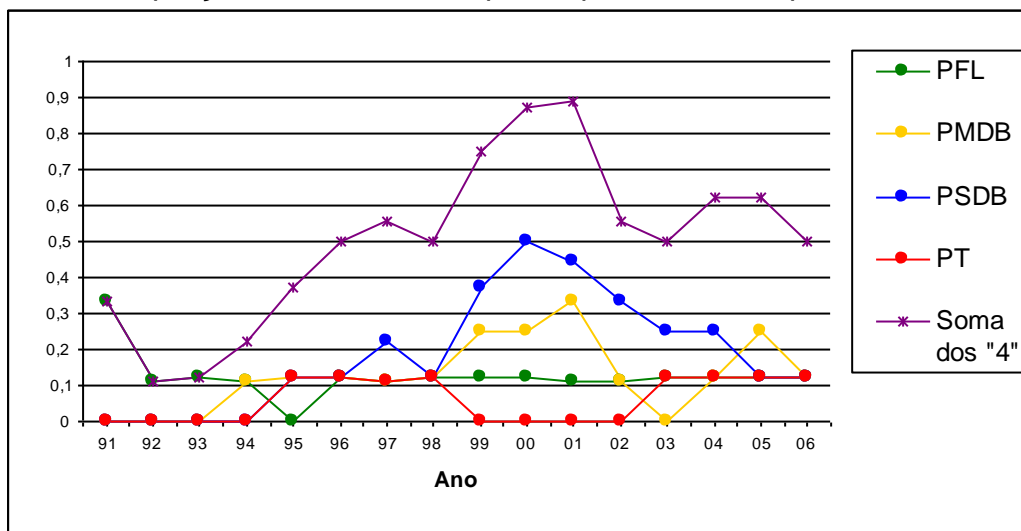


Gráfico A.13: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Pará

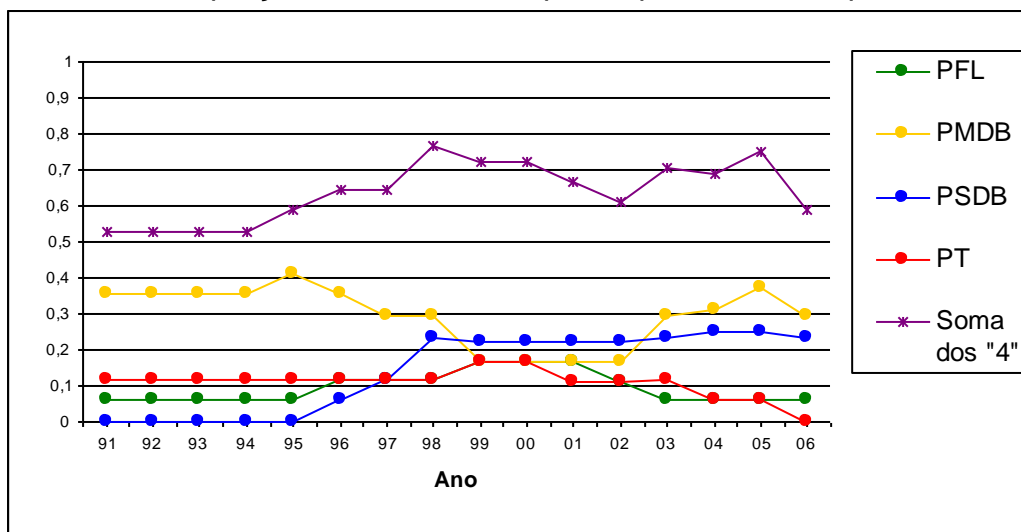


Gráfico A.14: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos na Paraíba

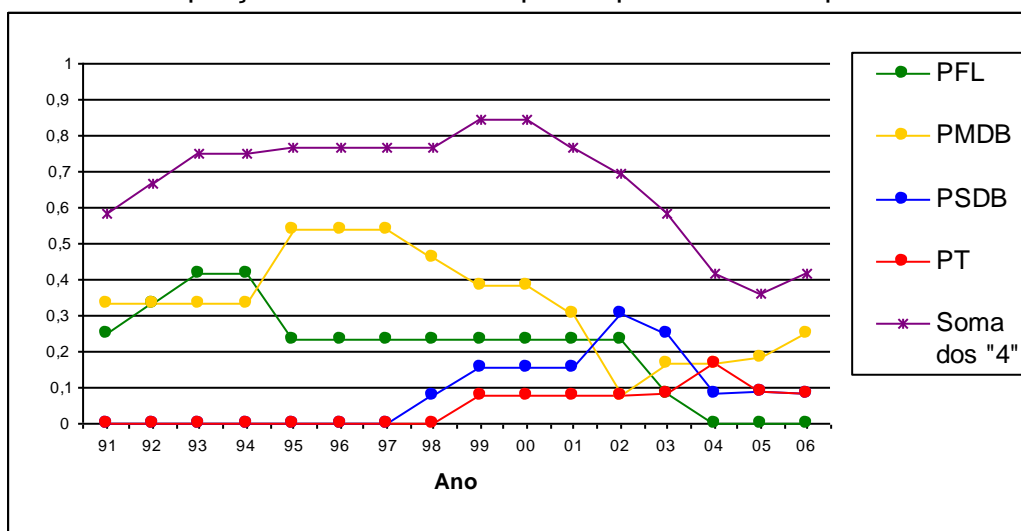


Gráfico A.15: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos em Pernambuco

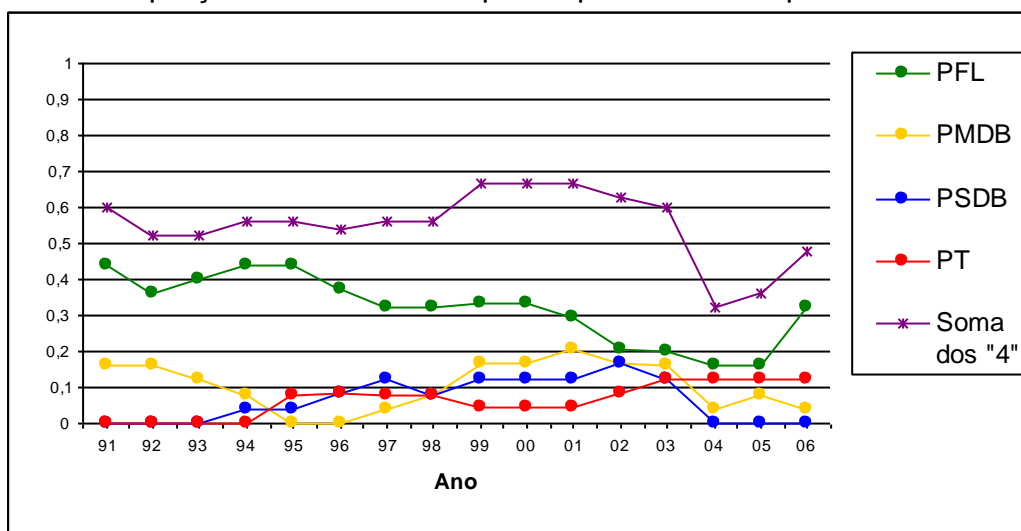


Gráfico A.16: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Piauí

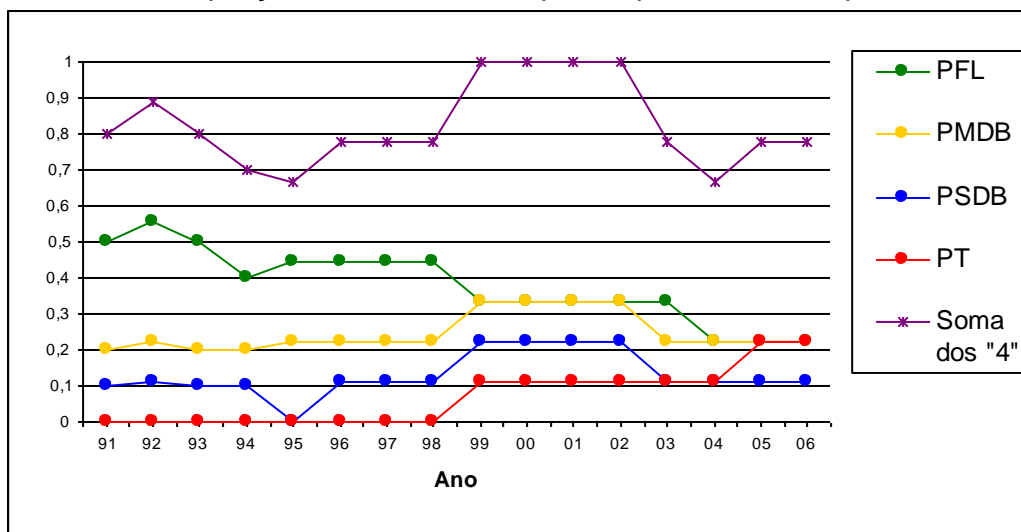


Gráfico A.17: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Paraná

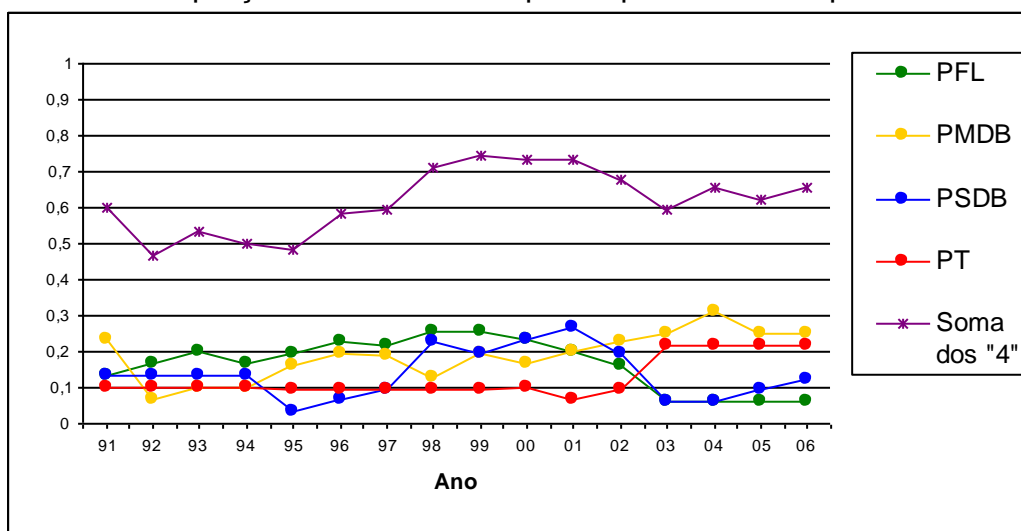


Gráfico A.18: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Rio de Janeiro

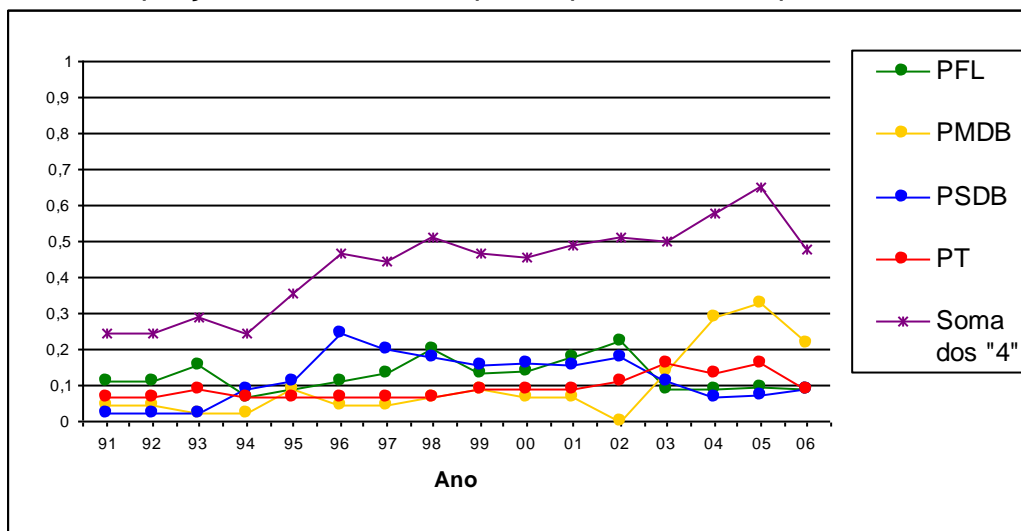


Gráfico A.19: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no RN

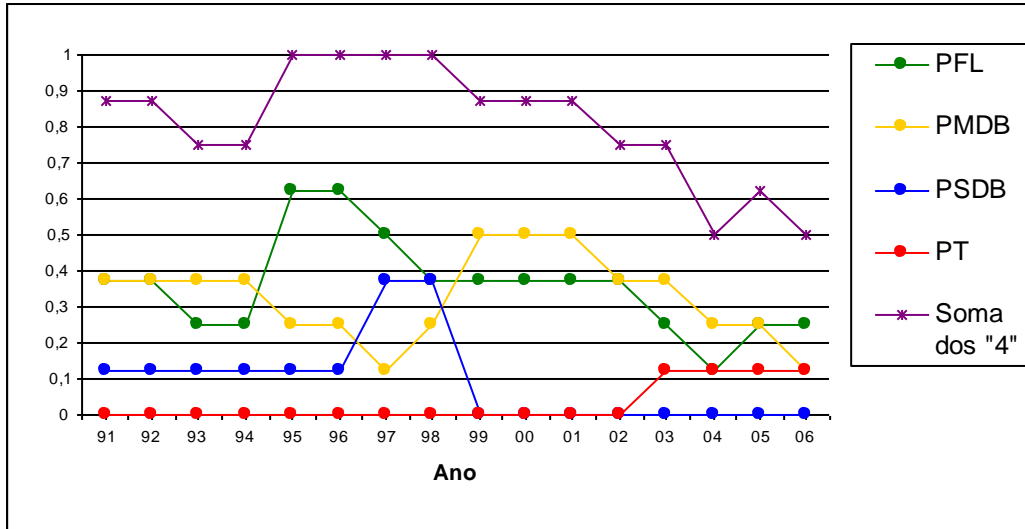


Gráfico A.20: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos em Rondônia

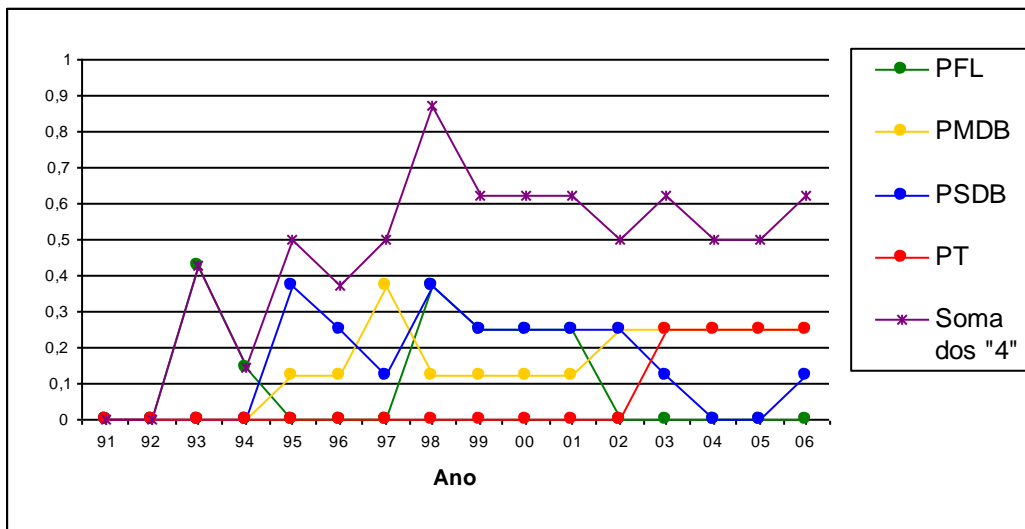


Gráfico A.21: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos em Roraima

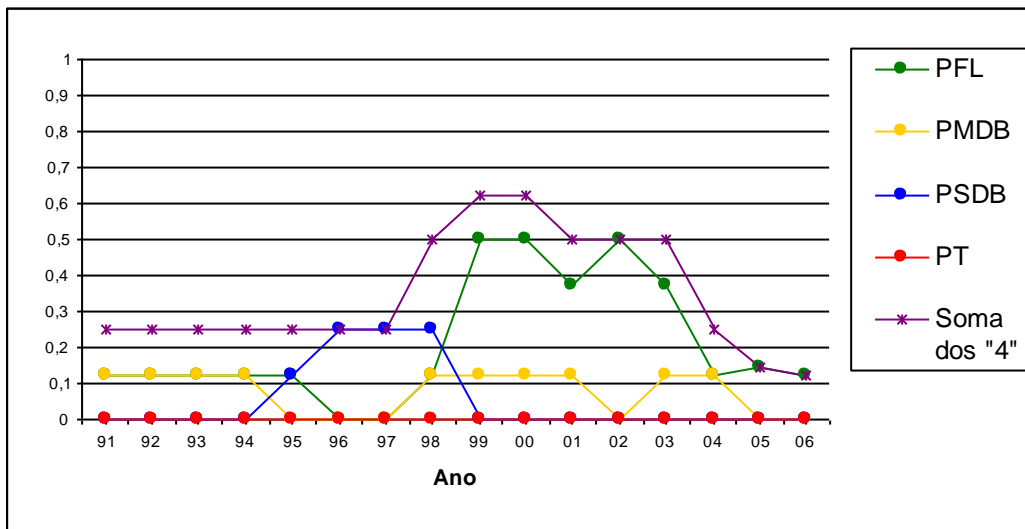


Gráfico A.22: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Rio Grande do Sul

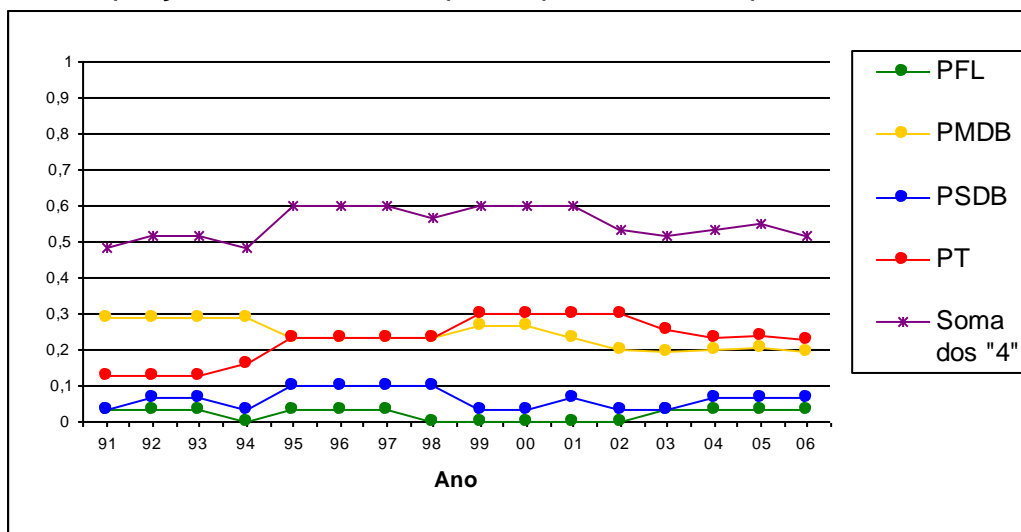


Gráfico A.23: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos em Santa Catarina

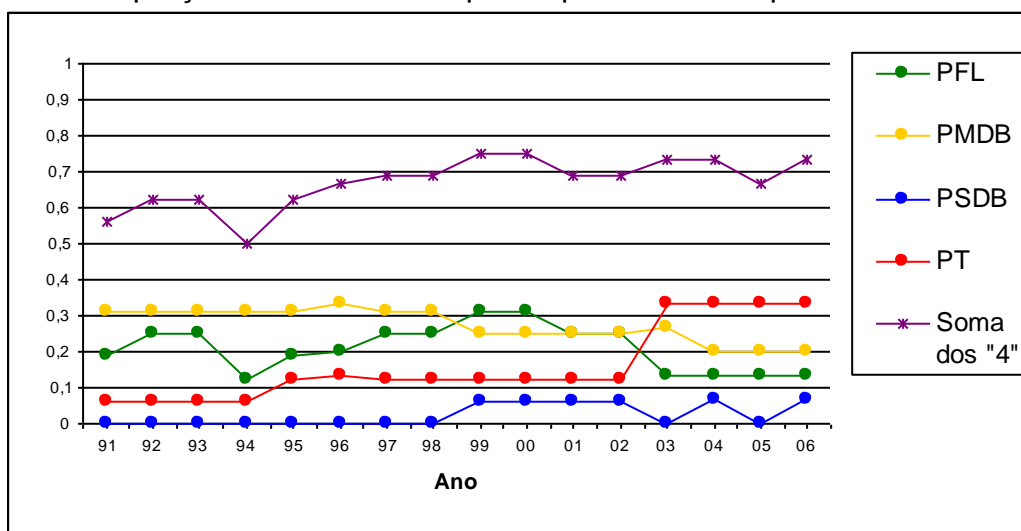


Gráfico A.24: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Sergipe

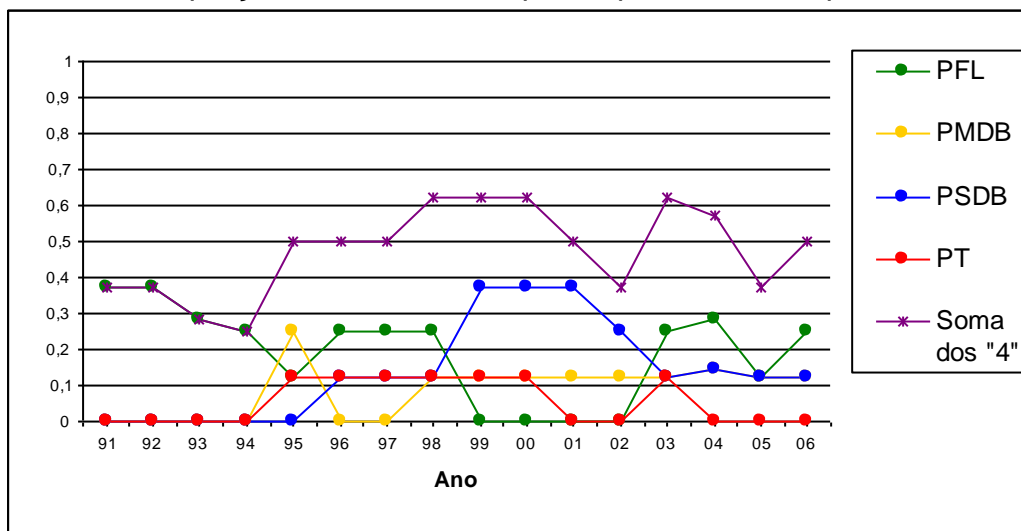
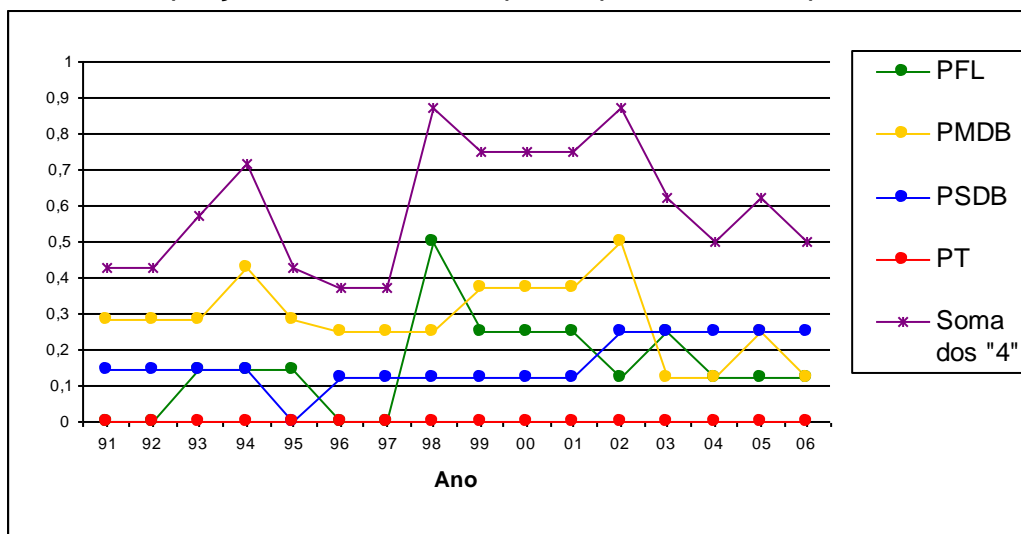


Gráfico A25: Proporção de cadeiras ocupadas pelos maiores partidos no Tocantins



Apêndice B

Gráfico B.1: Fidelidade PCdoB - Definição 1 - por UF e Legislatura

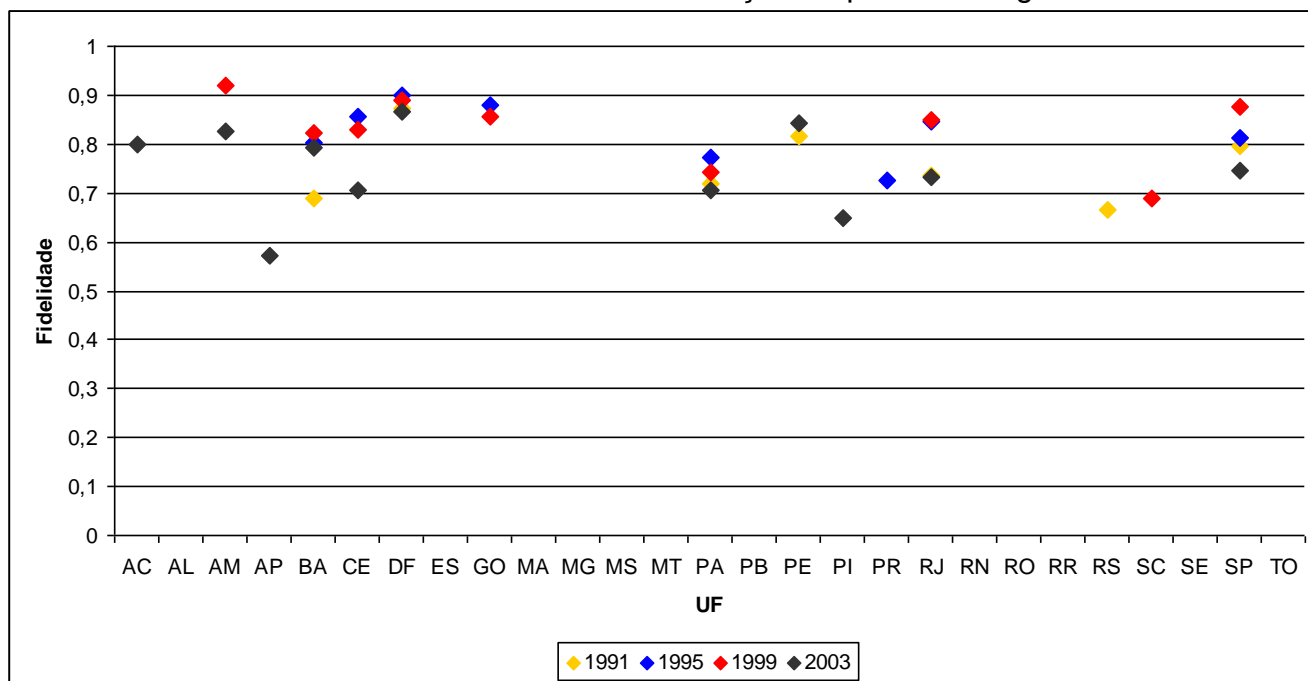


Gráfico B.2: Fidelidade PCdoB - Definição 2 - por UF e Legislatura

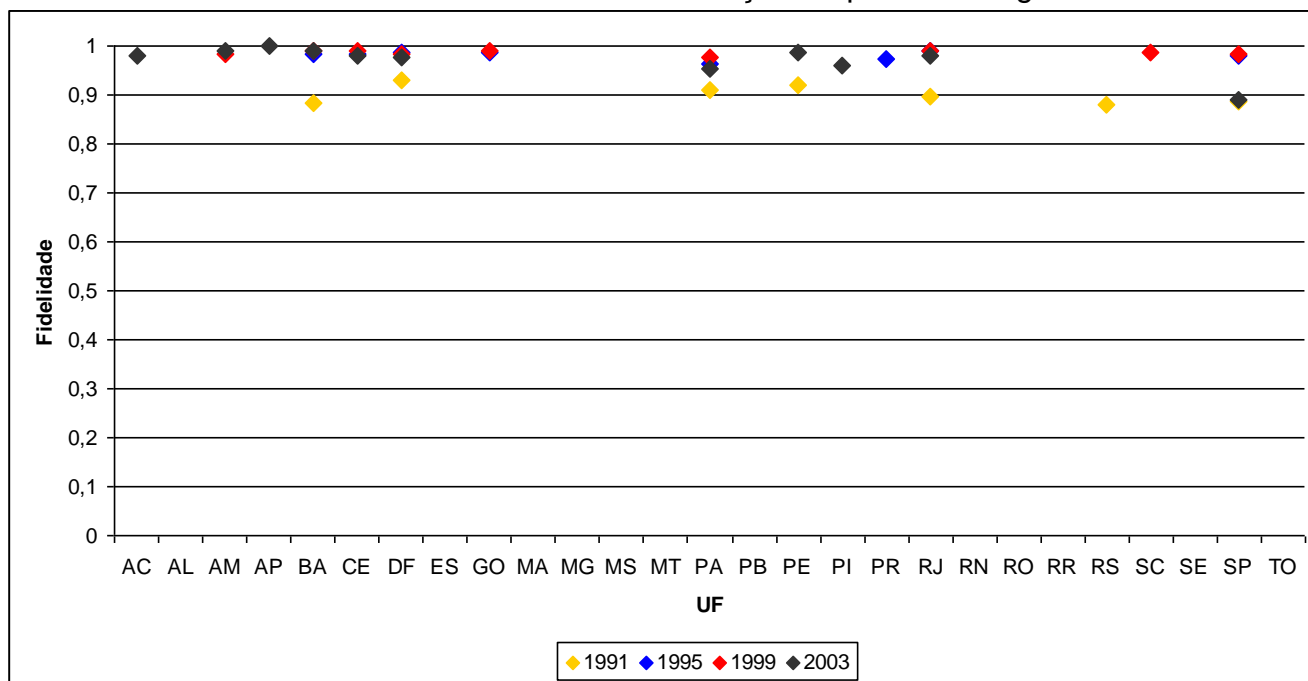


Tabela B.1: Número de deputados do PCdoB presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
1995	0	0	0	0	1	1	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	1	0
1999	0	0	1	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
2003	1	0	1	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0

Gráfico B.3: Fidelidade PDT - Definição 1 - por UF e Legislatura

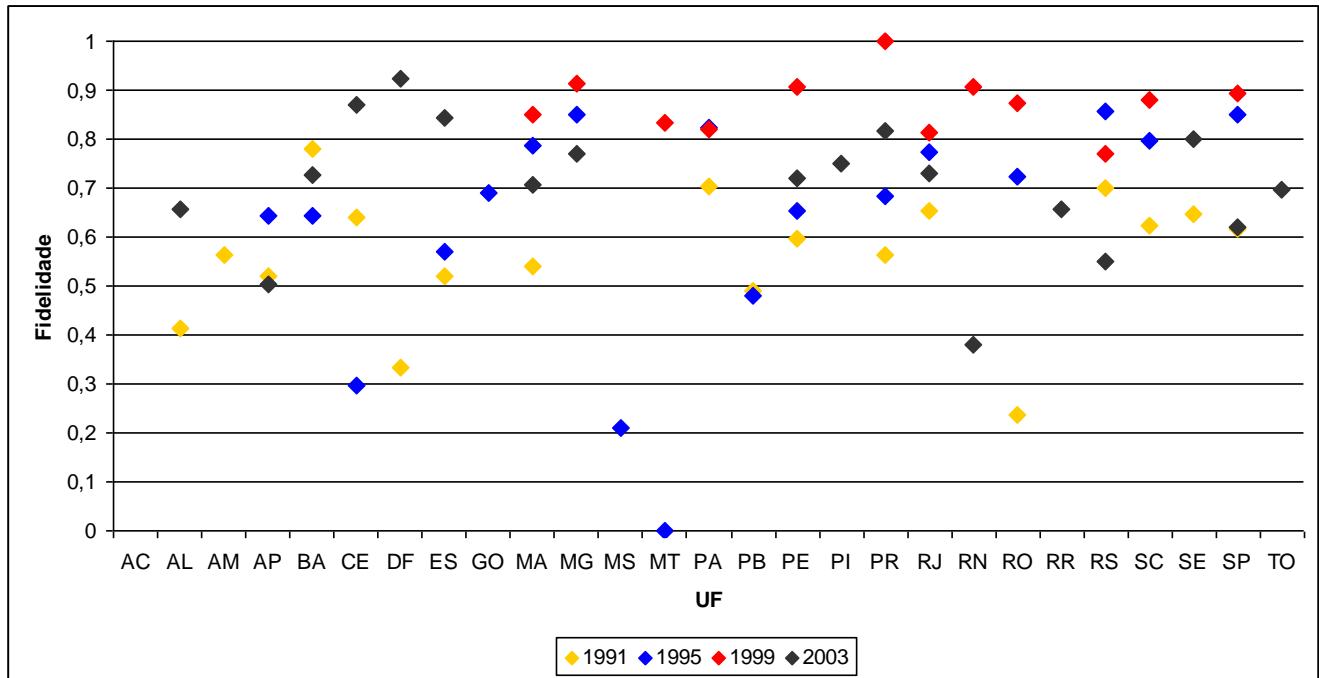


Gráfico B.4: Fidelidade PDT - Definição 2 - por UF e Legislatura

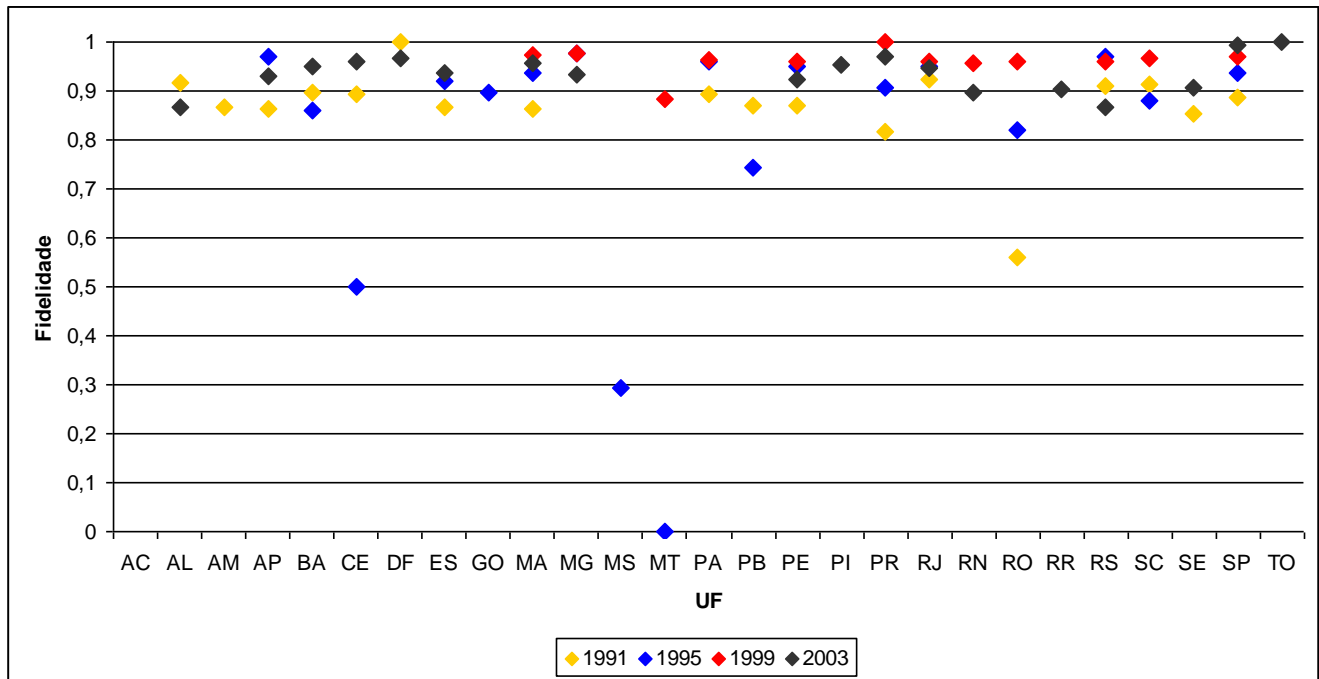


Tabela B.2: Número de deputados do PDT presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	0	1	1	1	4	2	0	0	0	1	0	0	0	1	3	0	0	2	19	0	1	0	7	1	0	2	0
1995	0	0	0	0	2	0	0	2	1	1	1	1	0	1	1	2	0	3	8	0	1	0	5	2	0	2	0
1999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	8	0	2	0	4	2	0	2	0
2003	0	0	0	1	1	0	0	1	0	3	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	3	0	0	1	0

Gráfico B.5: Fidelidade PSB - Definição 1 - por UF e Legislatura

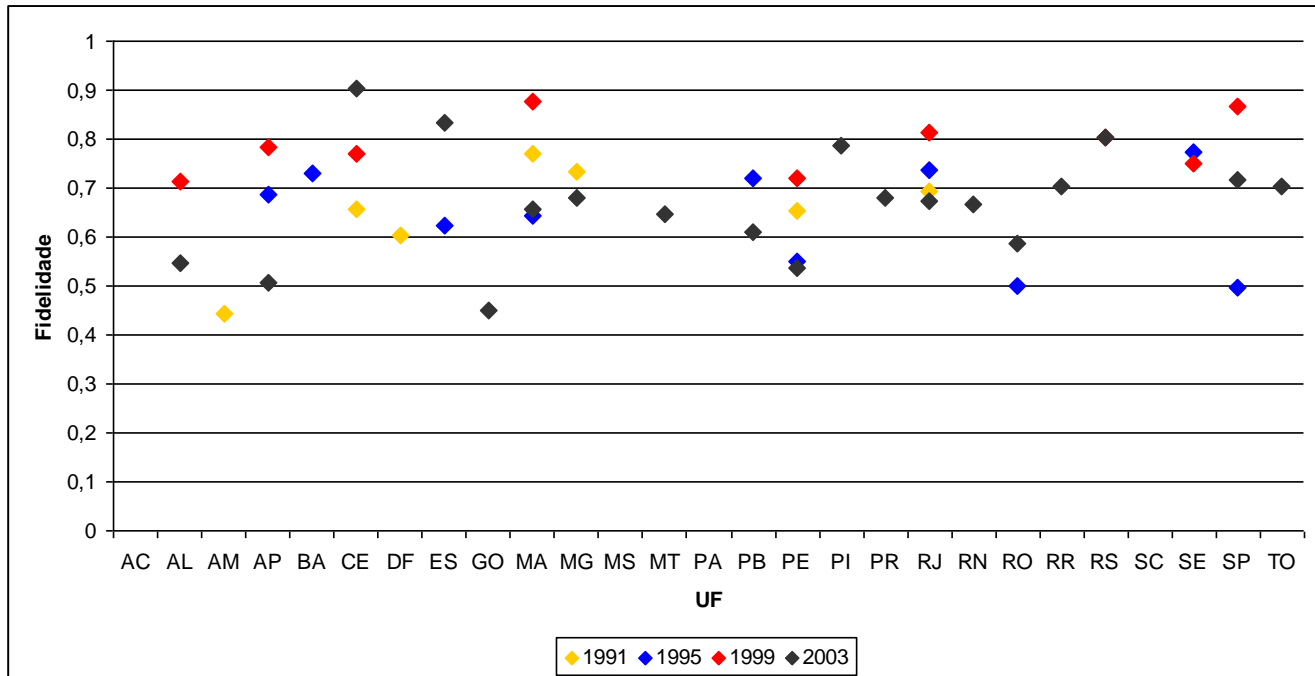


Gráfico B.6: Fidelidade PSB - Definição 2 - por UF e Legislatura

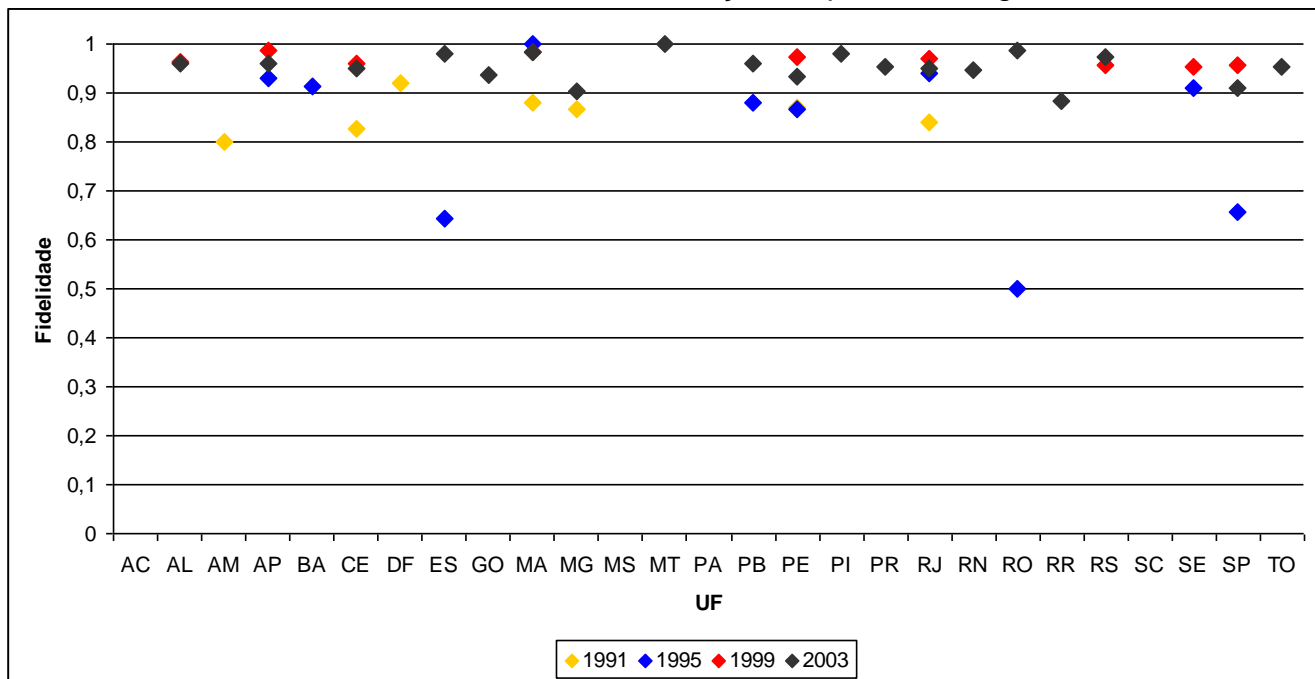


Tabela B.3: Número de deputados do PSB presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	1	0	0	0	0	5	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
1995	0	0	0	2	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
1999	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0	0	0	1	2	0
2003	0	2	0	1	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	0	4	0	1	7	0	0	0	1	0	0	4	1

Gráfico B.7: Fidelidade PSDB - Definição 1 - por UF e Legislatura

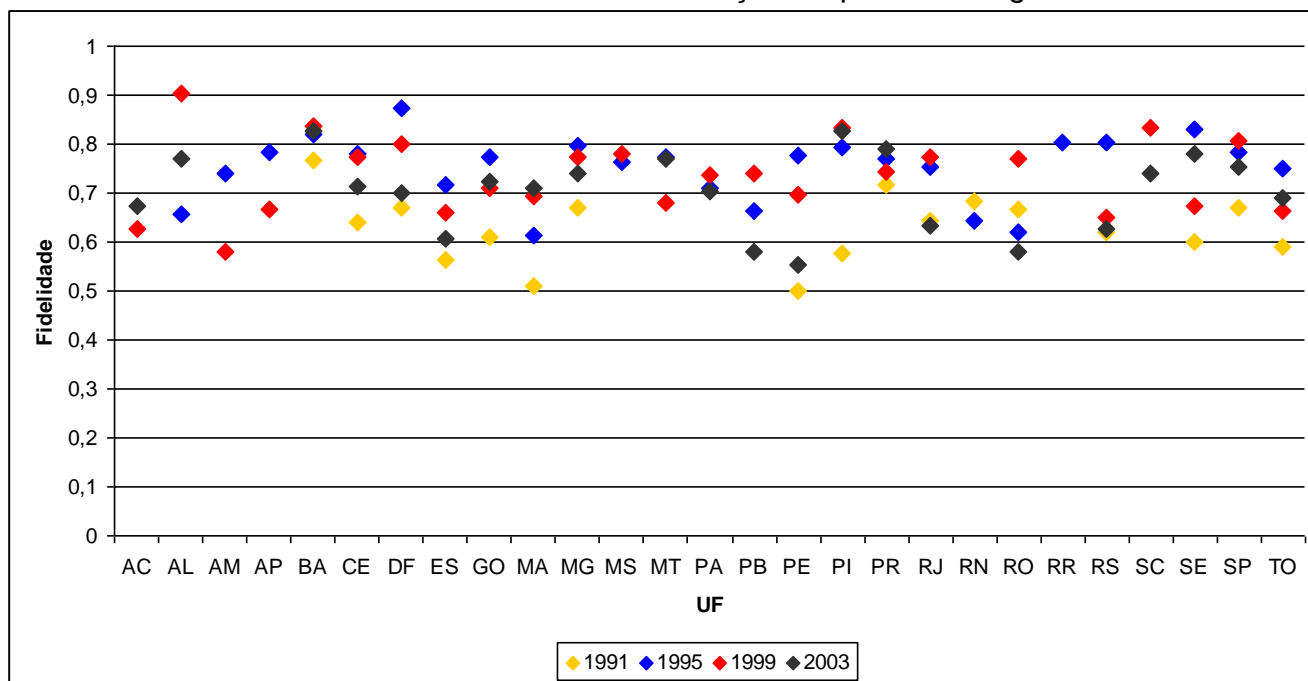


Gráfico B.8: Fidelidade PSDB - Definição 2 - por UF e Legislatura

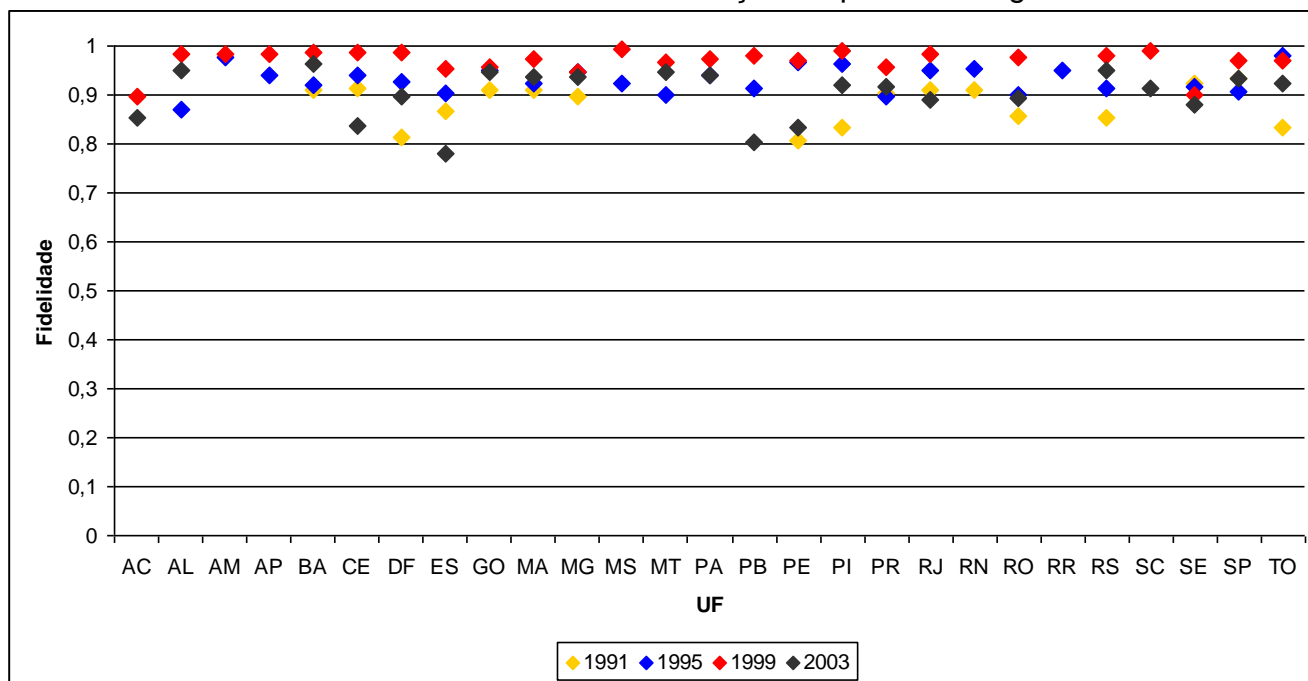


Tabela B.4: Número de deputados do PSDB presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	0	0	0	0	1	8	1	3	0	1	6	0	0	0	0	0	1	4	1	1	0	0	1	0	0	8	1
1995	0	2	1	0	4	11	0	2	1	2	9	1	1	0	0	1	0	1	5	1	3	1	3	0	0	15	1
1999	1	0	1	3	6	11	1	3	5	3	12	1	3	4	2	3	2	6	7	0	2	0	1	1	3	13	1
2003	0	1	0	0	2	8	0	2	4	2	7	0	2	4	3	3	1	2	5	0	1	0	1	0	1	11	2

Gráfico B.9: Fidelidade PT - Definição 1 - por UF e Legislatura

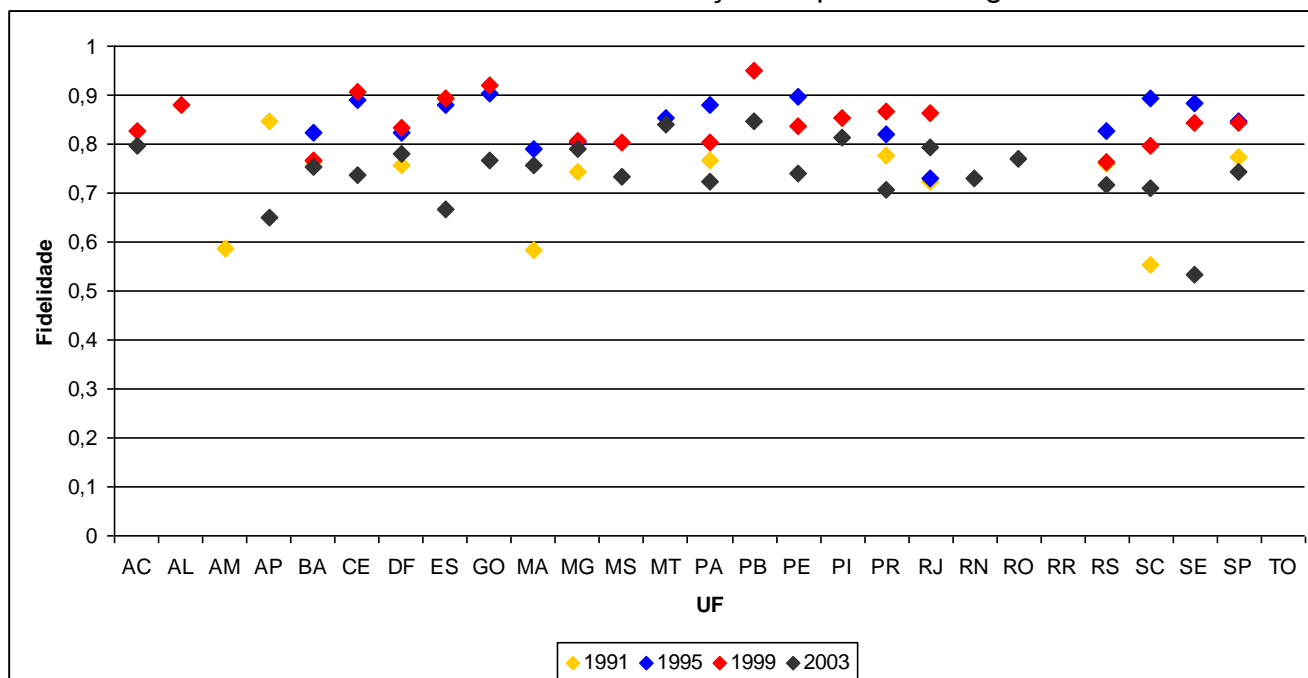


Gráfico B.10: Fidelidade PT - Definição 2 - por UF e Legislatura

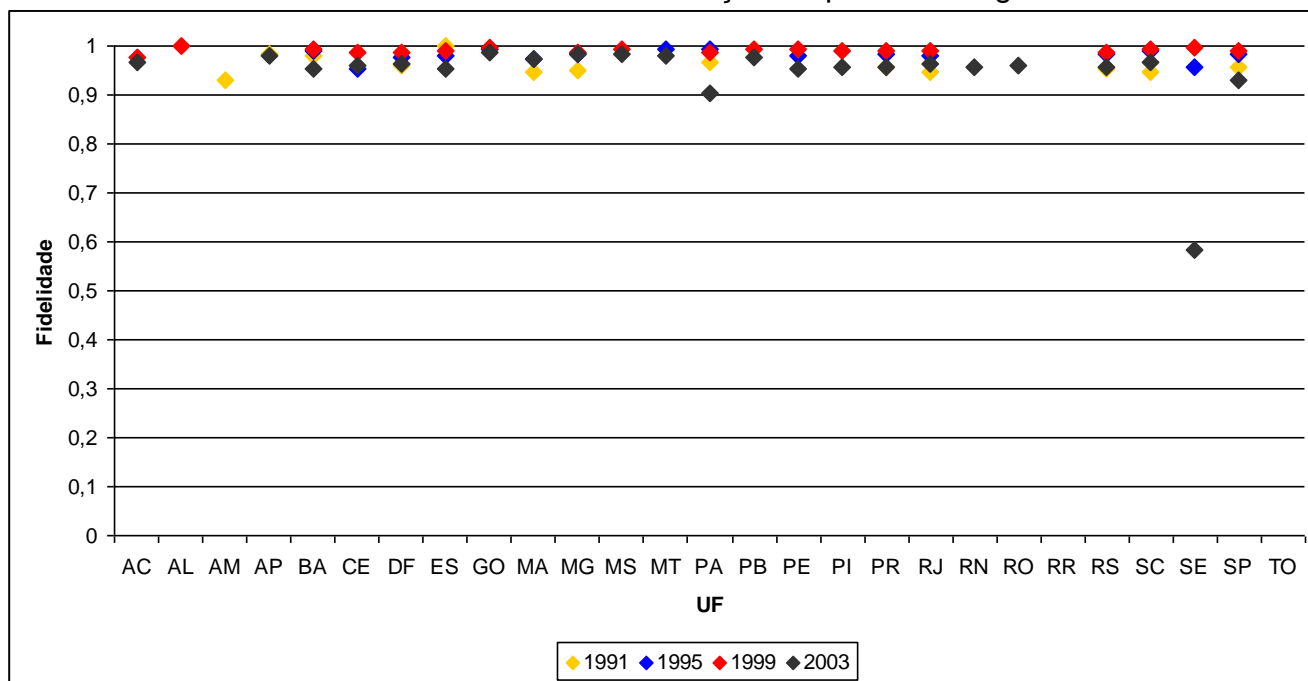


Tabela B.5: Número de deputados do PT presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	0	0	1	1	2	0	2	0	0	0	6	0	0	2	0	0	0	3	3	0	0	0	4	1	0	10	0
1995	0	0	0	0	2	1	2	1	1	1	6	0	1	2	0	2	0	3	3	0	0	0	7	2	1	14	0
1999	2	0	0	0	5	1	2	1	1	0	7	2	0	3	1	1	1	3	4	0	0	0	9	2	1	14	0
2003	3	0	0	2	6	3	3	1	2	1	11	3	1	2	1	3	1	7	7	1	2	0	8	5	1	18	0

Gráfico B.11: Fidelidade PTB - Definição 1 - por UF e Legislatura

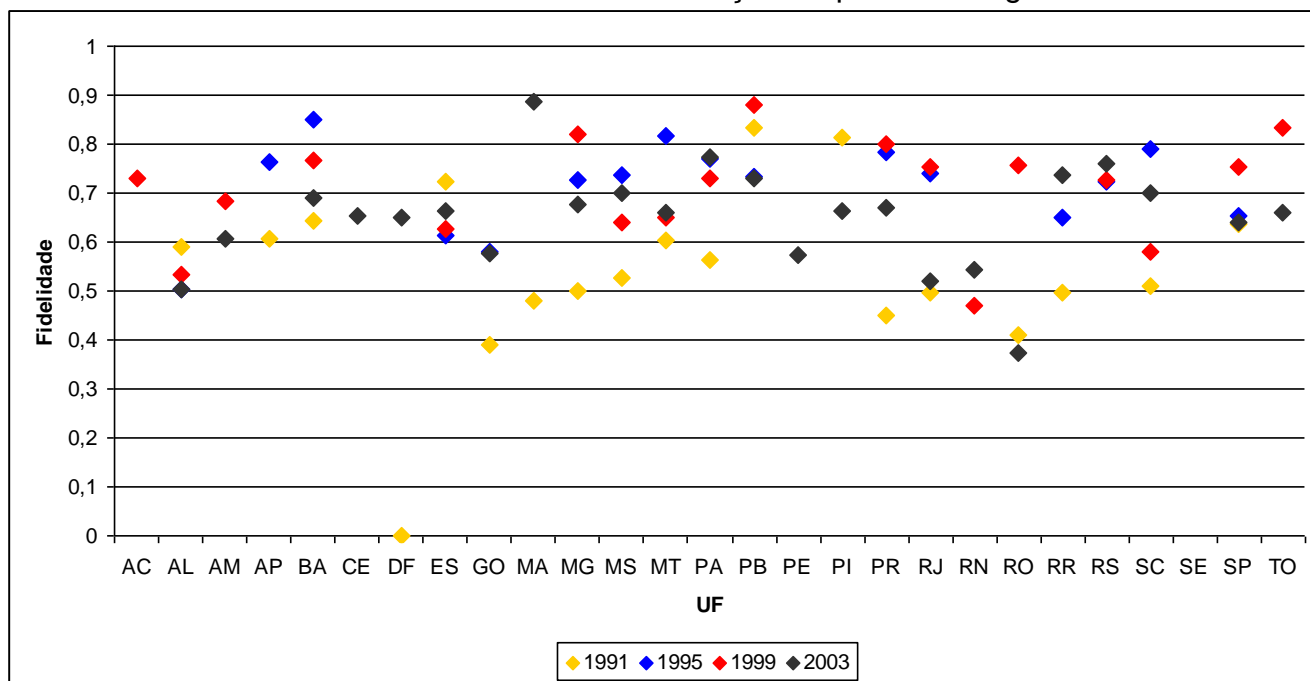


Gráfico B.12: Fidelidade PTB - Definição 2 - por UF e Legislatura

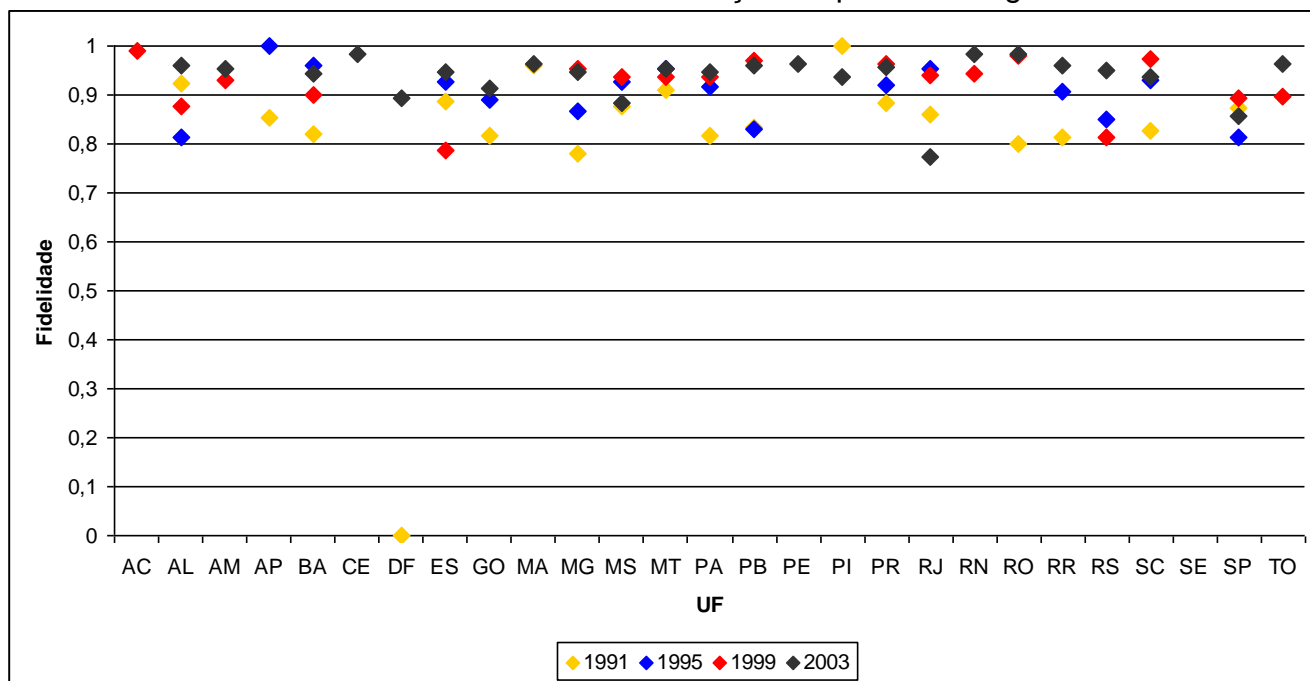


Tabela B.6: Número de deputados do PTB presentes na 1ª votação nominal da legislatura

Legislatura	UF																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
1991	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	3	3	2	3	0	0	0	2	5	0	3	3	0	0	1	7	0
1995	0	1	0	1	2	0	0	1	1	0	5	1	1	1	1	0	0	4	3	0	0	3	2	0	0	4	0
1999	0	1	1	0	1	0	0	3	0	0	0	1	2	3	0	0	0	2	4	0	1	0	1	0	0	4	1
2003	0	2	1	0	1	1	1	1	1	1	5	2	1	3	1	0	0	3	4	1	1	1	3	0	0	7	1

Apêndice C

Gráfico C.1 – PFL – Legislatura de 1991 – Método Ward de agrupamento

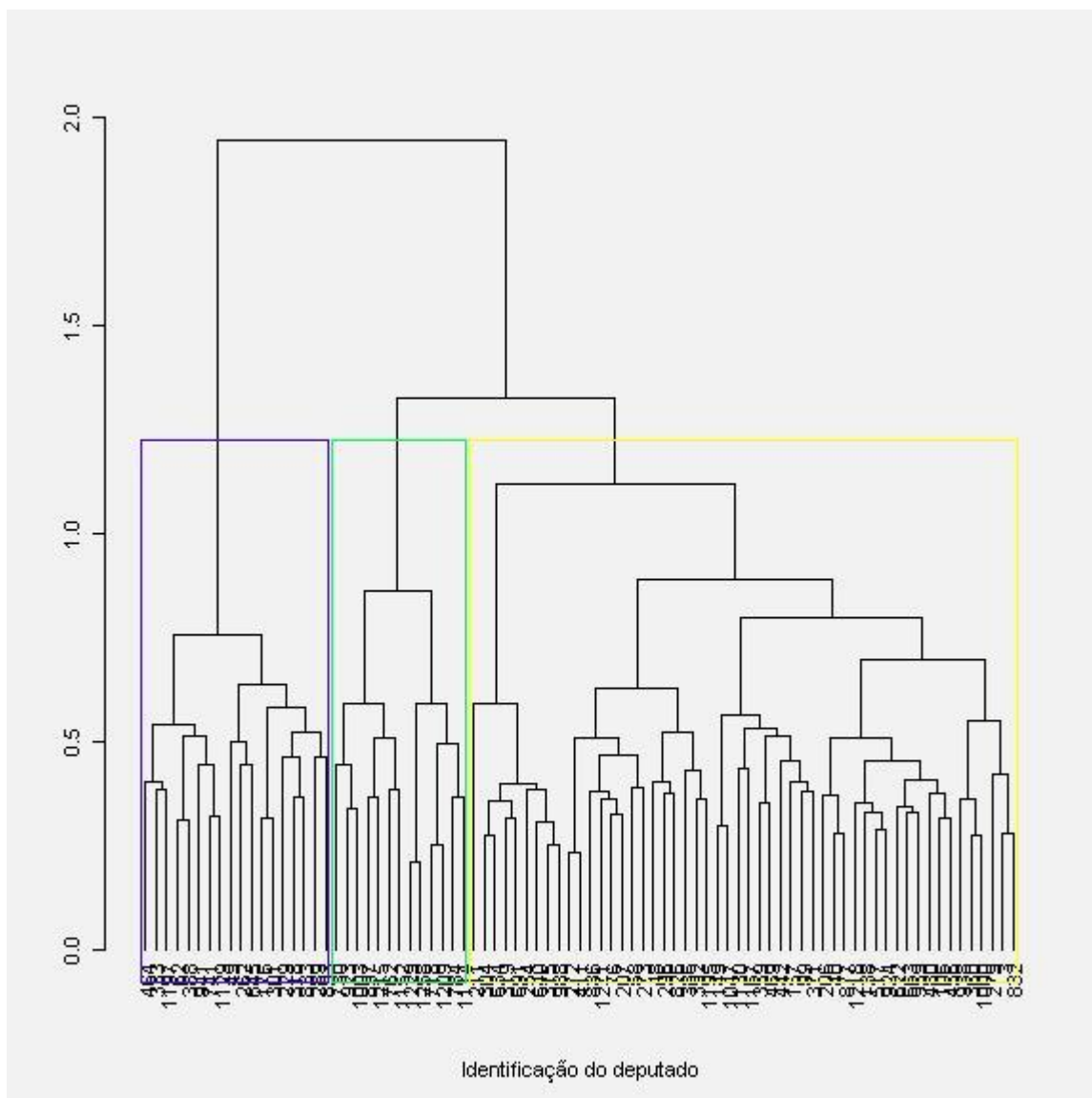


Gráfico C.2 – PFL – Legislatura de 1995 – Método Ward de agrupamento

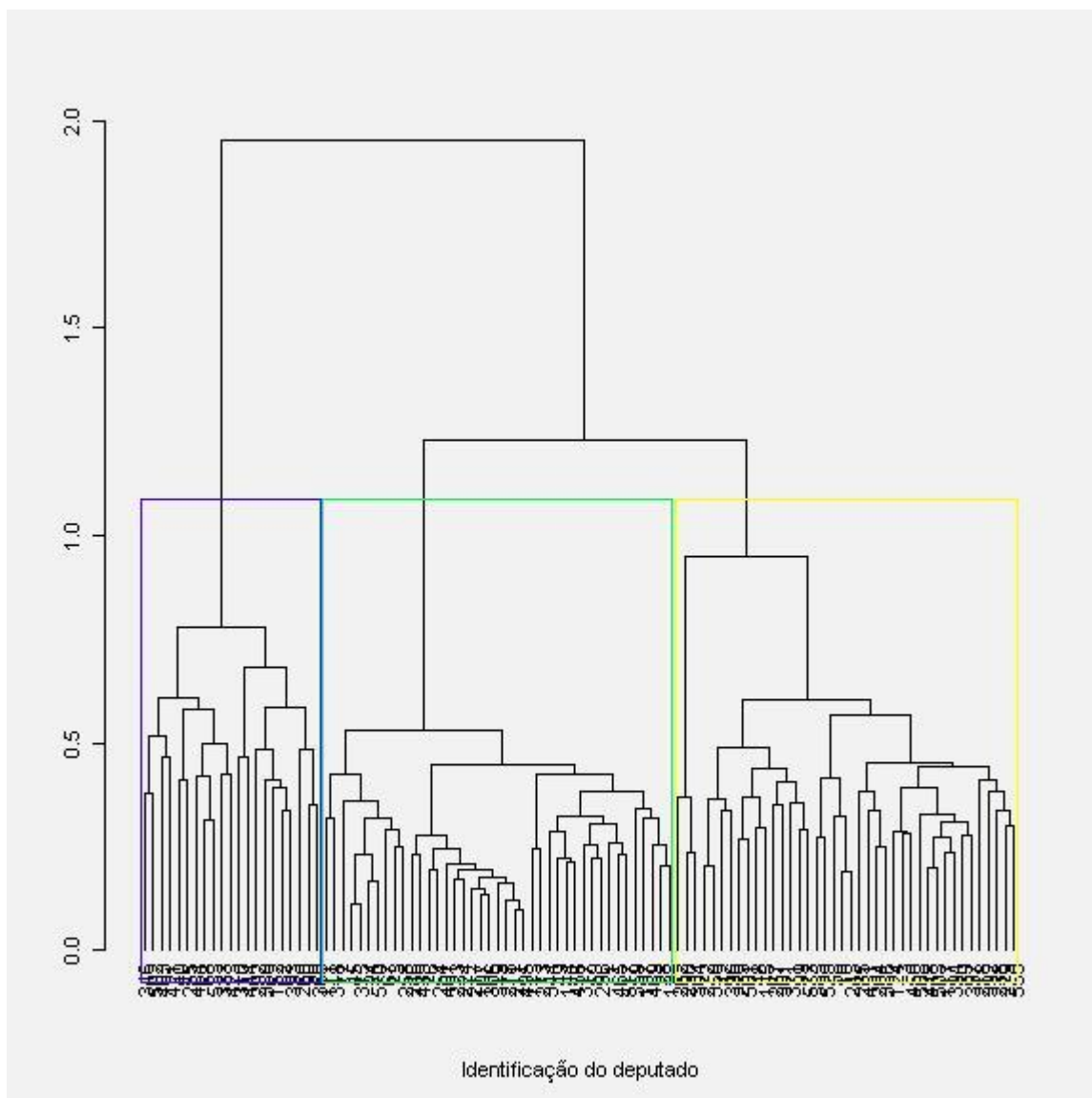


Gráfico C.3 – PFL – Legislatura de 1999 – Método Ward de agrupamento

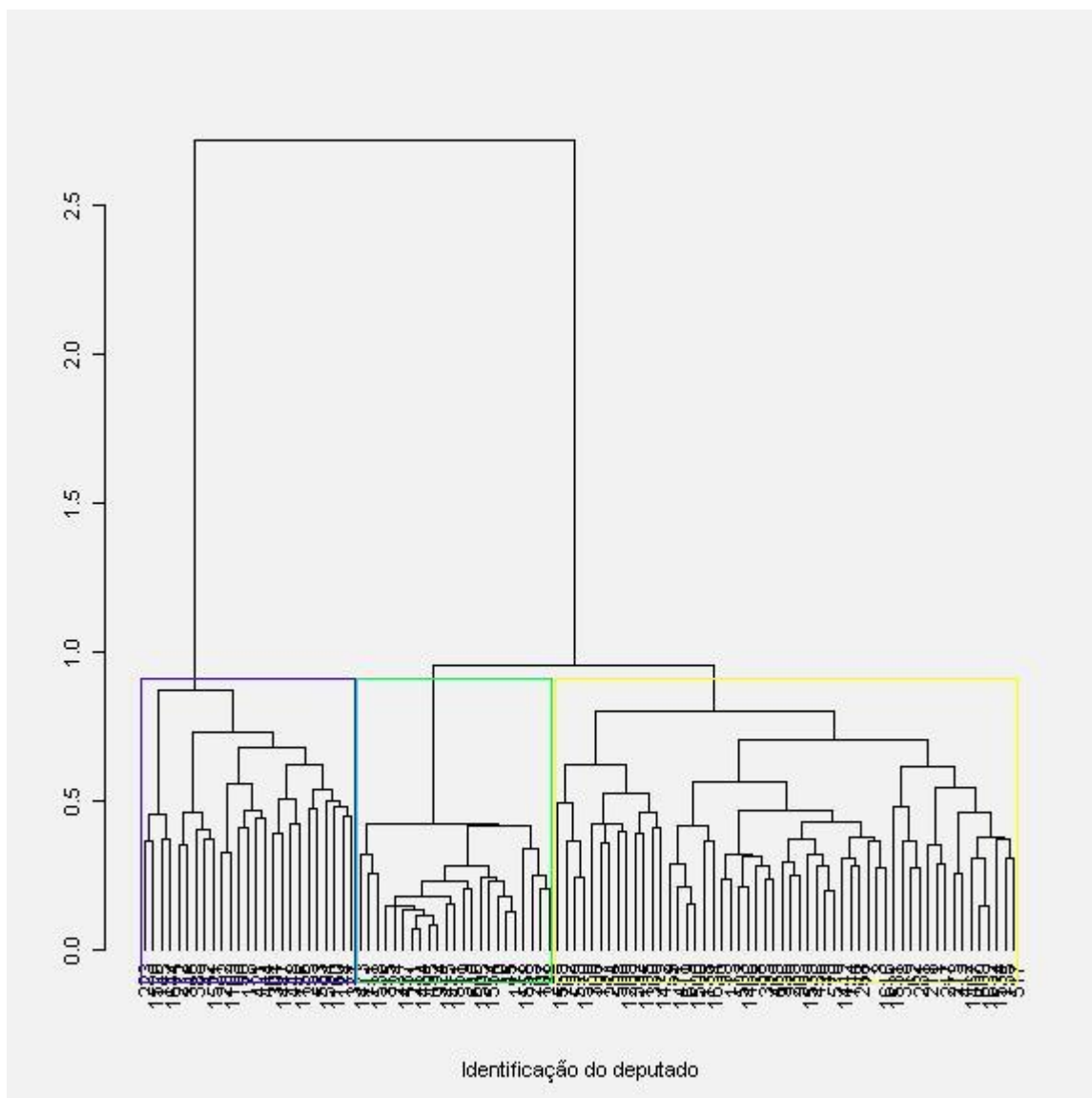


Gráfico C.4 – PFL – Legislatura de 2003 – Método Ward de agrupamento

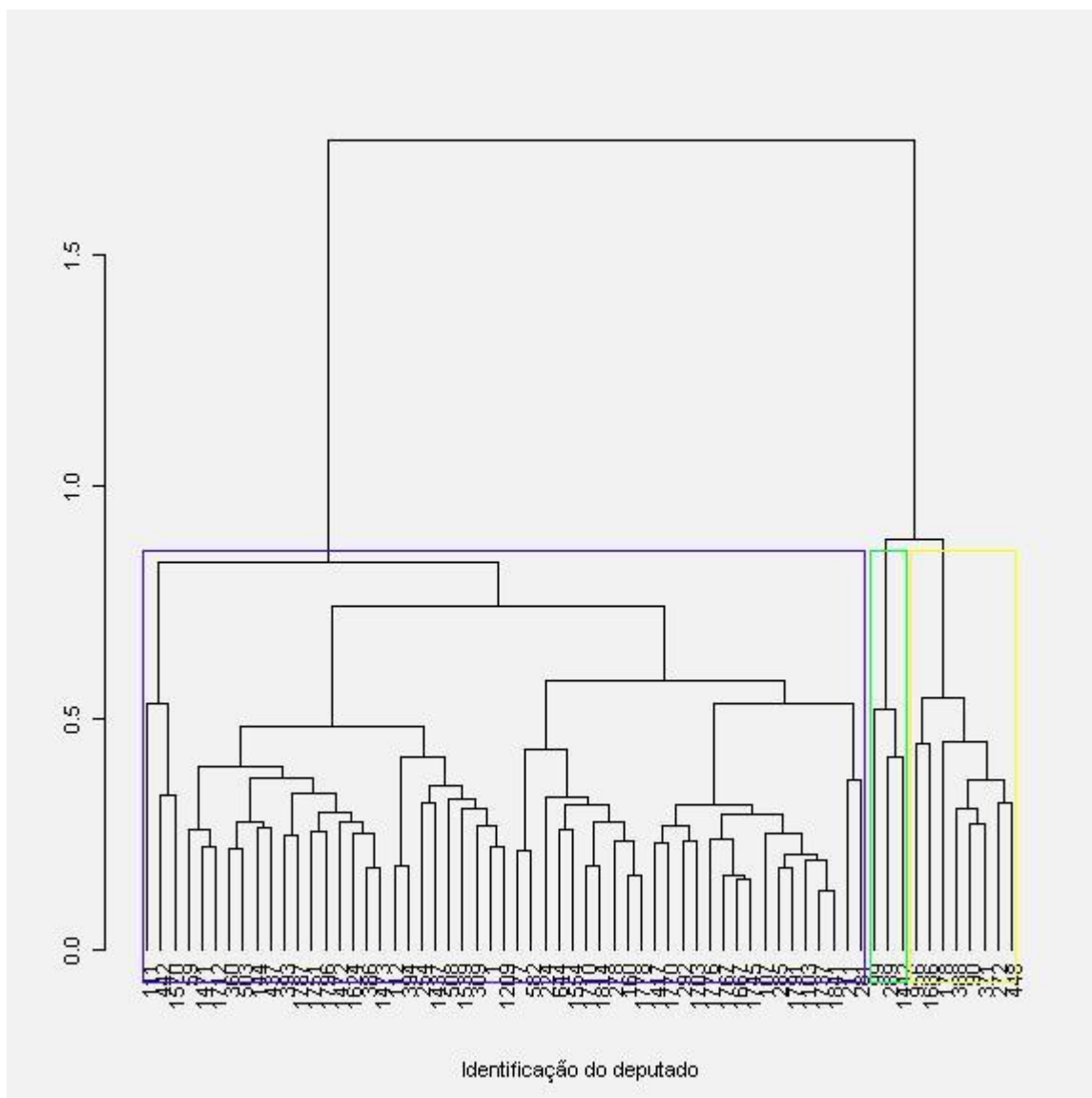


Gráfico C.5 – PMDB – Legislatura de 1991 – Método Ward de agrupamento

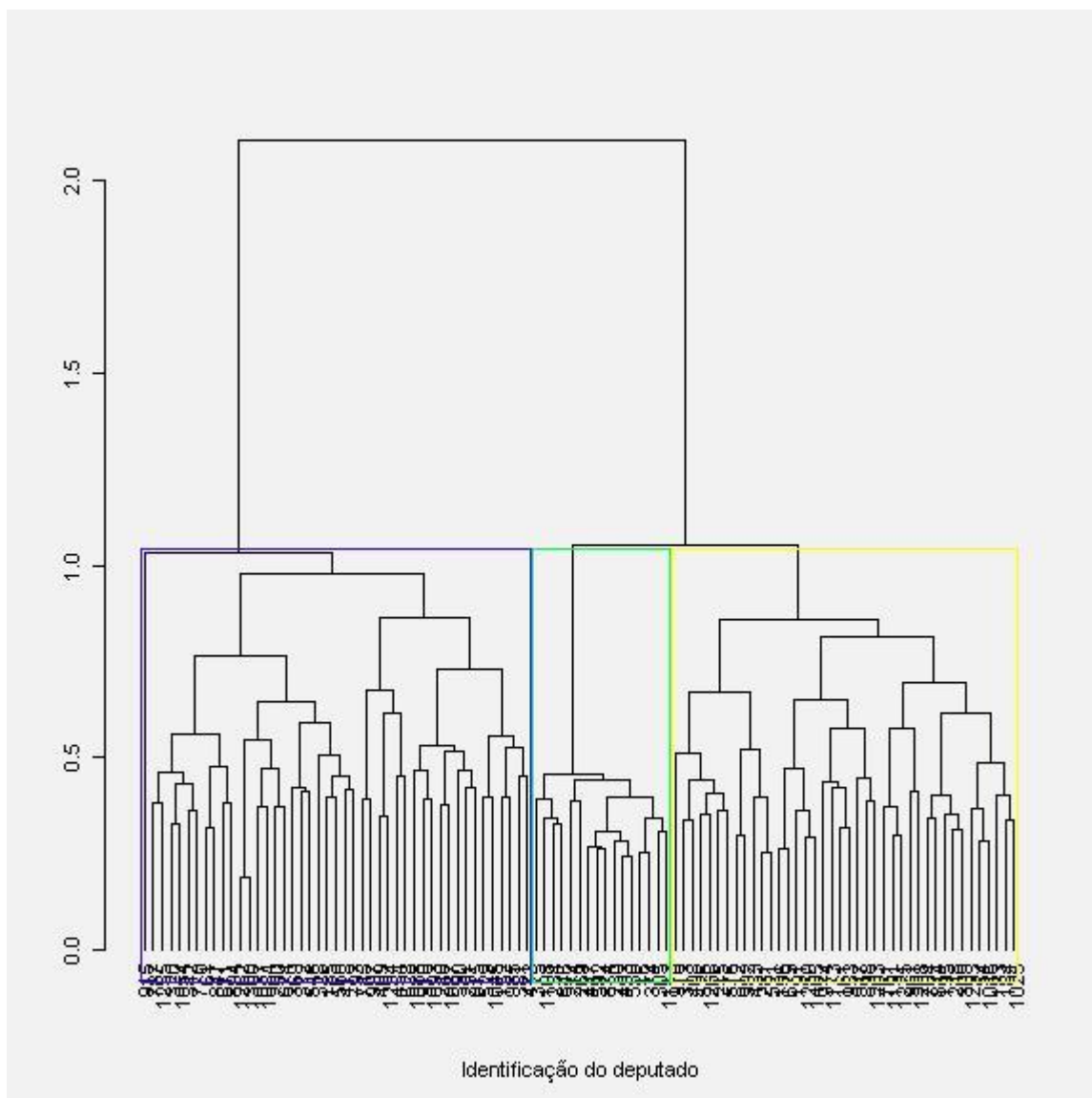


Gráfico C.6 – PMDB – Legislatura de 1995 – Método Ward de agrupamento

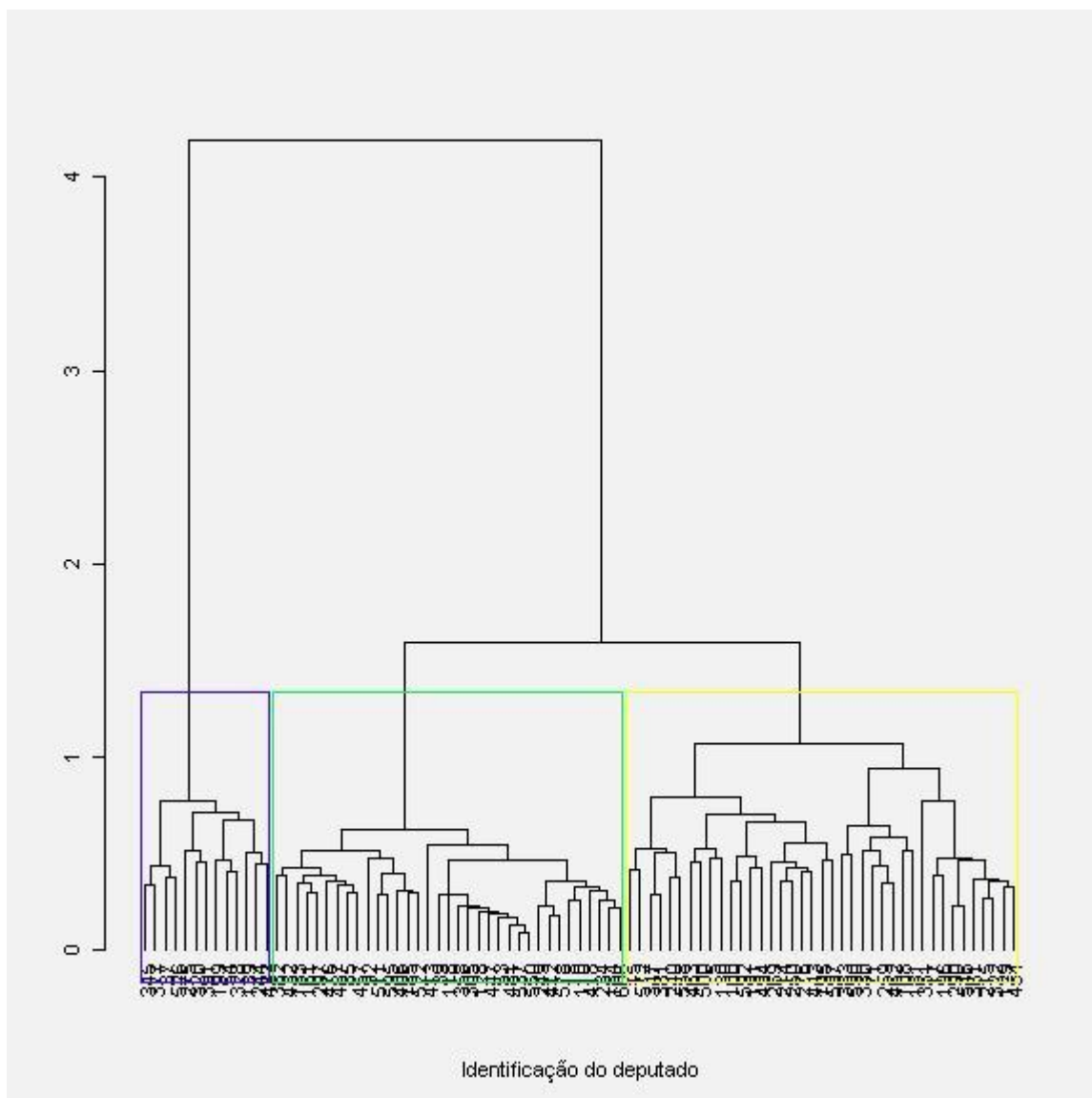


Gráfico C.7 – PMDB – Legislatura de 1999 – Método Ward de agrupamento

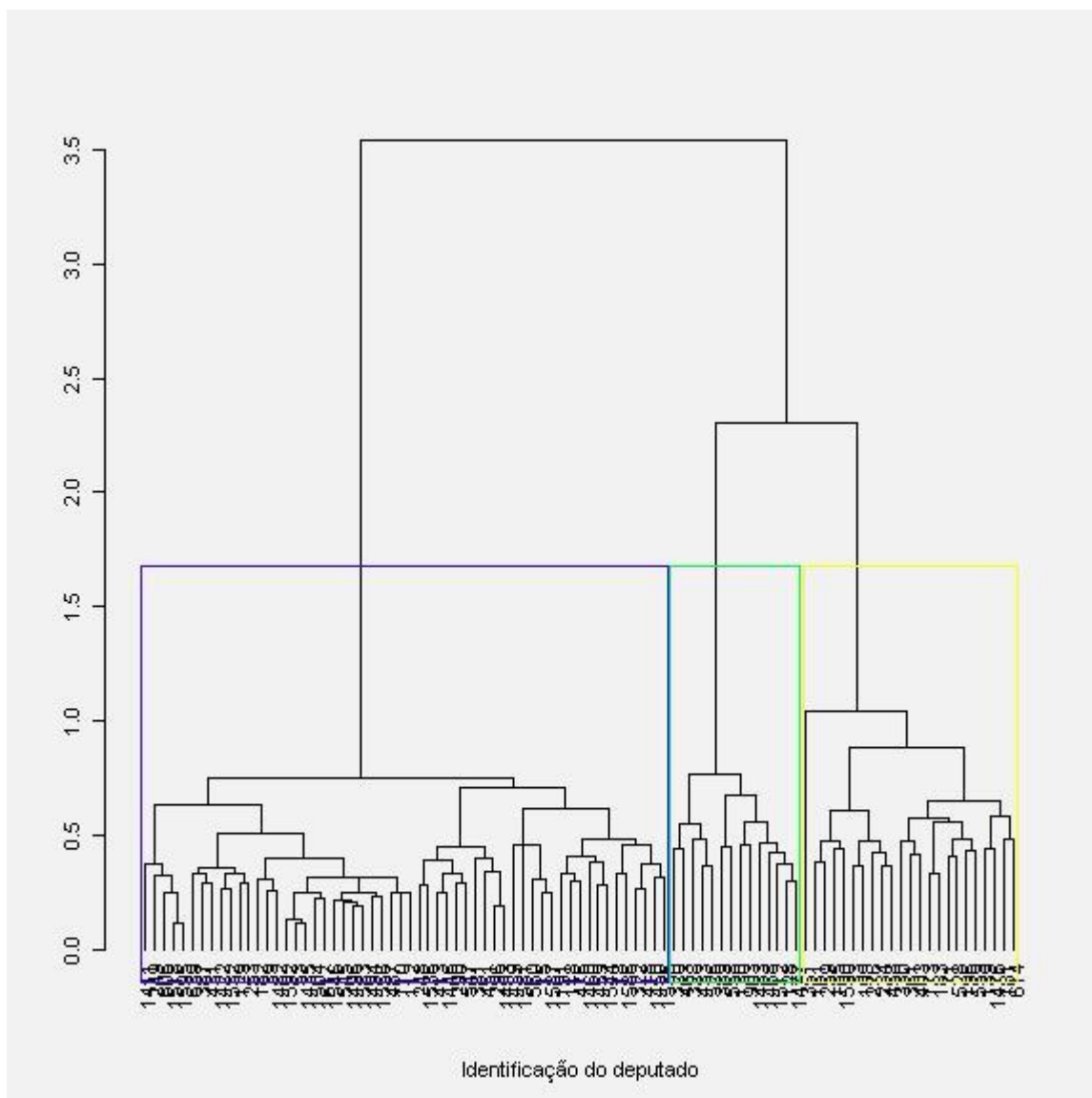


Gráfico C.8 – PMDB – Legislatura de 2003 – Método Ward de agrupamento

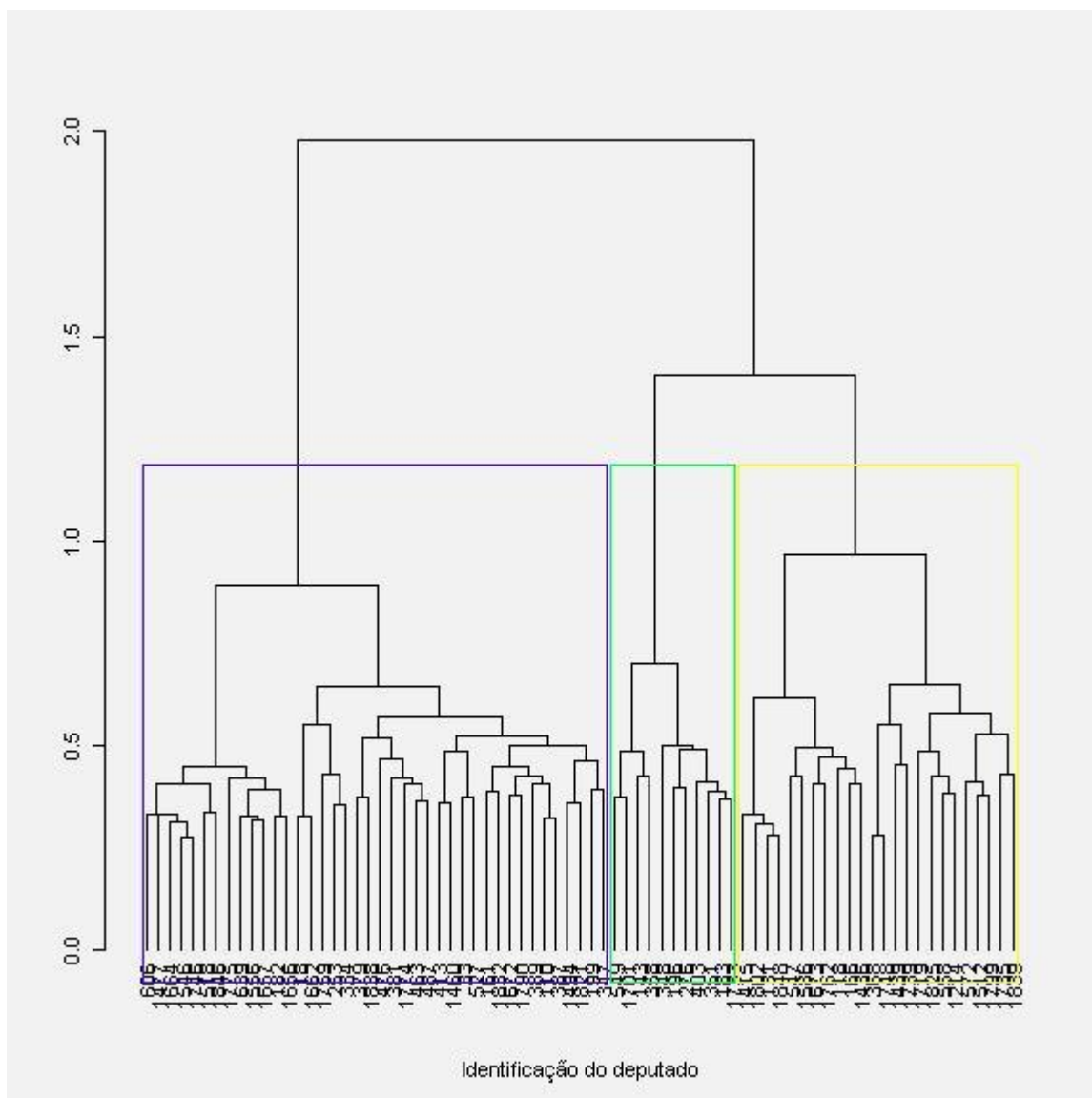


Gráfico C.9 – PSDB – Legislatura de 1991 – Método Ward de agrupamento

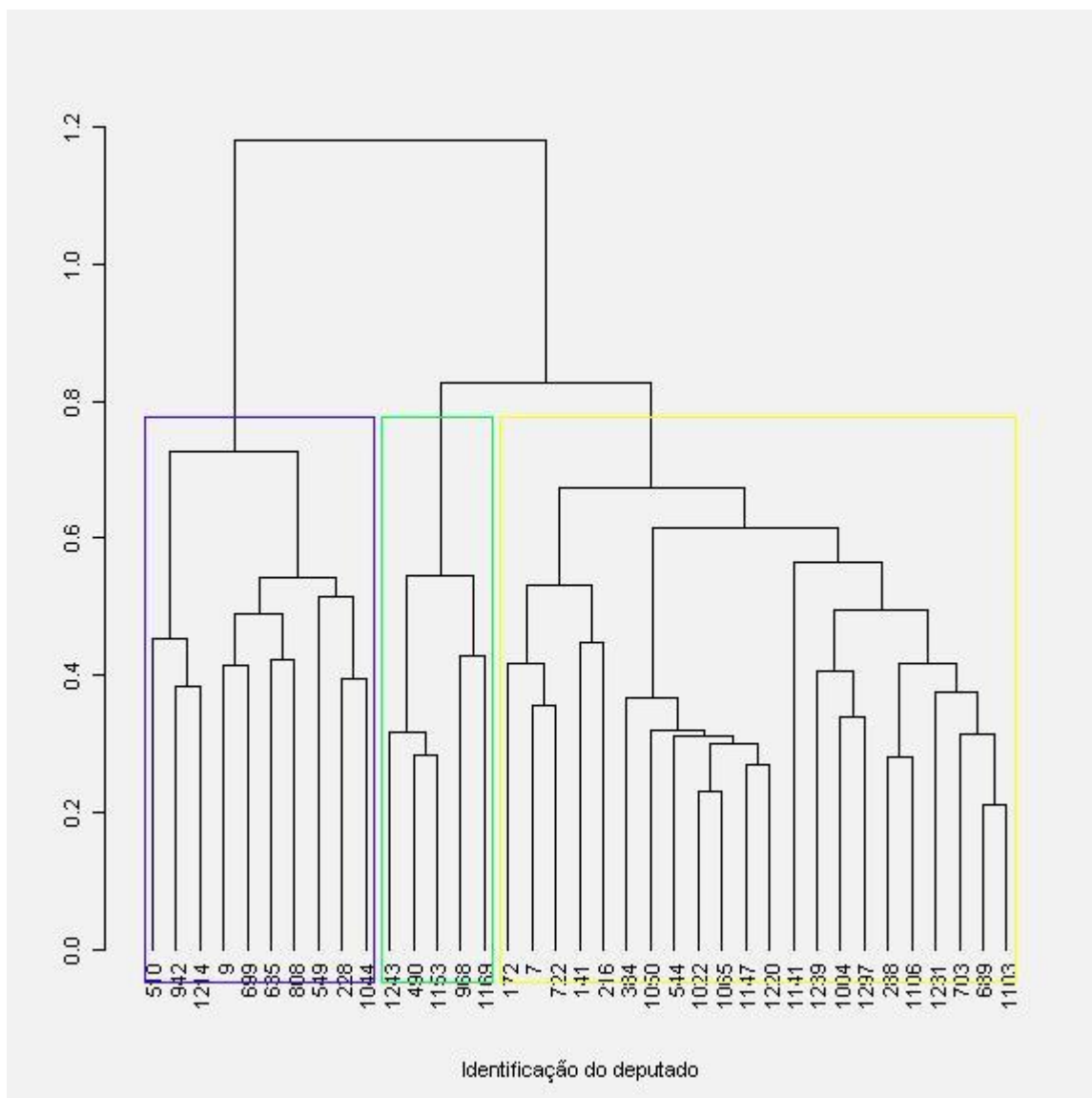


Gráfico C.10 – PSDB – Legislatura de 1995 – Método Ward de agrupamento

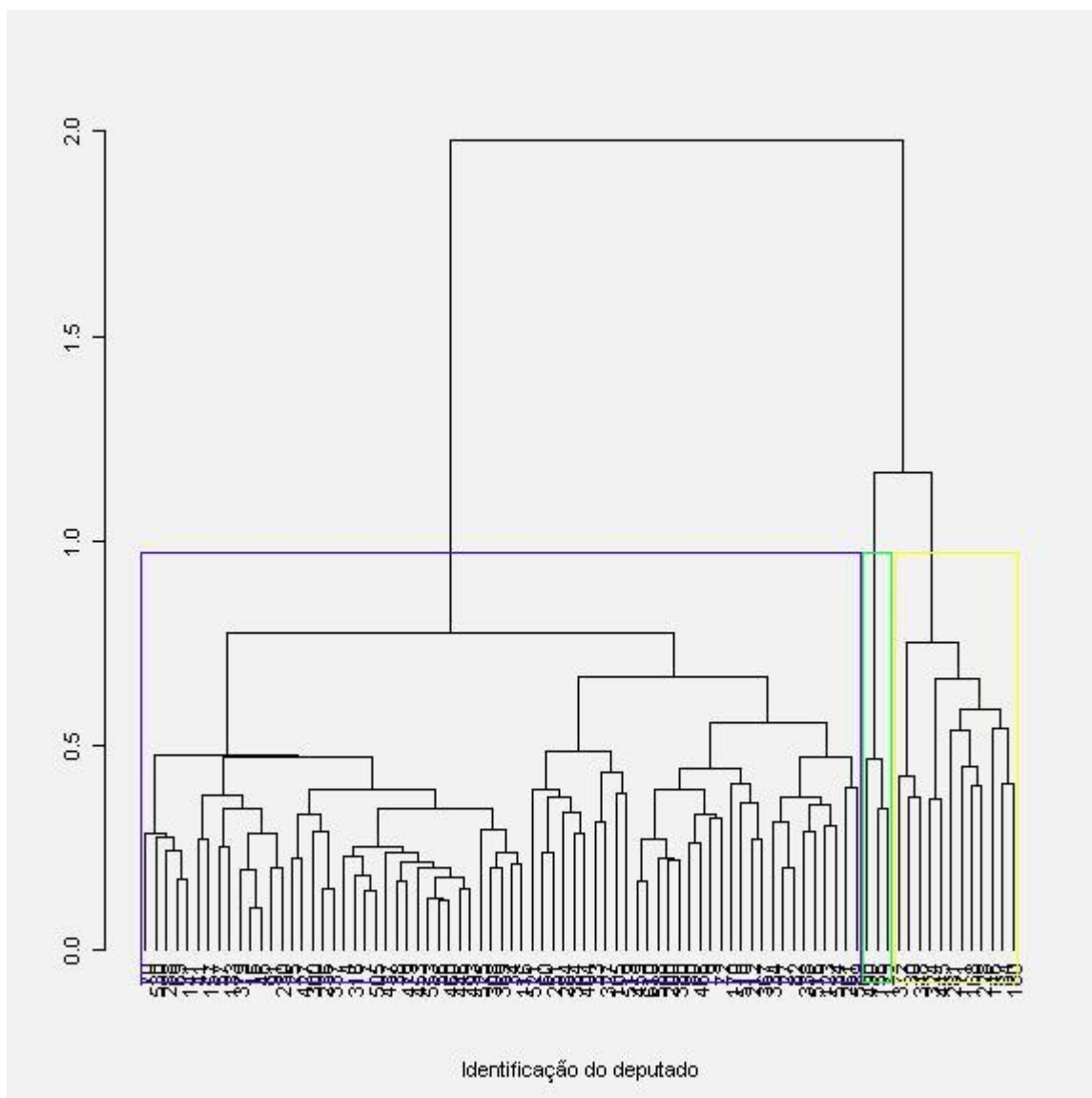
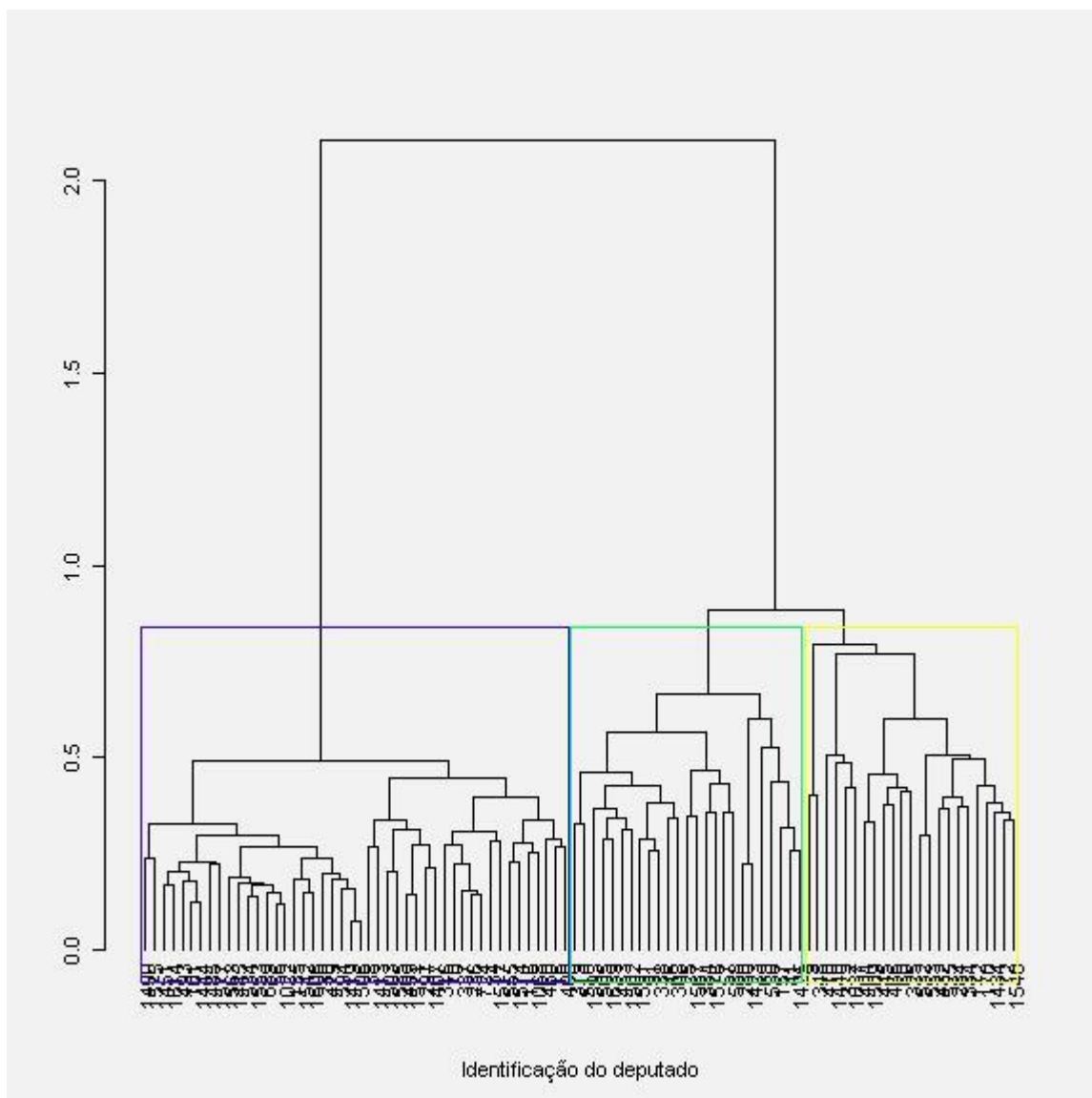


Gráfico C.11 – PSDB – Legislatura de 1999 – Método Ward de agrupamento



Identificação do deputado

Gráfico C.13 – PT – Legislatura de 1991 – Método Ward de agrupamento

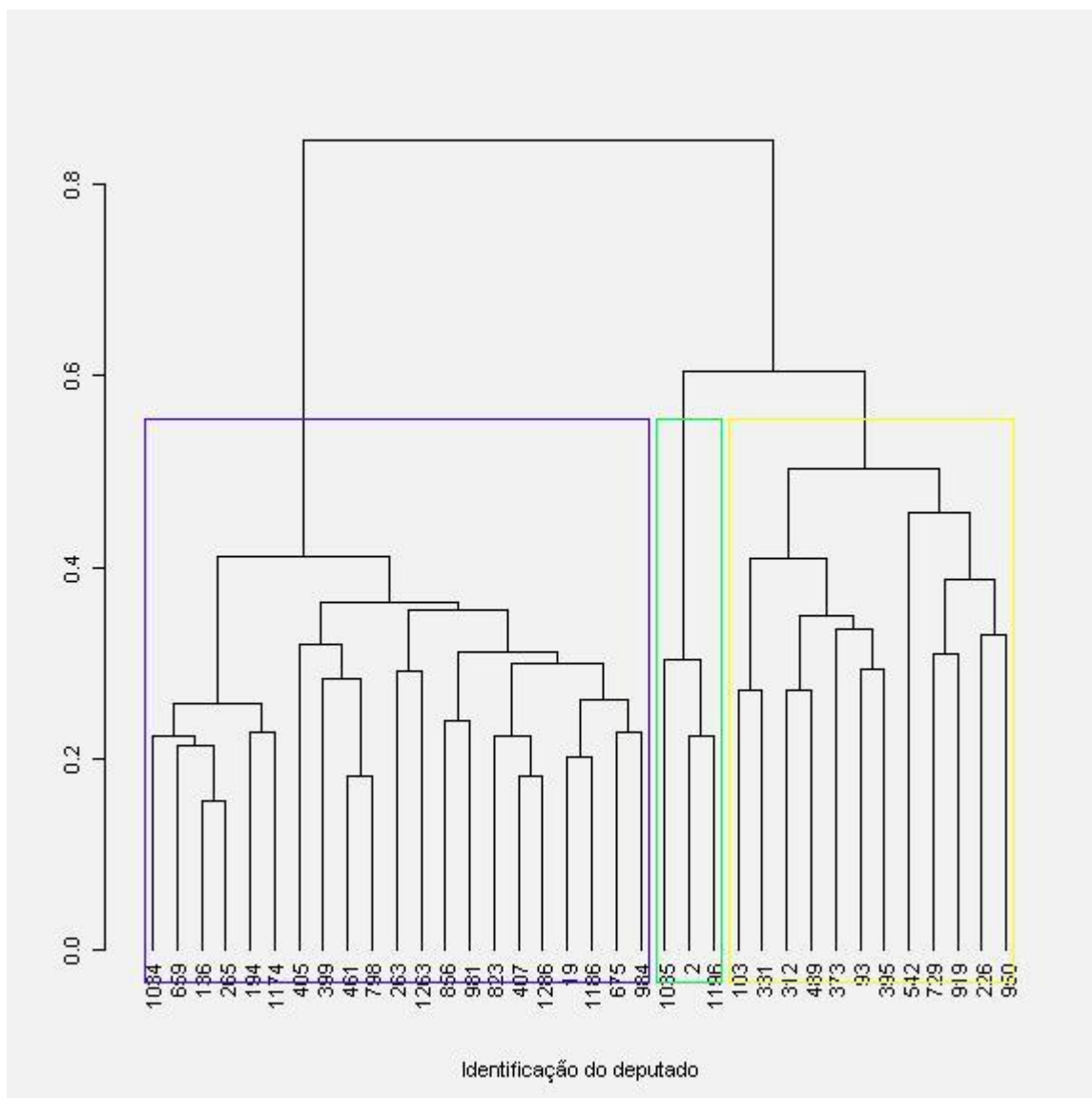


Gráfico C.14 – PT – Legislatura de 1995 – Método Ward de agrupamento

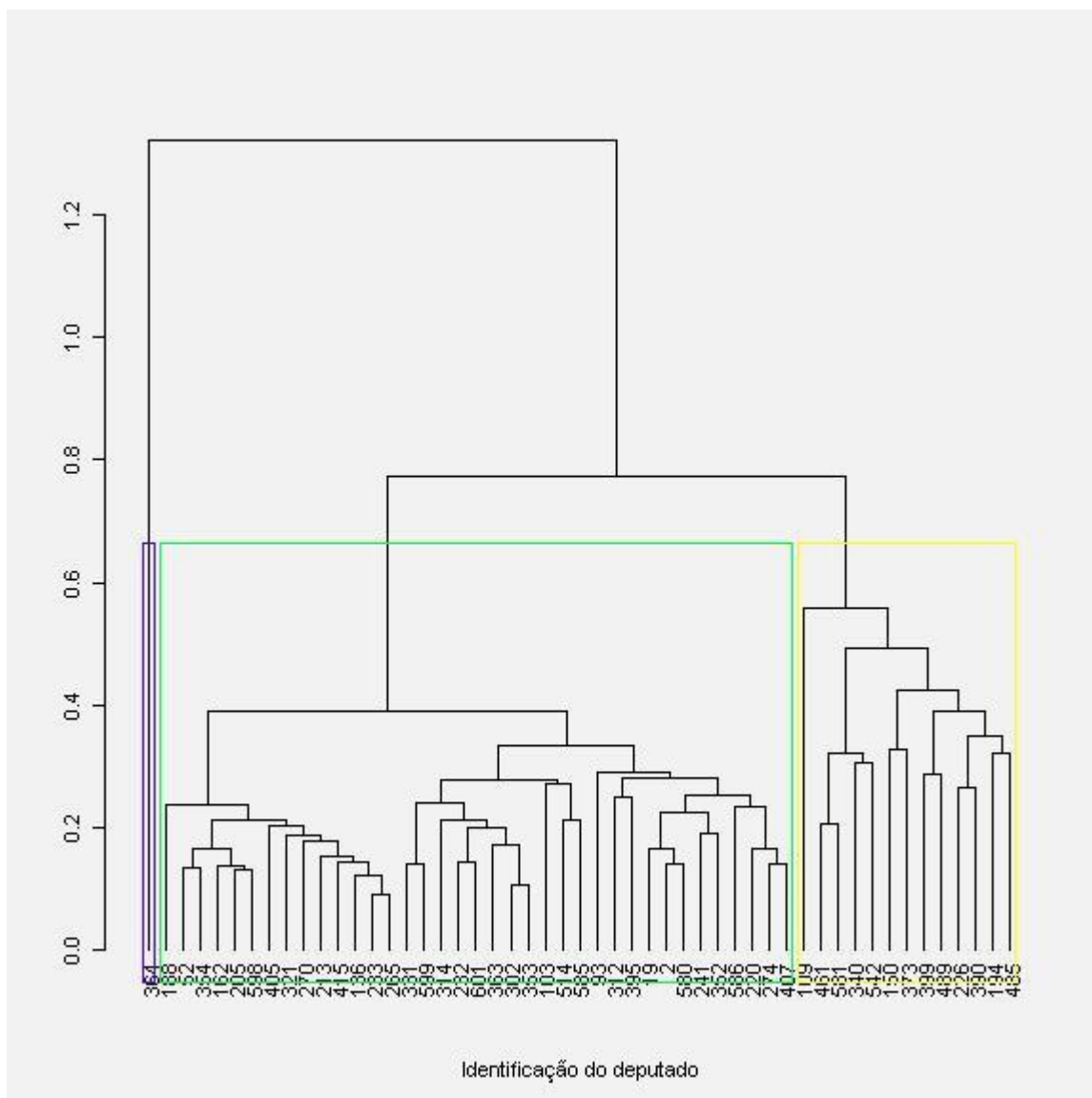
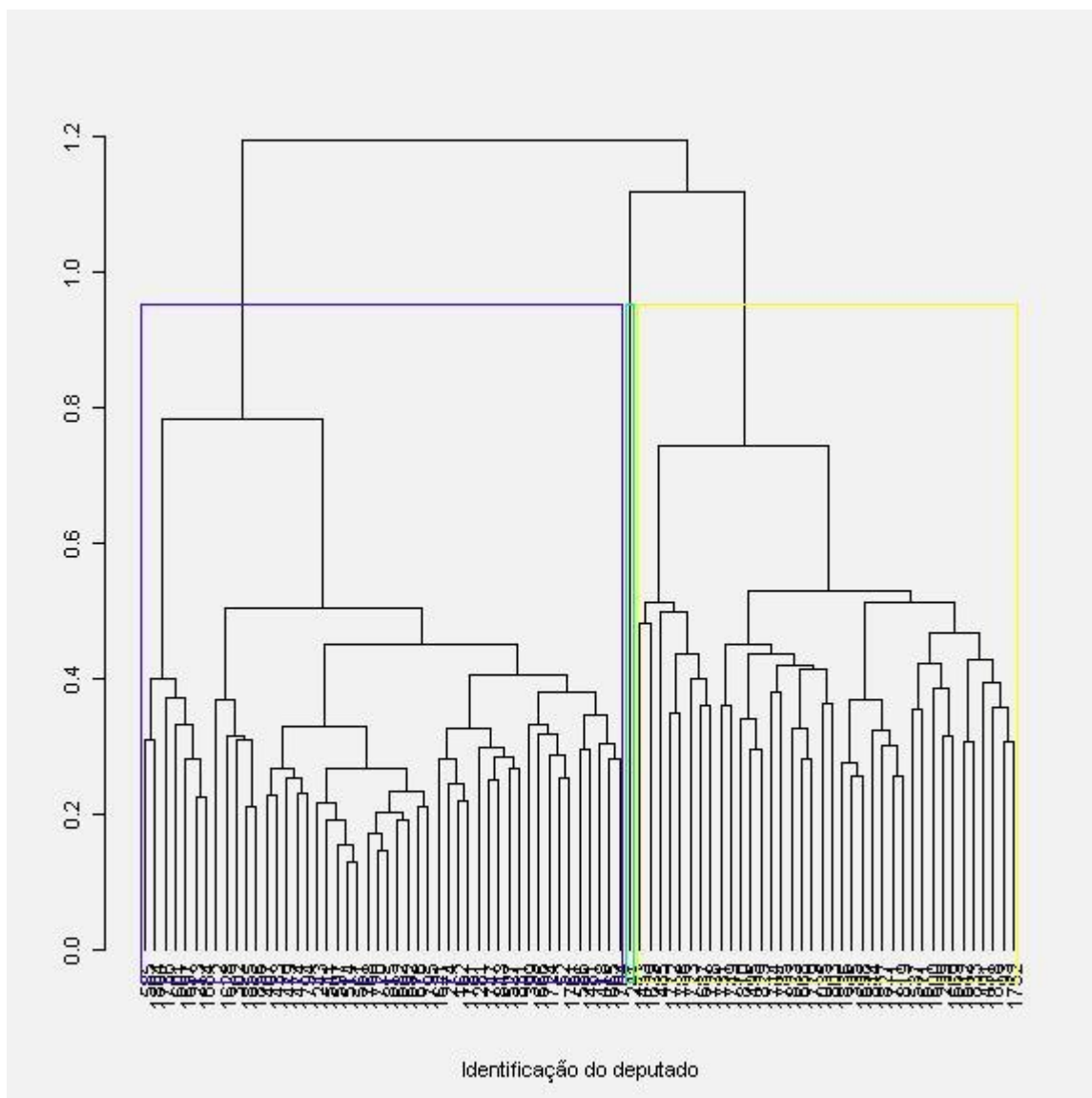


Gráfico C.15 – PT – Legislatura de 2003 – Método Ward de agrupamento



Apêndice D

Gráfico D.1: Distribuição dos grupos do PFL no Brasil

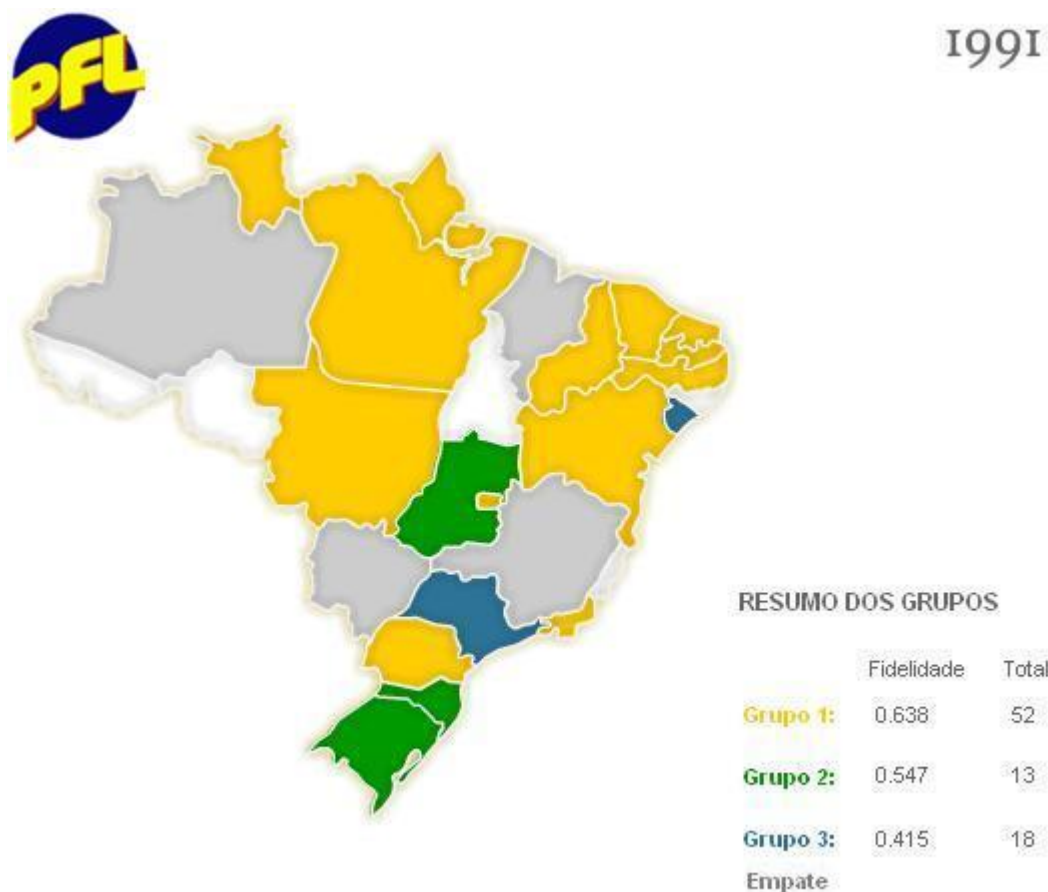


Gráfico D.2: Número de deputados por grupo e UF– Legislatura de 1991 - PFL

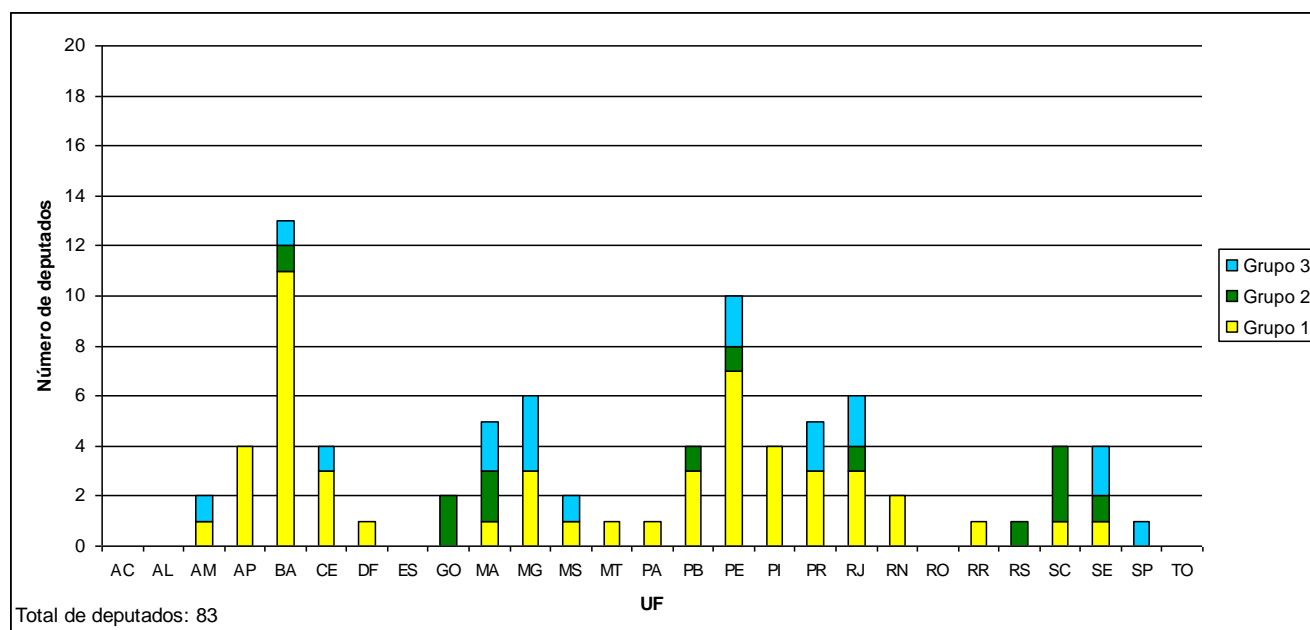
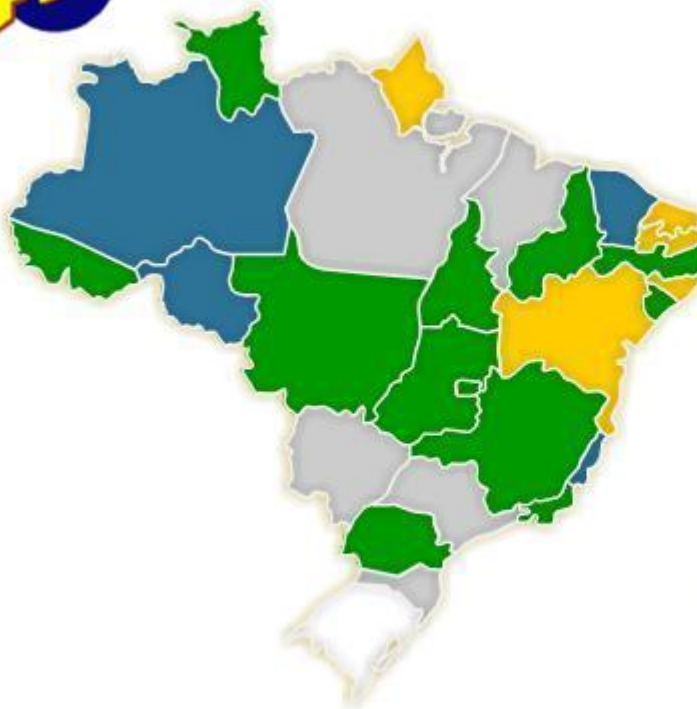


Gráfico D.3: Distribuição dos grupos do PFL no Brasil



1995



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.845	41
Grupo 2:	0.733	40
Grupo 3:	0.589	21
Empate		

Gráfico D.4: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 1995 - PFL

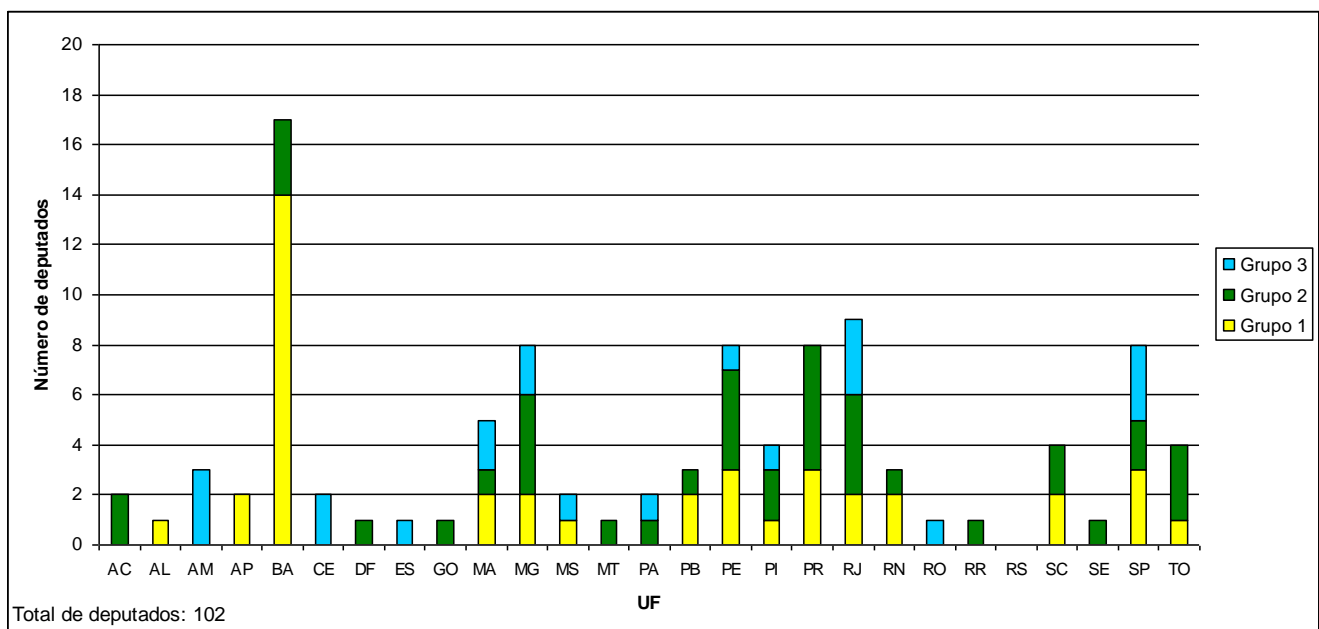


Gráfico D.5: Distribuição dos grupos do PFL no Brasil



1999



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.870	23
Grupo 2:	0.739	54
Grupo 3:	0.542	25
Empate		

Gráfico D.6: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 1999 - PFL

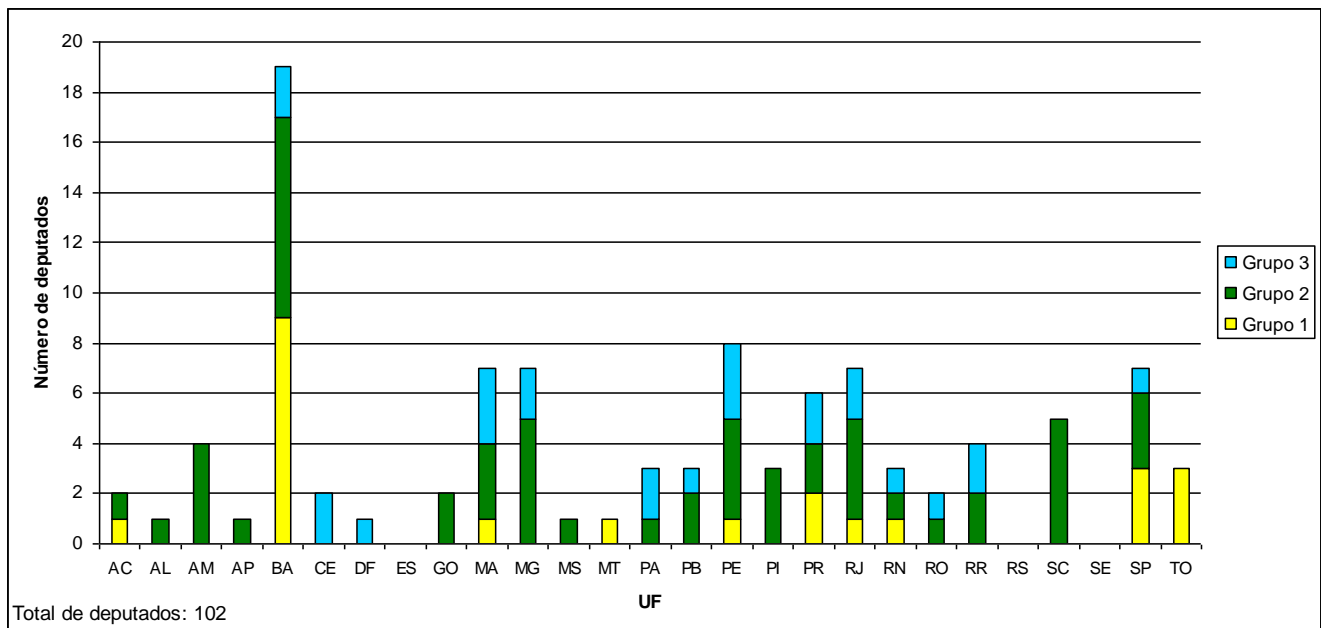


Gráfico D.7: Distribuição dos grupos do PFL no Brasil



2003



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.777	53
Grupo 2:	0.555	8
Grupo 3:	0.462	3
Empate		

Gráfico D.8: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 2003 - PFL

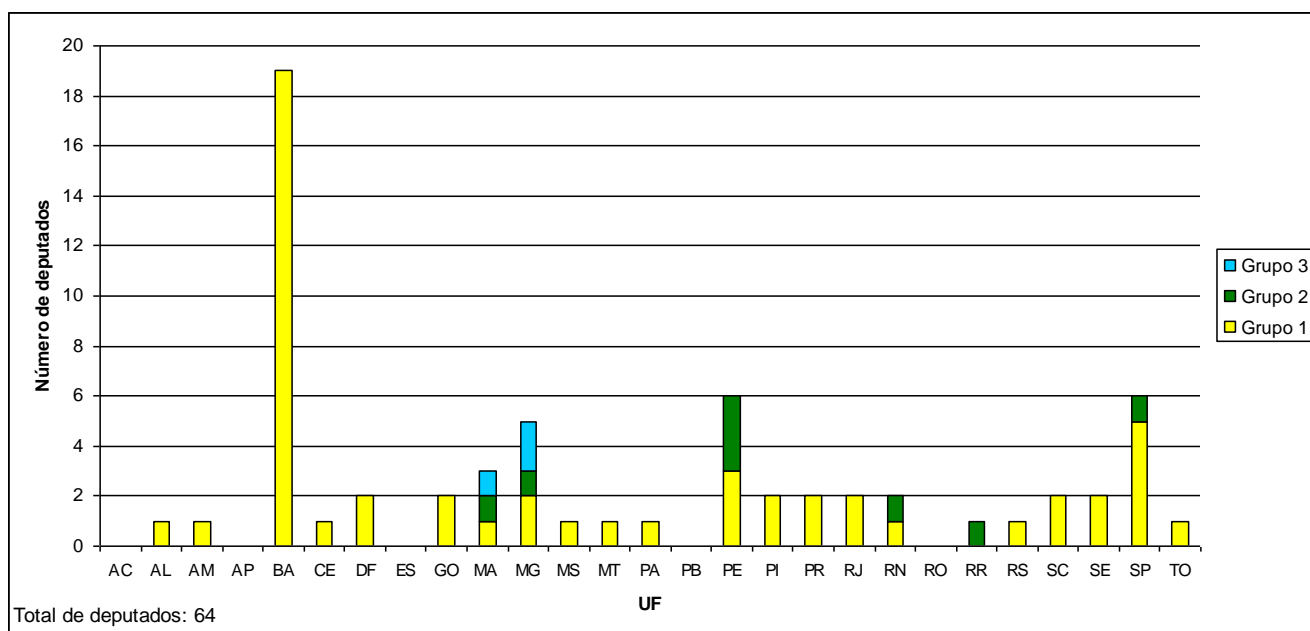


Gráfico D.9: Distribuição dos grupos do PMDB no Brasil



1991



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.774	16
Grupo 2:	0.642	40
Grupo 3:	0.521	45
Empate:		

Gráfico D.10: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 1991 - PMDB

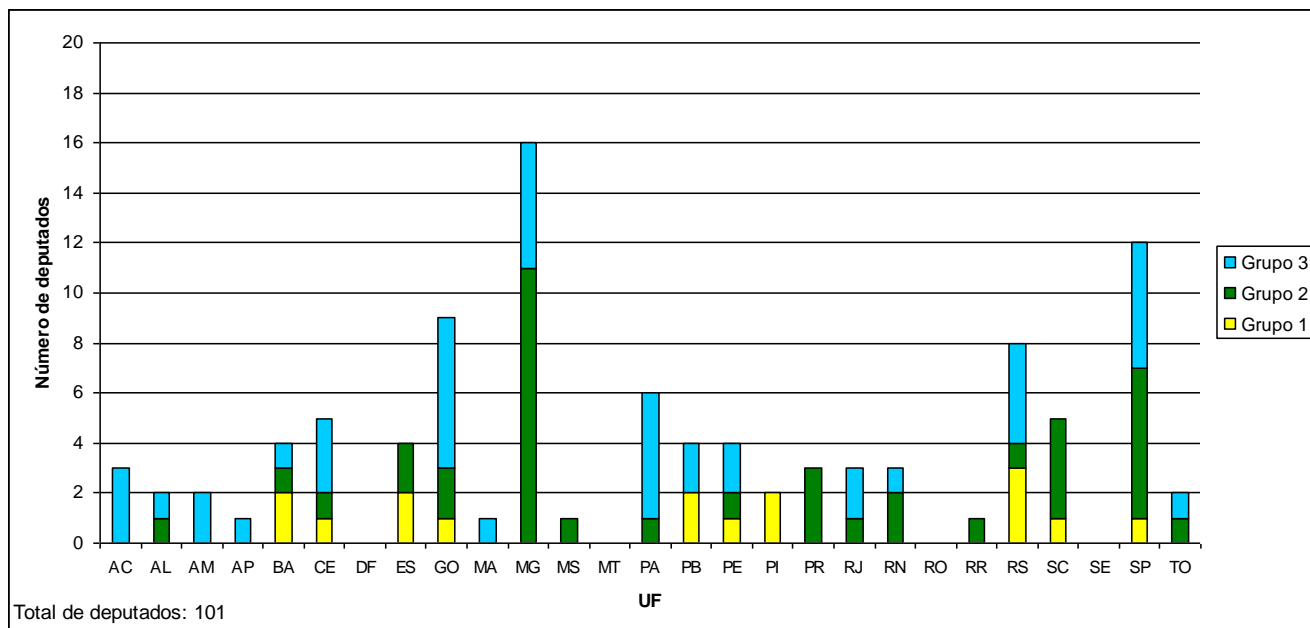


Gráfico D.11: Distribuição dos grupos do PMDB no Brasil



1995



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.797	35
Grupo 2:	0.63	39
Grupo 3:	0.368	13
Empate		

Gráfico D.12: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 1995 - PMDB

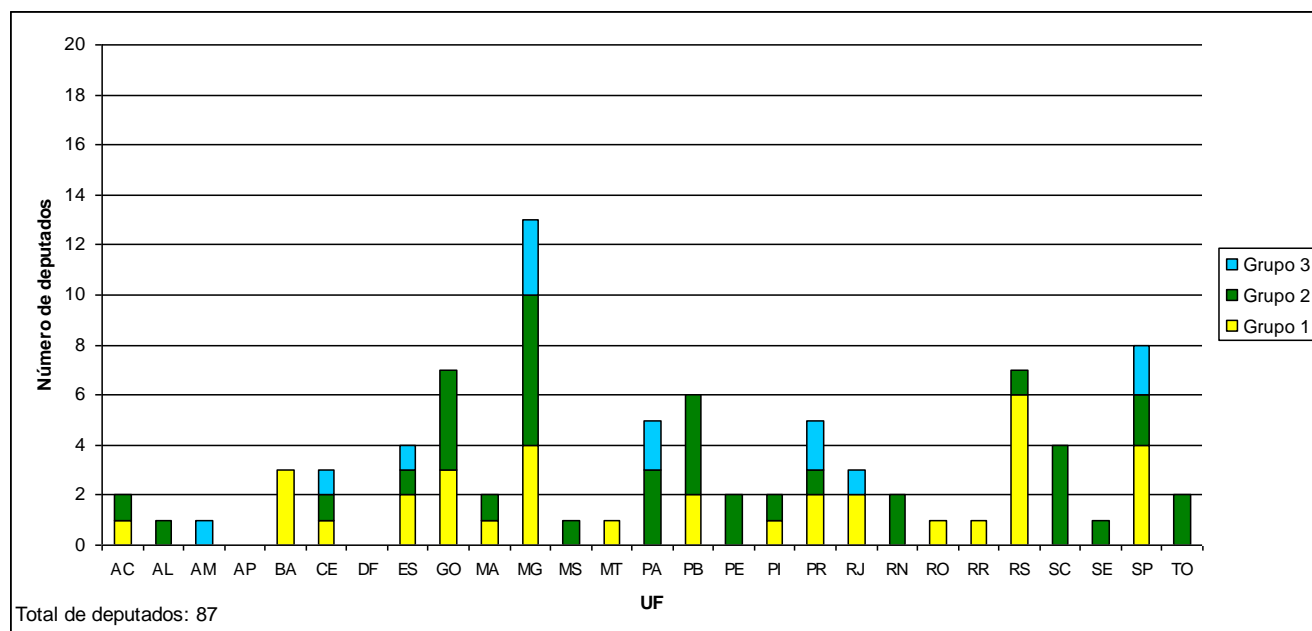
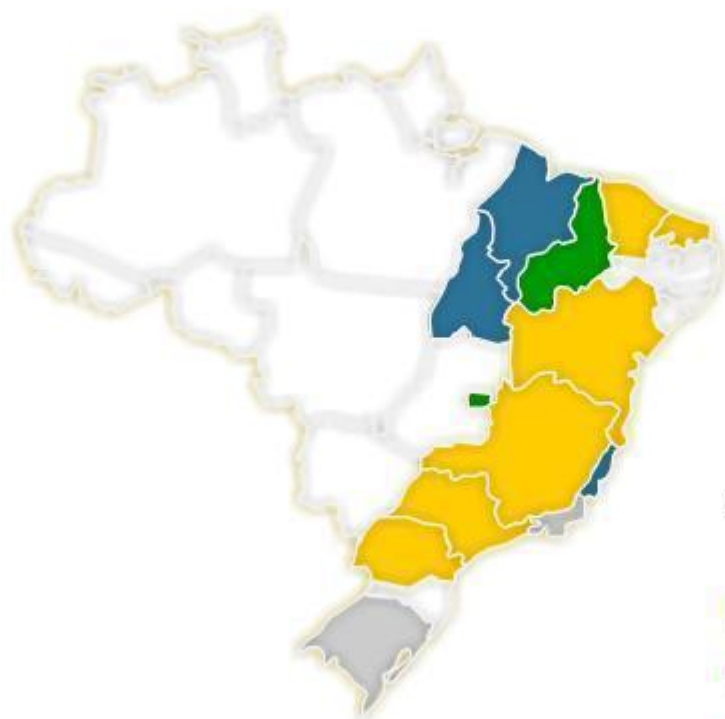


Gráfico D.13: Distribuição dos grupos do PSDB no Brasil



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.706	22
Grupo 2:	0.628	5
Grupo 3:	0.505	10
Empate		

Gráfico D.14: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 1991 - PSDB

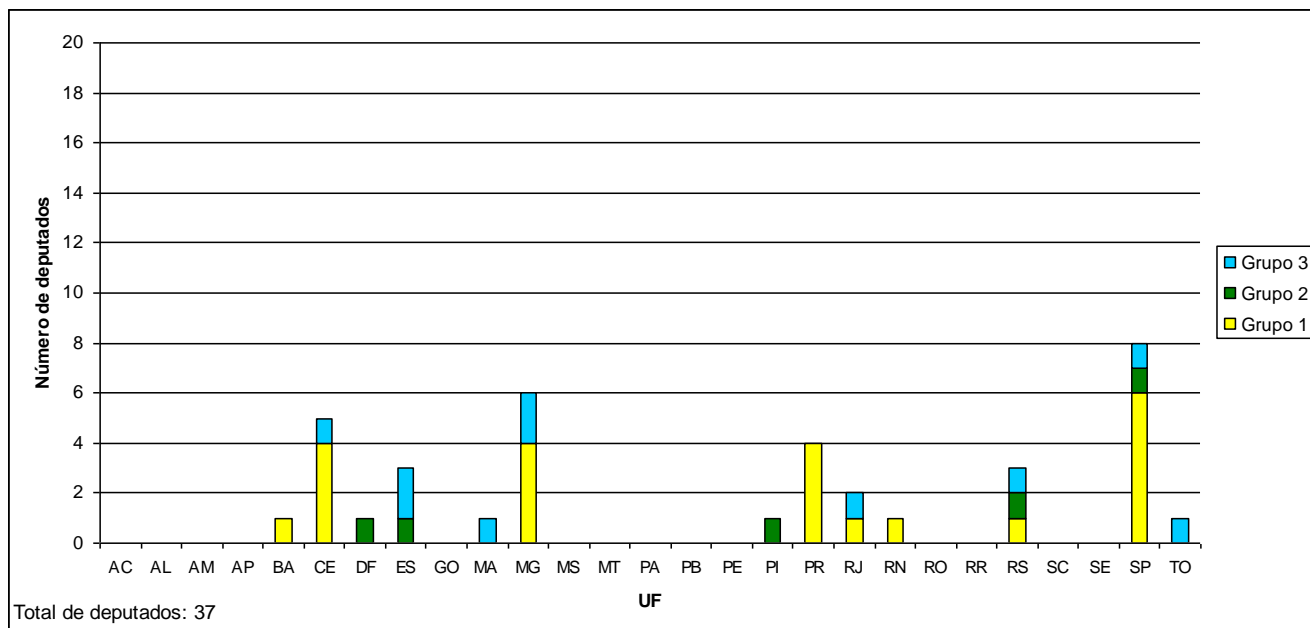


Gráfico D.15: Distribuição dos grupos do PT no Brasil



1991



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.799	21
Grupo 2:	0.694	12
Grupo 3:	0.625	3
Empate		

Gráfico D.16: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 1991 - PT

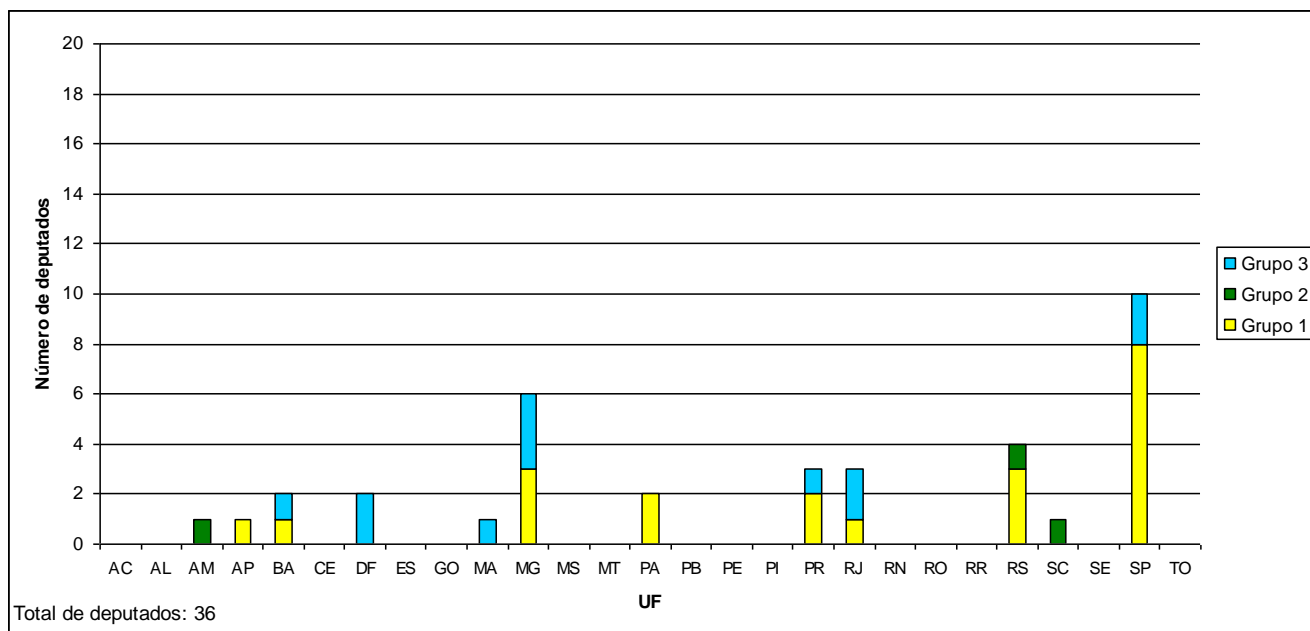


Gráfico D.17: Distribuição dos grupos do PT no Brasil



1995



RESUMO DOS GRUPOS

	Fidelidade	Total
Grupo 1:	0.869	37
Grupo 2:	0.740	13
Grupo 3:	0.219	1
Empate		

Gráfico D.18: Número de deputados por grupo e UF – Legislatura de 1995 - PT

